



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO**

ERIKA MARIA RIBEIRO SOUZA

**FATORES INFLUENCIADORES DA IMPLEMENTAÇÃO DAS
COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA**

Salvador
2018

ERIKA MARIA RIBEIRO SOUZA

**FATORES INFLUENCIADORES DA IMPLEMENTAÇÃO DAS
COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Administração do Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (NPGA/ADM/UFBA), como requisito para obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof^a Dr^a Andréa Cardoso Ventura

Salvador
2018

Escola de Administração - UFBA

S729 Souza, Erika Maria Ribeiro.

Fatores influenciadores da implementação das compras públicas sustentáveis na Universidade Federal da Bahia / Erika Maria Ribeiro Souza. – 2018.
153 f.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Cardoso Ventura.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2018.

1. Universidade Federal da Bahia - Compras (Serviço público) – Estudo de casos. 2. Universidades e faculdades - Administração financeira - Sustentabilidade. 3. Universidades e faculdades - Responsabilidade ambiental. 4. Políticas públicas – Ensino superior – Desenvolvimento sustentável. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 371.206

ERIKA MARIA RIBEIRO SOUZA

**FATORES INFLUENCIADORES DA IMPLEMENTAÇÃO
DAS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração, Escola de Administração, da Universidade Federal da Bahia (ADM/UFBA), defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo assinada.

Salvador, 08 de novembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª .Dra. **Andréa Cardoso Ventura** – Orientadora
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dra. **Alvany Maria dos Santos Santiago**
Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo
Universidade Federal do Vale do São Francisco

Prof.Dr. **José Célio Silveira Andrade**
Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia

AGRADECIMENTOS

À minha esposa, Liana, pela ajuda, incentivo e paciência. Obrigada pelas horas investidas em mim e neste projeto.

À minha família soteropolitana que me acolheu e me apoia.

Ao meu pai que de longe me incentiva e se orgulha.

À minha mãe, sei que teria orgulho.

À minha avó, o Norte da minha vida. Foi um prazer

À minha orientadora, Prof^ª Dr.^a Andréa Cardoso Ventura, pela paciência, empenho e simpatia. Obrigada pela ajuda e orientação neste percurso.

Aos professores convidados, pela disponibilidade para participarem da banca examinadora.

Aos meus colegas de classe e amigos de trabalho da UFBA, pelas horas de apoio mútuo na travessia do curso.

Meu agradecimento aos professores e funcionários do curso, em especial à Cristina Araújo, sempre disposta e gentil com todos.

Have you been to the desert?

Have you walked with the dead?

There's a hundred thousand children

Being killed for their bread

And the figures don't lie

They speak of human disease

But we do what we want

And we think what we please [...]

This is just a punk rock song

Written for the people who can see something's wrong

Like workers in a company we do our share

But there's so many other fucking robots out there

This is just a punk rock song

(Punk Rock Song - Bad Religion)

RESUMO

O conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) vem sendo debatido e disseminado em todo o mundo, especialmente desde o Relatório Brundtland (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento 1987). As licitações públicas se apresentam, neste contexto, como um instrumento capaz influenciar a mudança no padrão de consumo e produção, pois integram as dimensões ambientais, sociais e econômicas que formam o tripé da sustentabilidade. Diversos países já regulamentaram as compras públicas para incluir critérios sustentáveis. O governo federal brasileiro estabeleceu normas e diretrizes para implementar as Compras Públicas Sustentáveis (CPS). As universidades federais possuem um duplo papel nesta estratégia de impulsionar o DS. Em primeiro lugar, são propulsoras de novos padrões de produção e consumo, em virtude da função social e sua missão institucional de ensino, divulgação científica e extensão. Em segundo, podem dar o exemplo ao exercer a função consumidor de produtos sustentáveis. A principal questão desta pesquisa é: Como ocorreu a implementação das CPS na Universidade Federal da Bahia (UFBA), entre 2012 e 2016, considerando as diretrizes estipuladas pelo governo federal? O principal objetivo é analisar como UFBA buscou incorporar critérios sustentáveis em suas compras neste período. Esta pesquisa se classifica como um estudo de caso. Serão utilizados dados primários, colhidos através de entrevista semiestruturada, questionários e observação não-participativa, e secundários, obtidos com pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A UFBA se destaca no cenário nacional, sendo quinto lugar entre os órgãos da Administração Pública Federal (APF) em volume e no contexto regional sendo o órgão que mais realiza CPS. Não há um plano ou estratégia institucional, o que dificulta a uniformização das práticas, a conscientização e orientação dos gestores. As ações de implementação são pontuais. Portanto, conclui-se que a implementação das CPS na UFBA se deu de maneira embrionária e as diretrizes do governo federal não foram completamente incorporadas pela Instituição.

Palavras-chave: 1. Compras Públicas Sustentáveis. 2. Desenvolvimento Sustentável. 3. Compras públicas verdes. 4. Universidade Federal da Bahia (UFBA).

ABSTRACT

The concept of Sustainable Development (SD) has been debated and disseminated around the world, especially since the publication of the Brundtland Report (World Commission on Environment and Development 1987). In this context, public tenders present themselves as an instrument capable of influencing the change in the consumption and production patterns, since they integrate the environmental, social and economic dimensions that form the tripod of sustainability. Several countries have already regulated public procurement to include sustainable criteria. The Brazilian Federal Government has established standards and guidelines for Sustainable Public Procurement (SPP). Federal universities play a dual role in this strategy of boosting SD. In the first place, they are propellers of new patterns of production and consumption, by virtue of the social function and its institutional mission of teaching, scientific dissemination and extension. Second, they can set an example by exercising the consumer function of sustainable products. The main question of this research is: How did the implementation of PHC at the Federal University of Bahia (UFBA) occur between 2012 and 2016, considering the guidelines stipulated by the federal government? The main objective is to analyze how UFBA sought to incorporate sustainable criteria in its purchases in this period. This research is classified as a case study. Primary data, collected through semi-structured interviews, questionnaires and non-participatory observation, and secondary data obtained from bibliographic research and documentary research will be used. The UFBA stands out in the national scenario, being fifth place among the Federal Public Administration (APF) organs in volume and in the regional context being the organ that carries out the most CPS. There is no institutional plan or strategy, which hampers the standardization of practices, the awareness and guidance of managers. Implementation actions are punctual. Therefore, it is concluded that the implementation of PHC in UFBA occurred in an embryonic way and the guidelines of the federal government were not fully incorporated by the Institution.

Keywords: 1. Sustainable Public Procurement. 2. Sustainable Development. 3. Green public procurement. 4. Federal University of Bahia (UFBA).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-As forças Tarefa do Processo de Marrakech	29
Figura 2 - Modelo conceitual das influências nas CPS	39
Figura 3 – Resumo da classificação da pesquisa	58
Figura 4- Resumo do delineamento da pesquisa	61
Figura 5 - Fatores influenciadores de implementação das Compras Públicas Sustentáveis	64
Figura 6 – Relação entre as barreiras e as propostas de melhoria	108
Gráfico 1- Nível de conhecimento X Assunto relacionado a CPS	89
Gráfico 2- Percepção de implementação da IN nº 01, de 2010 SLTI/MPOG.....	90
Gráfico 3 - Frequência de utilização de critérios de sustentabilidade nas compras da UFBA.	90
Gráfico 4 – Critérios de sustentabilidade da IN nº 01 de 2010 mais utilizados nas compras pela UFBA.....	91
Gráfico 5 – Práticas de Compras na UFBA.....	92
Gráfico 6 – Estratégias e Procedimentos da UFBA para implementar CPS	94
Gráfico 7- Materiais e objetos a serem prioridade em CPS	95
Gráfico 8 - Impactos e resultados percebidos decorrentes de CPS na UFBA.....	96
Gráfico 9- Fatores que facilitam a implementação das CPS na UFBA.....	101
Gráfico 10 - Fatores que dificultam a implementação das CPS da UFBA.....	102
Gráfico 11 - Os fatores que incentivam a difusão de CPS no Brasil.....	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Evolução da quantidade de CPS da APF (2012-2016).....	44
Tabela 2 - Ranking de 15 órgãos da APF em volume (2012 – 2016) (à esq.) /	70
Tabela 3 - Ranking de 15 órgão da APF em valores de CPS (2012-2016) (à dir.)	70
Tabela 4 - Ranking de 10 primeiros OS em volume (2012 – 2016) (à esq.) /.....	72
Tabela 5 - Ranking de 10 primeiros valores de CPS (2012-2016) (à dir.).....	72
Tabela 6 - Os 10 primeiros órgãos do MEC em volume (à esq.) /	72
Tabela 7 - Os 10 primeiros órgãos do MEC em valores de CPS (2012-2016) (à dir.).....	72
Tabela 8 - Relevância estadual da UFBA/APF em volume de CPS (2012-2016) (à esq.) /.....	73
Tabela 9 - Relevância estadual da UFBA/APF em valores de CPS (à dir.).....	73
Tabela 10- Relevância regional da UFBA/APF em volume de CPS (2012-2016) (à esq.) /....	74
Tabela 11 Relevância regional da UFBA/APF em valores de CPS (à dir.)	74
Tabela 12 - Volume Não CPS x CPS x Compras totais UFBA (2012-2016)	74
Tabela 13 - Valores Não CPS x CPS x Compras totais UFBA (2012-2016).....	75
Tabela 14 - Perfil de CPS das UASGS da UFBA (2012-2016)	76
Tabela 15 - Modalidade de compras das CPS da UFBA (2012-2016).....	77
Tabela 16 - Materiais mais adquiridos por CPS da UFBA (2012-2016).....	78
Tabela 17 - Gastos por grupo de materiais adquiridos por CPS pela UFBA (2012-2016)	78
Tabela 18- Avanço do consumo de papel, copos e cartuchos nos anos de 2011, 2012 e 2013	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diferentes conceituações de CPS no Brasil e no mundo	33
Quadro 2-Aspectos da Sustentabilidade na definição de critérios de CPS.....	35
Quadro 3- Boas práticas de CPS no mundo	36
Quadro 4 - Síntese das principais Barreiras a CPS.....	40
Quadro 5 - Normas constitucionais aplicáveis a CPS	45
Quadro 6 - Normas infraconstitucionais aplicáveis a CPS.....	46
Quadro 7 – Critérios de sustentabilidade na IN n ° 01 da SLTI/MPOG de 2010.....	48
Quadro 8- Boas práticas de sustentabilidade e racionalização de materiais para CPS.....	52
Quadro 9 - Objetivos, missão, princípios e diretrizes do PPCS	53
Quadro 10 - Práticas de CPS disponíveis na cartilha da A3P	56
Quadro 11- Termos de buscas nas plataformas de artigos científicos (2012 até 2017)	62
Quadro 12 – Critérios de CPS adotados pelo Núcleo de Compras CMP (2014)	83
Quadro 13 - Dados da observação não participante	97
Quadro 14 - Resultados sintéticos x Objetivos e Propostas de Melhorias	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
AGU - Advocacia Geral da União
A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública
APF - Administração Pública Federal
BM - Banco Mundial
CATMAT - Catálogo de Materiais
CF/1988 - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CISAP - Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPS - Compras Públicas Sustentáveis
CWUR - *Center for World University Rankings*
CRUE - Conferência de Reitores das Universidades Espanholas
DS - Desenvolvimento Sustentável
DESA - Departamento de Assuntos econômicos e sociais das Nações Unidas
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
ICLEI - *International Council for Local Environmental Initiatives*/Comissão Europeia e do Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
ISSO - *International Organization for Standardization*/Organização Internacional para a Padronização
IES - Instituições do Ensino Superior
INEP - Instituto de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira
MEC - Ministério da Educação
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OS - Órgão Superior
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONU - Organização das Nações Unidas
PLS - Plano de Gestão de Logística Sustentável
PIB - Produto Interno Bruto
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RoHS - Restrição de Certas Substâncias Perigosas

SECO - *Swiss State Secretariat for Economic Affairs*

SIASG - Sistema de Administração de Serviços Gerais

SISG - Sistema Integrado de Serviços Gerais

SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação

UASG - Unidade Administrativa de Serviços Gerais

UNEP - United Nations Environment Programme

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFC - Universidade Federal do Ceará

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano

10YFP - *10 Year Framework Program on sustainable Production and consumption Patterns*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	OBJETO E OBJETIVOS	17
1.2	PRESSUPOSTO.....	18
1.3	JUSTIFICATIVA	18
1.4	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	20
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	22
2.1.	SOBRE A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO ATÉ A SUSTENTABILIDADE.....	22
2.1.1	O Estado como difusor do desenvolvimento sustentável e as Compras Públicas Sustentáveis.....	26
2.2	A IMPLEMENTAÇÃO DAS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS	28
2.2.1	Compras Públicas Sustentáveis: diferentes enfoques e terminologias	30
2.2.1	Dos fatores e critérios que compõem a implementação das Compras Públicas Sustentáveis.....	34
2.2.2	Boas práticas de Compras Públicas Sustentáveis no mundo	36
2.2.3	Fatores influenciadores e barreiras da implementação das Compras Públicas Sustentáveis.....	38
2.2.4	Fatores Influenciadores e barreiras nas universidades.....	42
2.3	AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NO BRASIL	43
2.3.1	Arcabouço Legal que dá suporte a implementação das Compras Públicas Sustentáveis	44
2.3.2	Boas práticas de Compras Públicas Sustentáveis no Brasil	53
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	58
3.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	58
3.2	TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	59
3.3	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	60
3.3.1	Etapa 1 – Pesquisa bibliográfica, documental e definição das categorias de análise.....	61
3.3.2	Etapa 2 - Elaboração de roteiros (entrevista e questionário) e coleta de dados secundários.....	65
3.3.3	Etapa 3 - Coleta de dados primários	65
3.3.4	Etapa 4 - Análise e tratamento de dados.....	67
3.4	UNIDADE DE ANÁLISE.....	68
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	70
4.1	OBJETIVO 1.1 - CARACTERIZAR AS CPS NA UFBA	70

4.2 OBJETIVO 1.2 - IDENTIFICAR OS PRINCIPAIS CRITÉRIOS, ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS UTILIZADAS.....	79
4.3 OBJETIVO 1.3 - IDENTIFICAR OS POSSÍVEIS FATORES INFLUENCIADORES DA IMPLEMENTAÇÃO DAS CPS NA UFBA	98
4.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	103
4.5 OBJETIVO 1.4 - PROPOR RECOMENDAÇÕES DE MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS NO PROCESSO DE CPS	109
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	132
APÊNDICE B-ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO	136
ANEXO A- RELAÇÃO DE FORMULÁRIOS RESPONDIDOS AO TCU PELA UFBA (2012- 2016)....	149

1 INTRODUÇÃO

O conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) vem sendo debatido e disseminado durante as últimas décadas. Na conferência das Nações Unidas, conhecida como Eco-92, a sustentabilidade como modelo de desenvolvimento, no mundo, ganhou força através da Agenda 21 (BRASIL, 2010e; CYPRESTE, 2013). Este plano de ação foi elaborado com o objetivo de eliminar os padrões insustentáveis de consumo e produção do planeta. Também foi através deste instrumento que o poder público, de cada Nação, passou a ser vislumbrado com o dever de liderar esta mudança através do seu poder de consumo, concebendo e implantando instrumentos políticos e econômicos para incentivar a sociedade (BETIOL, 2012).

Porém, foi durante a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, no ano de 2002, que as licitações públicas foram introduzidas como política pública destinada a este fim (MACHADO e NETO, 2014). Para Biderman *et al* (2008) as licitações se apresentam como uma solução capaz de influenciar a mudança no padrão de consumo e produção, pois integram as dimensões ambientais, sociais e econômicas que formam o tripé da sustentabilidade. Já a *United Nations Environment Programme* (UNEP, 2012) por meio das compras públicas, os governos podem dar o exemplo e cumprir os objetivos e metas firmados nesta conferência e nos demais fóruns de DS.

A licitação sustentável é também conhecida como “Compras Públicas Sustentáveis” (CPS) e possui outras diferentes terminologias, como compras verdes e licitação positiva (BIDERMAN *et al*, 2008). De uma forma geral, são definidas como as compras públicas que integram critérios de sustentabilidade em todos os estágios do processo e buscam o uso racional dos recursos naturais. Países da União Europeia, Coreia do Sul, Canadá, Estados Unidos, África do Sul e Japão, já colocaram em prática planos de ação e regulamentaram as compras públicas no que se refere aos aspectos de sustentabilidade (BIDERMAN *et al*, 2008; BETIOL, 2012; *International Council for local Environmental Initiatives* - ICLEI, 2015).

De acordo com o ICLEI (2015), as compras públicas representam cerca de 18% (em países da OCDE) e 30% do PIB (países em desenvolvimento). Em 2012, as compras públicas representaram 21,5% do PIB nacional brasileiro. Esses dados mostram a potencialidade do poder público em transformar o padrão de consumo e produção da sociedade, através do seu poder de compra.

No Brasil, o Governo Federal estabeleceu normas, práticas e diretrizes para implementar as CPS (HEGENBERG, 2013). Essas medidas visam conscientizar os gestores dos órgãos

públicos sobre sua responsabilidade na utilização de critérios sustentáveis nos processos licitatórios (ICLEI, 2015). Tal proposição se tornou expressiva ao ponto da Lei Geral de Licitações n° 8.666/1993, que dispôs sobre as regras gerais de licitação (BRASIL, 1993), sofrer uma alteração em seu rol de finalidades e incluir o desenvolvimento nacional sustentável pela Lei n° 12.349/2010 (BRASIL, 2010c).

Ainda com o objetivo de orientar os agentes públicos sobre a implementação das CPS, dentre outras regulamentações, a Instrução Normativa (IN) n° 01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG (BRASAIL, 2010d), dispôs sobre os critérios de sustentabilidade nas aquisições de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal (APF) direta, autárquica e fundacional. Porém, para a implementação prática das CPS, os gestores ainda se deparam com barreiras, tais como: a falta de conhecimento sobre o meio ambiente e a forma de elaborar critérios sustentáveis, falta de ferramentas práticas e informação, restrições à competitividade e oferta insuficiente desse tipo de bem ou serviço e a necessidade de mudança cultural e conscientização principalmente dos servidores públicos (MOURA, 2013).

As universidades federais possuem um duplo papel na estratégia do Governo Federal de impulsionar o DS. Em primeiro lugar, são propulsoras de novos padrões de produção e consumo, virtude da função social e sua missão institucional de pesquisa, divulgação científica e extensão, ainda, a formação profissional e ética de cidadãos. Em segundo, podem liderar e dar o exemplo ao exercer a função de empregador e consumidor em grande escala (HEGENBERG, 2013).

1.1 OBJETO E OBJETIVOS

Desta forma, diante da premissa postulada por Hegenberg (2013) e Johann, Velentini, Trindade (2014) do relevante papel das Universidades no cenário de implementação das CPS, o presente trabalho tem como objeto a implementação das CPS na Universidade Federal da Bahia (UFBA) após a publicação da legislação federal regulamentadora. Como principal questão desta pesquisa emerge: **Como ocorreu a implementação das CPS na UFBA, entre 2012 e 2016, considerando as diretrizes estipuladas pelo Governo Federal?**

O principal objetivo é **analisar como UFBA buscou realizar a incorporação de critérios sustentáveis em seu processo de compras, durante o período de análise?**

Como forma de equacionar essa questão, os seguintes objetivos secundários foram elaborados:

1.1.1 Caracterizar as CPS na UFBA, entre 2012 e 2016, considerando: a quantidade, os valores, os bens e serviços sustentáveis mais adquiridos e as Unidades Administrativas de Serviços Gerais (UASGS) que mais realizam esse tipo de compra;

1.1.2. Identificar os principais critérios, estratégias e práticas utilizadas para implementação de CPS na UFBA;

1.1.3. Identificar os possíveis fatores influenciadores da implementação das CPS na UFBA; e

1.1.4 Propor recomendações de melhorias a serem implementadas no processo de CPS

1.2 PRESSUPOSTO

Tendo como base a pesquisa realizada por Dias (2014) sobre a implementação da A3P na UFBA, cujo um dos eixos se trata das CPS, bem como os achados da pesquisa realizada por Hengenber (2013) o presente trabalho tem como pressuposto que a implementação das CPS na UFBA se deu de maneira embrionária e relação à práticas e quantidades, pois as diretrizes do Governo Federal não foram completamente incorporadas pela instituição.

1.3 JUSTIFICATIVA

A operacionalização da política de compras sustentáveis ainda é recente no Brasil, considerando que a sua legislação impulsionadora é a Lei n° 12.349 de 2010, (BRASIL, 2010). Além disso, são escassas as pesquisas científicas centradas nos procedimentos de compras sustentáveis no âmbito público, de acordo com Rosset e Finger (2017) e Hegenber (2013). A maior parte dos trabalhos encontrados no Brasil, remete a estudos de caso (21,73% das abordagens), como foi verificado por Rosset e Finger (2017). Os autores realizaram uma revisão sistemática sobre a pesquisa em CPS no Brasil.

Em específico, das análises sobre instituições de ensino superior (grupo do qual a UFBA faz parte), cabe mencionar o trabalho de Hegenber (2013). A pesquisadora realizou uma

pesquisa exploratória sobre o grupo inteiro de instituições de ensino superior brasileiras (59 à época do estudo), onde 37 foram os respondentes. Os resultados apontam para um estágio inicial com barreiras institucionais, informacionais e de estratégia de implementação, além da pouca oferta de produtos sustentáveis no mercado.

Diferentemente da autora, este trabalho se propõe a realizar uma análise qualitativa de uma singular instituição e não do conjunto das universidades, bem como busca analisar outro período de tempo que não fora contemplado por Hegenberg (2013). Cabe mencionar que os instrumentos e categorias de análise da autora serão adaptados e utilizados nesta análise.

Outro trabalho a ser mencionado é o de Rossato (2011) que buscou analisar a percepção das comissões permanentes de licitação sobre CPS em três universidades federais (Universidade Federal do Paraná/UFPR, Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC e Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS). Os resultados apontaram que as instituições atravessavam um momento de adaptação e conhecimento desta nova prática e que treinamento e medidas de educação seriam fundamentais para viabilizar sua adoção.

No exterior, foram encontrados os trabalhos de Pacheco-Blanco e Bastante-Ceca (2016) sobre as Universidades públicas espanholas. Awuzie e Emuze (2016) que realizaram o mesmo tipo de pesquisa, porém da perspectiva dos diretores sobre desafios das instituições de ensino superior da África Subsaariana para implementar CPS e tiveram como objeto 43 instituições da Nigéria e África do Sul. Young, Nagpal e Adams (2016) buscaram analisar a implementação de CPS em universidades do Reino Unido e da Austrália, e para isso, realizaram a pesquisa com 43 universidades das duas regiões. Todos estes trabalhos apresentaram resultados similares aos de Hegenberg (2013) e Rossato (2011) que realizaram a mesma investigação no contexto universitário brasileiro.

Diante do exposto, onde se percebe diferentes universidades no mundo se adaptando e utilizando as CPS em prol do DS, infere-se que há uma necessidade de adaptação dos órgãos públicos brasileiros, em especial da UFBA, CPS, não apenas para atender as diretivas do governo, mas também às novas demandas sociais. Por isso, este trabalho também pretende contribuir para disseminação desta prática, superação das barreiras possivelmente encontradas e fornecer subsidio para instrumentalização e conscientização dos gestores e servidores da UFBA. O período de análise (2012 até 2016) remete ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) subsequente às determinações legais que dão base as CPS. Por tal motivo, cabe verificar se houve alguma ação institucional promovida no que diz respeito à planejamento e gestão, neste sentido.

O Ranking de 2016 da *Center for World University Rankings* (CWUR), classificou a UFBA como a melhor universidade do Nordeste. Os dados do CWUR revelam a importância da UFBA no cenário de ensino superior brasileiro. Mas também, de acordo com a tabela 10, a UFBA é o órgão da Administração Pública Federal (APF) que mais realiza CPS. Esses fatos despertam o interesse em aprofundar os estudos sobre este processo na universidade e também justifica a escolha da UFBA como objeto de pesquisa. Adicionado a isto, um dos objetivos do curso de pós-graduação realizado por esta pesquisadora é qualificar os quadros profissionais, desenvolvendo ações voltadas à pesquisa aplicada para resultados práticos que possam produzir impactos sociais e para o órgão em questão.

O objetivo do Governo Federal é promover o DS e com isso conferiu a seus órgãos alguns instrumentos de política pública. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para a disseminação da prática das CPS e para seu aprimoramento como política pública. A UFBA como órgão público de ensino, pesquisa e extensão possui os atributos pertinentes para esta função social. Contudo, um estudo mais detalhado sobre a implementação desta política pública na instituição se torna necessário, também em virtude da pequena quantidade de pesquisas que enfrentem esta questão dentro do órgão. Sobre o tema das CPS na UFBA, no repositório institucional da universidade, foi encontrado apenas o trabalho de Dias (2014) que buscou realizar uma análise da implementação da agenda ambiental na administração pública (A3P) na instituição, em que um dos eixos versa sobre CPS. Contudo, uma análise mais profunda, específica e propositiva de ações sobre as CPS, carece de esclarecimento.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos. No primeiro, serão apresentados os componentes introdutórios: Contextualização do tema, o problema da pesquisa, o objeto, os objetivos, o pressuposto e a justificativa. Em sequência, serão tratados os aspectos teóricos sobre DS bem como a conceituação de CPS com discussão dos conceitos dos principais teóricos do tema. Também será apresentada a evolução normativa que da base legal a sua implementação no Brasil e as principais iniciativas e programas que foram desenvolvidas no mundo com a finalidade de aprimorar e implantar as CPS. No terceiro capítulo, serão abordados a metodologia e o desenvolvimento da pesquisa. No quarto capítulo, serão apresentados os resultados coletados a partir dos procedimentos metodológicos anteriormente tratados e uma discussão dos mesmos através dos conceitos e fatores tratados no capítulo 2. Por fim, no quinto

e último capítulo, será apresentado um rol de recomendações e sugestões a serem implementadas com vistas ao que foi obtido nos resultados da pesquisa e sua discussão do quarto capítulo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com a UNEP (2012), diversas nações passaram a adotar critérios sustentáveis em suas aquisições públicas como forma de enfrentar os problemas ambientais, sociais e econômicos. Contudo, desde a crise de 2008 que ainda reverbera no mundo, segundo Medeiros (2009) e Matias (2014), a figura do Estado como grande fomentador do DS passa a ter o seu papel questionado.

Para Jesus e Chrispino (2014), as CPS são uma ação de política pública em que o papel do governo e dos gestores tem peso fundamental na difusão e no uso de critérios sustentáveis. Isto porque o Estado, além de servir de exemplo, é dotado do poder regulamentador. Um outro fator importante a considerar, é o grande peso de seu consumo que tende a influenciar o mercado, na condição de agente econômico.

A compreensão do que se entende por desenvolvimento, incorpora uma gama de fatores como instituições, Estado e sociedade e as relações entre estes, que demandam um exame mais complexo sobre o tema (ZAMBAM, 2009). Para Matias (2014), o aumento populacional, o consumismo e o capitalismo assentado no ideário de crescimento econômico eterno impuseram pressões sobre o meio ambiente. Os recursos da natureza são escassos e como resultado de todo esse processo, os problemas ambientais e sociais estão se impondo como questões de risco a própria existência humana (BETIOL, 2012). O debate sobre o modelo de desenvolvimento econômico auxilia a compreender como as políticas que tem o Estado como grande alavanca de propagação ao DS são afetadas. Sendo este, o caso das compras sustentáveis no seio das instituições públicas.

2.1. SOBRE A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO ATÉ A SUSTENTABILIDADE

No texto produzido pela Comissão Mundial sobre Meio ambiente e Desenvolvimento, a *Declaração das Nações Unidas sobre o meio ambiente humano*, mais conhecido como relatório Brundtland, o conceito de DS é aquele que seria aquele capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as futuras. Esta abordagem traz em seu seio a noção de que o crescimento econômico é necessário para fazer frente a pobreza. Mas implica também na noção de justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e na

manutenção deste para o futuro, como destaca Biderman (2008, p. 13):

A noção de sustentabilidade baseia-se no imperativo de garantir a disponibilidade dos recursos da Terra para nossos descendentes, por meio da gestão que contemple a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento sadio da economia em nossas sociedades. Não basta reduzir a pressão sobre os recursos, há de se garantir igualdade de oportunidades a todos os cidadãos e prosperidade de setores produtivos e nações se desenvolvam com equilíbrio, hoje e no futuro.

Para Oliveira (2012) e Araújo (2017), o reconhecimento do DS como solução aos problemas socioambientais, não pode ser afastado do contexto neoliberal em que foi gerado. Para eles, o conceito aborda com precisão a relação contraditória entre o desenvolvimento dos países e os impactos negativos que a exploração da natureza gera à humanidade. Por disso, dá destaque à todas as contradições sociais, ambientais e econômicas que resguardam a atual fase reprodução do capital neoliberal. Araújo (2017) identifica nesta visão que o DS surge como uma ideologia que busca a manutenção do aumento da produção e do consumo mundial, sem deixar que os países em desenvolvimento se transformem em predadores da natureza. Assim, os dois autores criticam que não se pretende alterar a estrutura do modelo de desenvolvimento para minimizar a degradação ambiental, mas visa manter o modelo de reprodução do capital. Torna - se “[...] impossível acabar com a pobreza e a degradação ambiental através do crescimento econômico mundial, pois o crescimento (o ato de ficar maior) é diferente de desenvolver (o ato de ficar diferente)” (ARAÚJO, 2017, p. 7)

De acordo com Oliveira (2012), primeiramente, há um nível de desenvolvimento tecnológico e econômico diferente entre as nações centrais e periféricas. Como consequência há uma demanda maior de recursos por parte dos países desenvolvidos, o que gera uma apropriação também maior de riquezas. Em segundo lugar, porém relacionada a primeira contradição, manteve-se a aplicação de uma política universalizante para realidades diferentes. Além disso, o Estado mínimo neoliberal busca dar lugar ao mercado cujo objetivo é o lucro. Com isso ocorre uma necessidade cada vez maior de apropriação de bens e um aumento correspondente na degradação ambiental:

O relatório Brudtland atingiu seu objetivo ao preconizar uma estratégia dominante, de caráter universalizante, sob o manto ideológico da natureza como bem comum da humanidade, como se houvesse uma apropriação igual das riquezas. A formulação do desenvolvimento sustentável somente pode ser compreendida à luz do entendimento do entendimento do neoliberalismo, que surge como teoria no pós-guerra (aleatoriamente à problemática ambiental contemporânea) e tornou-se paulatinamente a matriz econômica dominante da ordem da globalização (OLIVEIRA, 2012a, p. 129).

Como o objetivo do mercado é o lucro, as estratégias de aumentar a produção inserem uma outra contradição que é apontada por Santos (2006), Bauman (2008), Harvey (2008) e Oliveira (2012), desta vez sobre o viés ideológico: a expansão do consumo em escala global. Para Milton Santos (2006) em sua obra *Por uma outra globalização*, a globalização do capitalismo produziu uma “fábrica de perversidades”. Ao invés de homogeneizar o mundo, o vem desunindo, pois gera exclusão social. Em busca da reprodução do capital estimula-se a cultura do consumo e o indivíduo se transforma em consumidor. Apenas estes, com poder financeiro garantem acesso a determinados itens e são integrados ao mundo globalizado. Bauman (2008) segue a mesma linha e define o que chama de “sociedade de consumidores”. Para ele a exclusão social é necessária dentro desta lógica, uma vez que condiciona o indivíduo a uma eterna sensação de insatisfação caso não tenha o produto tecnologicamente mais avançado ou não consiga adquirir o bem cobiçado.

Saindo da escala do indivíduo e tratando da escala mundial, Harvey (2008) ao abordar a nova ordem do capital em *Neoliberalismo: histórias e implicações*, afirma que o Estado tem um papel fundamental e na verdade não se ausenta da economia, mas coloca as necessidades do mercado (lucro e, portanto, estímulo ao consumo) em primeiro lugar. O autor retrata que papel do Estado é apenas este, tendo em vista que a integração econômica na globalização busca, em realidade, reduzir o protecionismo aos produtos e mercadorias dos países centrais. E aos países periféricos, na mesma medida que os indivíduos que não conseguem se integrar a sociedade do consumo, definidas por Santos (2006) e Bauman (2008), seguem excluídos e com processo de desenvolvimento prejudicado pela inserção deficiente na economia globalizada. É o que particularmente Santos (2006) chama de inserção incompleta e perversa. De forma ampla, ao nível global, e de forma restrita, ao nível do indivíduo, a reprodução do capital através do consumismo se faz de forma desigual, onde se destaca um aumento concentração de renda e bens em poucas pessoas, através da exclusão de um grupo substancial.

Todo esse cenário se traduz num quadro de injustiça social e também de restrição da capacidade de se inserir democraticamente e participar de maneira ativa no DS. Sob essa perspectiva, Amartya Sen (2010) em *Desenvolvimento como liberdade* aponta as contradições do Estado neoliberal e mostra que o desenvolvimento de uma nação está relacionado à oportunidade que um indivíduo deste país tem para realizar sua cidadania e desenvolver suas capacidades com liberdade.

Todas essas contradições tornaram a ser debatidas na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio ambiente e Desenvolvimento, ou eco-92. De acordo com Villac (2015), neste

encontro, os países do mundo passaram a estabelecer metas, planos e ações para que seus respectivos governos pudessem agir de forma mais contundente e estimular a sociedade a agir da mesma forma em busca do DS.

Em consonância ao postulado por Sen, Ignacy Sachs (2008, p. 13) defende: “[...] o crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma, suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo) para alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos”. Ainda sobre a responsabilidade do Estado em promover o DS, Sachs (2008) alerta que os únicos países em desenvolvimento que foram bem na década passada, foram aqueles que se recusaram a atender as prescrições no Consenso de Washington. Sendo este evento uma série de recomendações neoliberais impostas para adequar tais economias à globalização. Sachs (2002, p. 85-89) ainda forja o que seriam, para ele, as oito dimensões do DS e seus critérios:

- 1) Social - alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa, emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
- 2) Cultural - mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas) e autoconfiança, combinada com abertura para o mundo.
- 3) Ecológica - preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis e a limitação do uso dos recursos não renováveis.
- 4) Ambiental - respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
- 5) Territorial - configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); melhoria do ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis.
- 6) Econômica - desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; segurança alimentar; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica e inserção soberana na economia internacional.

7) Política (Nacional) - democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores e um nível razoável de coesão social.

8) Política (Internacional): - eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional; um Pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio da igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco); controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, prevenção das mudanças globais negativas, proteção da diversidade biológica (e cultural), gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade; sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter *commodity* da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

2.1.1 O Estado como difusor do desenvolvimento sustentável e as Compras Públicas Sustentáveis

De acordo com a análise de Matias (2014), o Estado tem um papel decisivo na superação das contradições da economia globalizada no que diz respeito ao DS. Para o autor, o modelo de consumo desenfreado precisa ser desestimulado pelo Estado junto a sociedade civil e com a ajuda de organismos internacionais de cooperação como a Organização das Nações Unidas. Para ele há um movimento de conscientização capitaneado pelos governos desde a Conferência de 1972. Porém, a economia globalizada não é incompatível com o DS, mas o modelo desregulamentado e sem possibilidade de participação social efetiva, faz com que as empresas e cidadãos não sejam estimulados a adotar uma postura sustentável.

Neste ponto, Matias (2014) se aproxima do conceito de Sachs (2008) ao trazer a importância da mobilização da sociedade através de instrumentos participativos fomentados pelo Estado, sendo este seu principal papel ao adotar uma governança democrática em prol do DS.

Embora tenha diferentes concepções e o conceito de DS já tivesse ressonância internacional, não havia um processo articulado entre as nações sobre proposições a serem executadas para combater os problemas ambientais sociais e econômicos que motivam o debate

sobre o modelo de desenvolvimento. Havia, contudo, a ideia de que era necessário para produzir uma mudança substancial dos valores culturais e éticos em prol o DS. Como Cypreste (2013) destaca a partir da Rio 92 houve uma mudança programática sensível:

Embora o conceito de desenvolvimento sustentável tenha sido amplamente disseminado, não existia ainda, a consciência de que a própria Administração Pública como grande consumidora, e conseqüentemente também agressora do meio ambiente, poderia atuar como potencial propulsora de políticas voltadas para mudanças nos padrões insustentáveis. Essa ideia passou a ser propagada através da Agenda 21 que destaca as entidades governamentais como grandes consumidoras de bens e serviços possuindo a capacidade de incorporar boas práticas de gestão ambiental na sociedade, atuando como impulsionadoras (CYPRESTE, 2013, p. 24).

Segundo Alencastro, Silva e Lopes (2014) houve uma mudança no debate que girava em torno dos impactos ambientais decorrentes da produção para então, abordarem os hábitos de consumo. Segundo Biderman *et all* (2008), Cypreste (2013) e Santos (2015), as CPS são abordadas dentro de uma estratégia internacional para promoção de DS. Villac (2015) dá destaque o capítulo quatro sobre “mudança dos padrões de consumo e produção” apresenta o papel central do governo nas medidas e sobretudo em levar a cabo as CPS, através do exercício da liderança e influenciando o público bem como as decisões empresariais ao desempenhar o seu consumo ante ao mercado.

Nesta perspectiva, foi considerado o peso do Estado como consumidor, capaz de estimular a produção de bens sustentável. De outra forma, também foi considerado um ator econômico estratégico em função de seu papel regulamentador e da sua capacidade de liderança para promover a participação da sociedade civil. Durante a cúpula mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de Johannesburgo ou Conferência rio +10, o principal foco foi discutir a implementação de soluções já propostas na Rio 92 em torno da Agenda 21. De acordo com Villac (2015) os países reconheceram como principais objetivos e requisitos essenciais do DS: (i) a erradicação da pobreza, a mudança dos padrões de consumo e (ii) a produção e manejo da base de recursos naturais para o desenvolvimento econômico e social. Sobre o plano de implementação, onde é estabelecida diretrizes para alteração dos padrões insustentáveis de consumo e produção, destacam-se:

18. Incentivar as autoridades competentes de todos os níveis para que levem em consideração as questões do desenvolvimento sustentável na tomada de decisões, inclusive no planejamento do desenvolvimento nacional e local, os investimentos em infraestrutura, desenvolvimento empresarial e aquisições públicas. Isto inclui a adoção de medidas em todos os níveis, para:

[...]

c) **promover as políticas de aquisição pública** que incentivem o desenvolvimento e a difusão de bens e serviços racionais desde o ponto de vista ambiental. (VILLAC, 2015, p. 62, grifo nosso)

A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, teve como objetivo reafirmar os compromissos assumidos na Rio-92 e na Rio+10 e definiu a agenda do DS para as próximas décadas sob dois eixos principais: (i) a economia verde no contexto do DS e da erradicação da pobreza; e a estrutura institucional para o DS.

De acordo com Freitas (2017), em 2025, a *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* documento apresentado pela ONU, forneceu um plano internacional com 17 objetivos e metas que servem para orientar os gestores na tomada de decisão com relação ao DS. Dentre os dispositivos, chama a atenção o objetivo 12 que lista uma série de medidas para assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis e em específico, no desmembramento “12.7: Promover práticas de CPS, de acordo com as políticas e prioridades nacionais”. Um passo importante dado para operacionalização deste tento, foi a recente aprovação da ISO 20400, que busca ajudar as organizações a fazerem das compras sustentáveis um modo de vida. No Brasil, sua adoção se encontra em fase de elaboração.

Por fim, há um consenso construído ao longo destes eventos, conferências e fóruns de debates alertando sobre: a necessidade de mudar os hábitos de consumo e produção, mudanças climáticas, degradação do meio ambiente e a finitude dos recursos naturais. Verificou-se, aqui, que o Estado é um ator fundamental e um grande articulador de políticas estruturantes sobre DS. Por outro lado, a sociedade pode contribuir ativamente ao ser estimulada e informada para adotar e exigir do mercado e das autoridades uma postura mais sustentável.

2.2 A IMPLEMENTAÇÃO DAS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

Para Teixeira (2013), a adoção das CPS como estratégia de promover o DS ganhou escopo global após a Rio+10 e a Rio+20. Isto porque as duas conferências resultaram em dois programas para promoção da mudança nos padrões de consumo e produção, respectivamente: o Processo de Marrakesh, e o *10 Year Framework Program on Sustainable Production and Consumption Patterns* (10YFP).

O processo de Marrakesh foi uma força tarefa lançada em 2003, com o objetivo de implementar o plano de Johannesburgo em 10% dos países do mundo até 2010, através da

construção de instrumentos e metodologias (KJÖLLERSTRÖM, 2008). De forma voluntária representantes dos governos nacionais reuniram-se com o *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)*, o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (DESA), o ICLEI, o Banco Mundial (BM) e representantes da sociedade civil e estruturaram sete forças tarefas de temas específicos em destaque na Figura 1. Um destes temas com foco nas CPS, tendo por base o item 18 do plano de Johannesburgo.

Figura 1-As forças Tarefa do Processo de Marrakech



Fonte: UNEP (2009)

A força tarefa então, foi incumbida de reunir as experiências mais avançadas e produzir manuais e metodologias para adoção dos países comprometidos com o plano. A força tarefa de CPS foi conduzida pela Suíça e resultou numa metodologia a ser aplicada por 14 países-piloto, dentre eles: Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Gana, Líbano, Maurício, Nova Zelândia, Tunísia e Uruguai. No Brasil, o Estado de São Paulo foi convidado a dividir experiências em reuniões com a força-tarefa. Por fim, o Brasil aderiu ao processo em 2007 e concluiu o seu plano para produção e consumo sustentável em 2011 (HEGENBERG, 2013; TEIXEIRA, 2013).

De acordo com Teixeira (2013), esta abordagem foi desenvolvida dentro do contexto do tripé da sustentabilidade. Portanto, em consonância com o conceito de DS tratado pelo Relatório Brundtland e com os valores, princípios e dimensões tratados por Sachs (2008) Sen (2010). Por isso, busca um equilíbrio entre os pilares econômico, social e ambiental.

Para Hegenberg (2013) e Teixeira (2013), como resultado do que fora aplicado pelas

forças tarefas foi formulado o programa 10YFP, que foi aprovado na Rio+20. As forças tarefas encerraram as atividades em 2011 e o PNUMA assumiu a responsabilidade de implementar o que fora estabelecido neste documento. O 10YFP foi um conjunto de programas para a promoção de produção e consumo sustentáveis. Contou ainda com suporte financeiro e assistência técnica para os países em desenvolvimento e para prover este recurso um *trust fund* foi implementado pelo PNUMA. O texto deixa clara cinco iniciativas de grande relevo a serem desenvolvidas, dentre elas as CPS.

Segundo Betiol (2012) a Rio+20 foi positiva no que concerne às CPS, pois houve o lançamento pelo PNUMA de uma iniciativa para promover a transição para a economia verde por meio do uso do poder de compra dos Estados. A denominada *International Sustainable Public Procurement Initiative* (SPPI), tem por objetivo que os gastos públicos com produtos e serviços que promovam benefícios ambientais e sociais aumentem, por meio da disseminação de conhecimento e ferramentas relacionadas às CPS. Esta iniciativa ratificou o 10YFP, e foi endossada por mais de trinta países e instituições, entre esses: Brasil, Suíça, Equador, Chile, Dinamarca, Holanda, Costa Rica, China, Nova Zelândia e Líbano.

2.2.1 Compras Públicas Sustentáveis: diferentes enfoques e terminologias

Segundo Alencastro, Silva e Lopes (2014), os debates sobre as questões sustentáveis até a década de 1990 pairavam sobre os impactos ambientais que a produção industrial produzia. A partir de então, as discussões começaram a se espalhar para os efeitos do consumo. A mesma autora indica não só para a essa mudança de perspectiva, mas também ao analisar o trabalho de Portilho e Russo (2008) aponta para uma ressignificação do conceito de consumo, onde emergem expressões como “consumo sustentável” e “consumo verde”.

De acordo com a pesquisadora, o segundo conceito tem caráter mais restritivo por fazer menção apenas aos critério e impactos ambientais na produção de um determinado bem que se pretende comprar ou consumir. O PNUMA e o MMA adotam a concepção de “consumo sustentável” que é mais abrangente e inclui outros fatores:

[...]uso de bens e serviços que atendam às necessidades básicas, proporcionando uma melhor qualidade de vida, enquanto minimizam o uso dos recursos naturais e materiais tóxicos, a geração de resíduos e a emissão de poluentes durante todo o ciclo de vida do produto ou serviço, de modo que não se coloque em risco as necessidades das futuras gerações. (MMA, 2011, p. 28)

Então, ao aplicar o conceito de sustentabilidade ao consumo, há uma ampliação e nova definição. Há de se destacar que o novo paradigma da sustentabilidade reverberou também junto ao mercado produtivo e ao setor público. Embora a evolução do debate sobre a necessidade de mudar os padrões de produção e consumo seja reconhecido pela sociedade e pelo mercado, as dimensões sociais e econômica ainda encontram dificuldades de integração por parte de alguns órgãos e sociedades. De acordo com Meechan e Bryde (2011) muitas organizações têm adotado erroneamente uma visão parcial de sustentabilidade, preocupando-se apenas com a temática ambiental. Já para Rodríguez (2015) ao tratar do consumo pelo Estado, inicialmente se adotou o conceito de “compras verdes” para designar as estratégias de articulação entre o instrumento contratual e o respeito ao meio ambiente. Mas rapidamente este enfoque foi alterado para “compra pública sustentável” para abarcar os aspectos éticos de gestão e sociais.

Os órgãos públicos dependem do processo de compras estabelecidas para viabilizar os bens, recursos e serviços necessários para dar prosseguimento às suas atividades. Então, essas entidades estabelecem uma relação de consumo com o mercado e precisam adotar medidas e padrões para viabilizar seus objetivos. Por isso, compreende-se que como órgãos públicos tem o dever de adotar as CPS, pois se inserem em um cenário mundial de preocupação em aplicação de ações sustentáveis, onde se busca o direito ao meio ambiente sadio e ao desenvolvimento, considerando ambos como direitos humanos fundamentais (CAVALCANTI *et al*, 2017).

A complexidade que envolve o tema também se prolonga para a terminologia. Há uma grande gama de nomenclaturas que são usadas como sinônimos por diferentes autores para designarem o mesmo processo, como Biderman *et al* (2008) “licitações sustentáveis”, “contratações públicas sustentáveis”, “compras e contratações verdes”, “compras ecoeficientes”, “licitação positiva” e “compras ecoamigáveis”. Contudo é preciso observar que o que a CAVALCANTI *et al* (2017, p. 12) destaca:

A terminologia que envolve o conceito de compra pública sustentável deve ser analisada de forma sistêmica, incluindo a chamada licitação sustentável, as contratações públicas sustentáveis, as compras e contratações verdes, compras “ecoficientes” ou “ecoamigáveis”, compras responsáveis, dentre outras expressões utilizadas pelos diversos países e entidades governamentais que possuem políticas e/ou desenvolvem ações sobre essa temática.

Se faz notável então, que a abrangência de CPS é mais ampla do que as demais expressões. Ainda de acordo com a CAVALCANTI *et al* (2017) e levando em conta a legislação brasileira, as licitações são um procedimento administrativo específico que visa a realização de

uma compra ou contratação por uma entidade pública. Com relação a contratações e licitações sustentáveis “[...] consistem na execução do citado processo como um meio de se promover a harmonização de objetivos econômicos, sociais e ambientais, em consonância com o conceito de desenvolvimento sustentável”. (CAVALCANTI *et al*, 2017, p. 12)

Existem ainda as “licitações e as compras verdes” que se caracterizam pelo fato de priorizarem os enfoques ambientais dos bens e serviços pretendidos pelo Estado. A Comissão Europeia (2008) e Testa *et al* (2014) definem “processo por onde as autoridades públicas buscam adquirir bens e serviços com impacto ambiental reduzido durante seu ciclo de vida quando comparados aos bens e serviços com a mesma função que seriam adquiridos da mesma forma” (TESTA *et All*, 2014, p. 1).

Sobre o engajamento de diferentes países e suas organizações públicas, os estudos de Steurer *et al* (2007) e Brammer e Walker (2011) apontam para a existência de diferenças de foco das políticas nacionais. Steurer *et al* (2007) analisaram 103 iniciativas em 26 países da União europeia, concluindo que 47,6% possuíam foco em critérios ambientais e sociais. Já Brammer e Walker (2011) analisaram 280 organizações de 20 países. Neste último estudo, concluiu-se que os países da União Europeia contemplaram relativamente bem os aspectos da sustentabilidade. Os Estados Unidos denotaram possuir mais instrumentos resguardando questões igualitárias. O Canada possui traços mais firmes de estímulo ao desenvolvimento de empresas de tribos locais e a África do Sul, devido ao histórico do Apartheid, busca estimular os negócios que pertencem a negros.

Brammer e Walker (2011) e Teixeira (2013) elucidam o porquê de existirem diferenças na construção de políticas nacionais de CPS. Primeiramente, o aparecimento da questão ambiental é relativamente recente e as questões sociais já possuem pautas consolidadas nos ordenamentos jurídicos e também encontram amparo internacional. Ainda assim, Brammer e Walker (2011) apontam que não existe voluntariedade na aplicação de ações afirmativas, para se cumprir com os aspectos sociais, geralmente se adota estreitamente o limite da lei.

Da mesma forma que existem diferenças na aplicação das dimensões da sustentabilidade das CPS, existem diferenças nas definições. Walker e Brammer (2011) ao estudarem países da Organização para Cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE), analisaram a definição de seus órgãos públicos para CPS. Os pesquisadores confirmaram as diferenças de foco conceitual, já tratado no estudo anterior, e estabeleceram uma classificação baseada no tripé da sustentabilidade ao codificar os conceitos separando-os pelo enfoque dado: social, econômico e ambiental.

Um dos conceitos de compras sustentáveis, identificados pelos autores, mais adotados pelos países que desenvolvem ações nesse sentido, corresponde ao elaborado pela Força-tarefa em CPS do Reino Unido (*U.K. Sustainable Procurement Task Force*), em 2006, segundo o qual: “Compra sustentável é um processo por meio do qual as organizações, em suas licitações e contratações de bens, serviços e obras, deverão valorar os custos efetivos com base nas condições de longo prazo, buscando gerar benefícios à sociedade e à economia e reduzir os danos ao ambiente natural.” (CAVALCANTI *et al*, 2017, p. 12)

Contudo, no presente trabalho, foi possível identificar outras definições largamente utilizadas por pesquisadores, organismos internacionais e pelo Brasil, na qualidade de Estado que adota e busca difundir esta política. Apesar de grande quantidade de definições, percebe-se a manutenção das noções principais com relação a definição da Força-tarefa em CPS do Reino Unido, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 - Diferentes conceituações de CPS no Brasil e no mundo

Autor/Organização	Definição
Ministério de planejamento, orçamento e Gestão - MPOG (2010, p. 5)	Licitação sustentável baseia-se nos princípios e boas práticas de aquisição “tradicional” e considera fatores adicionais para maximizar os benefícios sociais, ambientais e econômicos, para a organização contratante, sua cadeia de suprimentos e para a sociedade como um todo.
ROOS, (2012, pp. 2, tradução nossa)	As CPS são uma solução para integrar considerações ambientais e sociais em todas as fases do processo de compra e contratação de governos, visando reduzir impactos sobre a saúde humana, o meio ambiente e os direitos humanos.
Biderman <i>et al</i> (2008, p. 25)	A licitação sustentável é uma solução para integrar considerações ambientais e sociais em todos os estágios do processo da compra e contratação dos agentes públicos (de governo) com o objetivo de reduzir impactos à saúde humana, ao meio ambiente e aos direitos humanos
BETIOL (2012 pp. 22)	[...]aquelas que consideram fatores sociais e ambientais juntamente com fatores financeiros, nas tomadas de decisão de compras.
Brammer; Walker, (2011, p. 4, tradução nossa)	Compra sustentável é a compra consistente com os princípios do DS, com a garantia de uma sociedade forte, saudável e justa, vivendo dentro de limites ambientais, e promovendo a boa governança.
UNEP, 2012, pp. 9 E ICLEI, 2015 p. 13;	As compras sustentáveis consistem em assegurar que os produtos e serviços que sua organização compra alcancem uma boa relação qualidade-preço, considerando o ciclo de vida inteiro, e gerem benefícios não somente para sua organização, mas também para o meio ambiente, a sociedade e a economia.
Espace Québécois de concertacion sur les pratiques d’approvisionnement responsable-ECPAR (2012, tradução nossa) apud Ouellette-Plante (2013, p. 24)	Uma forma de contratar que integra critérios ambientais e sociais nos processos de compras de bens e serviços como meio de reduzir os impactos ambientais, aumentar os benefícios sociais e reforçar a sustentabilidade econômica das organizações.

Association des acheteur public (AAP) - (2015, p. 7, tradução nossa)	Como política pública, as CPS afirmam um papel triplo, em termos econômicos: o de grande consumidor, em termos sociais: apoio e assistência às pessoas mais vulneráveis, (reserva de mercado, cláusulas de inserção, novos empregos e facilitadores); em termos de planejamento regional: o de ajudar o território e suas empresas. Os contratos públicos sustentáveis fazem parte de uma abordagem global. Os agentes públicos devem ter em conta os requisitos econômicos, sociais e ambientais.
Advocacia Geral da União-AGU (2016, p. 12-13)	Licitação sustentável, por sua vez, é a licitação que integra considerações socioambientais em todas as suas fases com o objetivo de reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente e, via de consequência, aos direitos humanos. Trata-se de uma expressão abrangente, uma vez que não está delimitada pelo procedimento licitatório em si, mas perpassa todas as fases da contratação pública, desde o planejamento até a fiscalização da execução dos contratos.

Fonte: Elaboração própria.

Observando os conceitos apresentados no Quadro 1, pode-se perceber a diferença entre ênfases dos e critérios, relacionados a aspectos sociais, sociais e econômicos. Por exemplo, a AGU (2016) ressalta a finalidade ambiental das CPS como objetivo que promove consequentemente ganhos em direitos humanos, enquanto Brammer e Walmer (2011) destacam os aspectos da governança na formação se uma sociedade justa, forte e saudável. Com efeito, também se percebe uma similaridade entre os diferentes autores em torno dos efeitos positivos que podem ser organizados em aspectos sociais, ambientais e econômicos que serão abordados a seguir.

2.2.1 Dos fatores e critérios que compõem a implementação das Compras Públicas Sustentáveis

De uma forma geral, os conceitos de CPS no Quadro 1 apresentados trazem os 3 focos da sustentabilidade: aspectos sociais, ambientais e econômicos. Os fatores abordados pelos autores apresentam critérios similares a serem considerados para a implementação desta política pública. De acordo com MPOG/Brasil (2010e), Walker e Brammer (2011), Roos (2012), Betiol (2012), Birdeman *et Al* (2012) Teixeira (2013), Hegenberg (2013), ICLEI (2015), estes são os principais critérios, tendo como referência os aspectos supramencionados, presente no Quadro 2.

Quadro 2-Aspectos da Sustentabilidade na definição de critérios de CPS

Fatores de Sustentabilidade	Crítérios de CPS
Econômicos	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção da inovação tecnológica - Diversificação de mercados; - Considerar o custo dos produtos e serviços ao longo do seu ciclo de vida - Avaliar qualidade, disponibilidade e funcionalidade; - Aumentar a eficiência do uso dos recursos públicos - Promoção do desenvolvimento regional;^[1]_[S&EP] - Oportunidades para micro e pequenas empresas. - Geração de empregos - Considerar a melhor oferta e não o menor preço - Gestão responsável e transparente
Sociais	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção dos direitos humanos e do trabalho - Inclusão social de minorias e justiça social - Promoção de uma cultura organizacional sustentável - Reduzir os impactos sobre a saúde - Promoção de valores éticos na sociedade - Salários justos
Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> - Redução dos impactos ambientais durante o ciclo de vida do produto - Conservação de recursos naturais - Reduzir a produção de resíduos - Promoção de eficiência energética - Prevenir a poluição dos biosistemas - Promoção do consumo consciente (reduzir, reciclar e reutilizar) - Contribuir para a redução dos efeitos das Mudanças climáticas

Fonte: Elaboração própria.

Para Hegenberg (2013), tais critérios também são percebidos como benefícios, pois apesar da percepção que as compras públicas são mais caras, os benefícios a longo prazo compensam seu custo. Além disso, tendem a melhorar a imagem da autoridade pública, pois para o ICLEI (2015, p. 12) transmitem responsabilidade ao cidadão ao demonstrarem que buscam instrumentalizar a sustentabilidade.

De acordo com Biderman (2008), MPOG/Brasil (2010e), Testa *Et All* (2014) e Terra, Csipai e Uchidda (2015) deve-se a atentar para a importância de ter um instrumento convocatório claro e com regras bem estabelecidas e objetivas. O edital de convocação é peça fundamental para a integração de critérios sustentáveis. Terra, Csipai e Uchidda (2015), em particular, dão os passos de como inserir os critérios de forma concreta: i- Na especificação técnica do objeto, ii-Como requisito de habilitação e iii- Como obrigação imposta a contratada.

Contudo, uma questão que aparece recorrentemente ao tratar de CPS é a abordagem do “ciclo de vida” dos produtos e serviços sob o prisma dos aspectos ambientais. O Groupe d’Etude de Marchés Development Durable (GEM-DD, 2015) do governo francês elaborou uma nota técnica para os gestores e responsáveis por licitar, com a finalidade de tirar dúvidas e esclarecer

sobre o conceito e de que forma utilizar durante as compras. De acordo com GEM-DD (2015, p. 5), ciclo de vida é:

O conjunto de estágios sucessivos e interdependentes ao longo da vida de um produto, uma obra ou serviço: a extração de matérias-primas necessárias para sua fabricação, produção, comercialização e suas condições, transporte, uso e manutenção, reutilização, reciclagem, recuperação, coleta, disposição para o descarte.

A nota é oportuna pois traça as principais diferenças entre Análise de Custo do Ciclo de Vida (ACC), Custo do Ciclo de Vida (CCV) e Custo Global (CG). Ao contrário do critério de compras por preço, o CCV permite considerar plenamente todos os custos suportados pela entidade pública, ao adquirir um produto, serviço ou obra. Este critério busca valorar o Ciclo de Vida (produção, manutenção, transporte, armazenamento, uso e descarte) e não apenas preço de mercado. O CCV é um conceito mais amplo pois integra o CG – que seria tudo o que se refere a aquisição direta do produto (produção, manutenção e consumo) do produto como também os custos indiretos (poluição, desmatamento etc).

As CPS se apresentam como um instrumento fundamental para o DS. A priorização de um determinado enfoque, seja o social, o ambiental ou o econômico, como alertaram Brammer e Walker (2011), está relacionado com a história da localidade, com os objetivos dos governos e ainda com as metas de cada órgão que devem ser estabelecidas e avaliadas por seus gestores. Isto posto, cabe examinar as principais práticas e modelos adotados no mundo.

2.2.2 Boas práticas de Compras Públicas Sustentáveis no mundo

De acordo com Brito (2014) e Teixeira (2013) diferentes práticas para promover um padrão de produção e consumo mais sustentável utilizando o poder de compra do Estado têm sido observadas ao redor do mundo. Hegenberg (2013) reuniu as iniciativas coletadas por Biderman (2008) em uma tabela. Esta pesquisa buscou atualizar a situação das práticas e incluir outras que foram detectadas em Teixeira (2013) e Brito (2014) além de sites governamentais e de organismos internacionais como UNEP (2013) que resultaram nas políticas adotadas pelas regiões abaixo descritas:

Quadro 3- Boas práticas de CPS no mundo

União Europeia- Ressalta-se o programa europeu de consumo sustentável, com destaque aos

sistemas de ecorrotulagem e gestão ambiental.

Canadá- A política de compras verdes federais foi estabelecida desde 2006 e é liderada pelo *Public Works and Government Services Canada* em colaboração com *Environment Canada*, *Natural Resources Canada* e *Treasury Board of Canada Secretariat*.

EUA- Por decreto, os EUA determinaram que 95% dos contratos de compras públicas usem produtos e serviços eficientes nos gastos com água, energia, que não contenham substâncias nocivas à Camada de Ozônio e sejam produzidos com itens recicláveis. No governo do presidente Bill Clinton foi decretado o (*Executive Order Number 12.873*) que institui as licitações com respeito à cidadania e ao meio ambiente.

Japão- O Japão editou normas de compras verdes que exige dos órgãos públicos de todas as esferas do governo a adoção de 95% das aquisições de acordo com as categorias definidas para os produtos verdes. Possui avançado modelo de compras através da rede *Green Purchasing Network (GPN)*, que promove iniciativas de consumo sustentável que incluem desde treinamentos até o desenvolvimento de catálogos de compras online.

Suécia- Iniciou em 2001 seu programa de licitação sustentável, criando uma entidade composta por entidades públicas e empresas, que define prioridades de ação para compras sustentáveis e baseia suas decisões em estudos científicos de ciclo de vida e análises econômicas para construir critérios e indicadores de sustentabilidade de produtos e serviços.

Noruega- Estabeleceu por Decreto em 2001, que dispõe medidas de licitação sustentável e o governo deve considerar os impactos relativos à exploração de recursos naturais e despejos finais sobre o meio ambiente. Dispõe de diretrizes para as CPS, com foco nos setores automotivo, de transportes, de construção, têxtil, de papéis e impressos, e de equipamentos de escritório.

Países Baixos- Realizam esforços desde 1999 para a construção de um *website* de referência para as CPS, que inclui especificações para compras e contratações de 30 categorias de produtos, serviços e obras. Além do programa de CPS os governos dos países baixos estabeleceram como meta que, até 2010, a sustentabilidade deveria ser incluída em 50% das licitações.

México- Integra um grupo de CPS criado no âmbito do Nafta (*North American Free Trade Agreement*) e tem um programa de gestão ambiental pública, que inclui capacitação de funcionários, reciclagem, economia de energia, entre outros. A Lei de Licitação do México acrescentou princípios de licitação sustentável, exigindo eficiência energética e de economia no uso de água nos contratos e aquisições do governo

Reino Unido- Realizam licitação sustentável há mais de uma década. Há um programa intenso de CPS para treinamento dos funcionários que fazem as compras. Estabeleceu uma força-tarefa para promoção da licitação sustentável num programa lançado em 2005. Estimula através de reconhecimento salarial, os funcionários que possuem desempenho conforme as metas estabelecidas nos programas de CPS.

Itália- Bolonha Estabeleceu critérios para CPS e exigiu que os produtos tenham algum tipo de rótulo ambiental e/ou certificação de produção controlada. Em 2016, o código de contratações públicas foi alterado trocando o critério menor preço pela “proposta mais vantajosa” buscando tratar de critérios sustentáveis.

Portugal- Aderiu ao Projeto Leap (*Local Authority Environmental Management System and Procurement*), que promove, além das CPS, a introdução de ferramentas de gestão sustentável nos órgãos públicos, como o SBT00IPT (sistema internacional de adesão voluntário).

África do Sul- Diz a seção 217 da Constituição da República da África do Sul que a Administração ao contratar bens ou serviços deve fazê-lo com observância de um sistema justo isonômico, transparente, competitivo e com economicidade e isto não deve inibir a fomentação de uma política de compras públicas que proteja e dê preferências a categorias e pessoas em desvantagem ou injusta discriminação.

Suíça- Encabeçou a força tarefa de Marrakesh. Os correios do país adotaram veículos elétricos para reduzir emissões de dióxido de carbono da sua frota. Os produtos adquiridos são analisados pelo custo de ciclo de vida.

França- Em 2015, estabeleceu um plano nacional de ação de adesão voluntária com programas de ações temáticas que por meio do acompanhamento, troca de experiências e orientações entre as autoridades responsáveis por realizar compras públicas, visa, através de metas específicas, até 2020 incluir critérios sustentáveis em suas compras.

Coréia do Sul- A Lei obriga que órgãos públicos façam CPS mesmo que esses produtos sejam mais caros. O governo também lançou o cartão de crédito verde. Esta iniciativa possui um sistema de pontuação, no qual o cidadão pode trocar pontos por dinheiro ou reduzir impostos, se economizar energia elétrica, água e gás e também por usar o transporte público no lugar do individual, assim como quando adquire produtos verdes ao invés dos convencionais.

Mercosul- Em 2003, o Mercosul aderiu o processo de Marraquesh se comprometendo a elaborar seu Plano de ação e para produção e consumos sustentáveis. Durante a reunião do Parlamento do Mercosul realizada em Montevideu a proposta de inserir critérios sustentáveis nas compras governamentais foi aprovada, porém aprovação dos Congressos Nacionais dos países membros.

Austrália- Na Austrália, em 2002, foi criado o órgão do governo denominado *Green Building Council* da Austrália ou Conselho Verde de Construção da Austrália, para promover a indústria de propriedade sustentável do país, com o objetivo de estimular a adoção de práticas sustentáveis com base no mercado.

Espanha- Barcelona introduziu cláusulas éticas nos contratos de compra de vestuário dos trabalhadores de parques e jardins locais, que obrigam os fornecedores a respeitar as normas básicas de trabalho da OIT. Como resultado provocou um efeito replicador para outros departamentos e cidades do entorno.

Fonte: Elaboração própria.

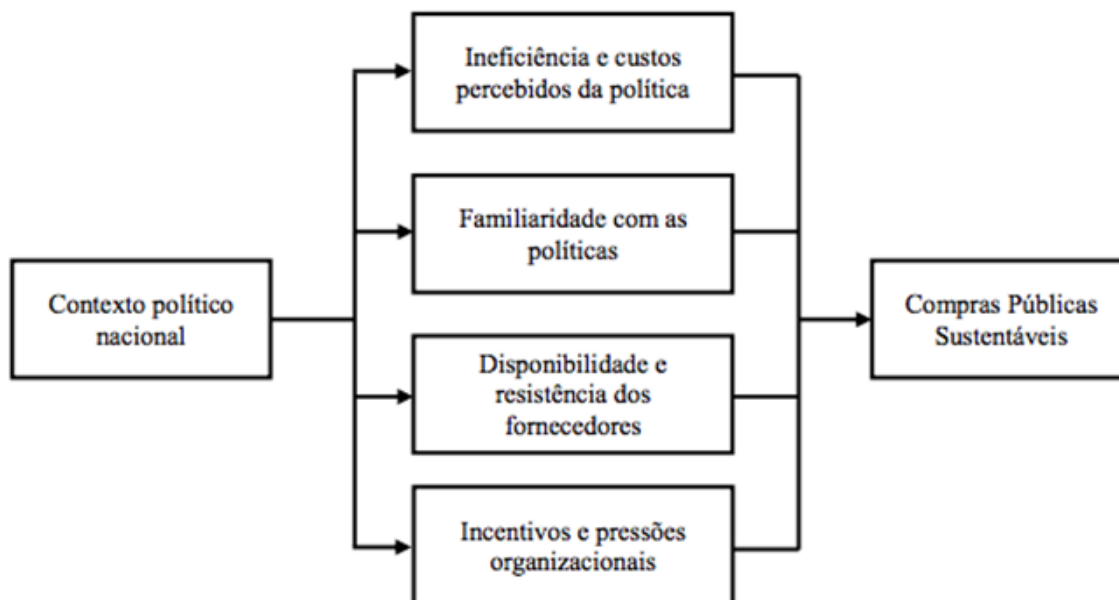
Ao analisar as diferentes iniciativas de CPS no mundo apresentadas, pode-se perceber uma ampla gama e uma diferença de graus no uso das CPS. Segundo Jesus e Chrispino (2014) para implementar os esforços pactuados nestes eventos internacionais, além da legislação estabelecida foram estabelecidos programas, modelos e práticas em cada nação. Na próxima seção, serão tratados diferentes estudos que abordam os principais fatores que influenciam e as barreiras encontradas nas experiências analisadas.

2.2.3 Fatores influenciadores e barreiras da implementação das Compras Públicas Sustentáveis

Muitos planos e políticas para adoção de critérios sustentáveis nas compras públicas têm gerado estudos para mapear os desafios e dificuldades encontrados para a realização deste tento. Os dois trabalhos, Machado e Neto (2014) e Jesus e Chrispino (2014), chamam a atenção para o modelo desenvolvido por Walker e Brammer (2011) em 280 organizações públicas em 20

países, sobre as influências nas CPS que se encontram na Figura 2. Neste estudo, o fator “custos/ Benefícios percebidos” foi o mais citado.

Figura 2 - Modelo conceitual das influências nas CPS



Fonte: Brammer e Walker (2011) –Tradução nossa

Tal modelo foi uma adaptação de estudos anteriores dos mesmos autores, Walker e Brammer (2009), sendo estes inspirados em Gelderman *et al* (2006). Segundo eles, os fatores, abaixo explicados, são separados para ter uma finalidade didática, mas em diferentes situações apresentam relacionamento entre si, em maior ou menor grau de influência (Walker e Brammer, 2011, p. 456-457):

- Custos/Benefícios percebidos – Os produtos sustentáveis são por vezes vistos como mais caros que seus equivalentes não sustentáveis. Devido às restrições orçamentárias, a relação custo-benefício no momento das compras exerce um papel mais relevante.
- Familiaridade com as políticas – Para que seja possível a implementação das compras sustentáveis, torna-se necessário entender o seu conceito e as políticas governamentais nesse sentido. Existe uma dificuldade entre os profissionais e gestores de compras na compreensão do conceito de sustentabilidade e isto pode resultar em dificuldade no momento de implementar as CPS.
- Disponibilidade/Resistência dos Fornecedores – Muitos bens e serviços adquiridos pelo setor público possuem um grau elevado de especialização e fornecedores que cumpram

os requisitos sustentáveis pode se tornar difícil.

- Incentivos/Pressões Organizacionais – Diz respeito ao apoio dos níveis hierárquicos superiores e da estrutura organizacional para implementar a política.

Diferentes análises se seguiram como forma de identificar os fatores que influenciam a implementação das CPS cujas ausências ou obstruções se traduziram em barreiras. Machado e Neto (2014), por exemplo, realizaram uma análise em uma instituição pública e trouxeram um resumo sintético de diferentes autores e organismos internacionais e nacionais. De maneira a complementar a este estudo, outros fatores foram investigados na presente pesquisa para identificar similares nos que foram encontrados pelas pesquisadoras. Assim, o Quadro 4 sintetiza o resultado desta pesquisa, apresentando também a percepção de Walker e Brammer (2011) trazida a partir do modelo apresentado na introdução desta subseção.

Quadro 4 - Síntese das principais Barreiras a CPS

MACHADO E NETO (2014)	BRAMMER E WALKER (2011)	COUTO E RIBEIRO (2011)	SECO (2013)
Financeira	Financeira	Aspectos Mercadológicos	Falta de recursos para implementar
Informacional	Informacional		Preocupação quanto oferta de produtos
Legal	Legal	Imposição Legal	
Gerencial/Estrutural	Gerencial	Ausência de novas práticas e indicadores	-Deficiência de estrutura -Falta de ferramentas de monitoramento
Política	Política /Cultural	-	Ausência de política
Qualidade/disponibilidade do produto	Qualidade do produto	-	Baixa disponibilidade de produtos sustentáveis
Prioridade	Prioridade	-	Ausência de liderança para inclusão de sustentabilidade nos processos decisórios
Falta de Capacitação e sensibilização das empresas privadas		Falta de capacitação dos servidores	Falta de consciência sustentável dos fornecedores
Falta de Capacitação/formação e sensibilização dos compradores	-	-Rejeição de novas responsabilidades -Falta de capacitação dos servidores	-Inércia Comportamental
Desconhecimento sobre o meio ambiente e sobre a forma de estabelecer critérios ambientais	-	-	Falta de conhecimento por parte dos profissionais de compras

Fonte: Elaboração própria.

Os estudos de Couto e Ribeiro (2011) que buscaram analisar as dificuldades de

implementação no âmbito brasileiro e os seguintes fatores foram identificados: Aspectos mercadológicos, ausência de novas práticas e indicadores, falta de capacitação dos servidores, imposições da legislação e rejeição a novas responsabilidades. Um outro trabalho a ser mencionado é o *Swiss State Secretariat for Economic Affairs* (SECO) de 2013, que deu origem ao relatório *Buying for tomorrow* que buscou analisar a África, Austrália, América Central, Europa, América do sul, Sul e sudeste asiático. O resultado da pesquisa apresentou que as principais barreiras enfrentadas orbitam a esfera da habilidade e conhecimentos dos operadores das compras.

A descrição e o significado das barreiras apresentadas estão aqui abaixo dispostos, de acordo com o que fora identificado por Machado e Neto (2014):

- A barreira financeira: Significa a resistência dos gestores públicos em pagar mais pelos itens sustentáveis, apontando o impacto orçamentário como o principal fator inibidor.
- A barreira informacional: Destaca falta de domínio conceitual e desconhecimento das especificidades dos produtos e serviços sustentáveis e ferramentas na efetivação da aquisição sustentável.
- A barreira gerencial/estrutural: É a ausência/ baixo de apoio hierárquico no estabelecimento de diretrizes e estímulos institucionais para a adoção de requisitos sustentáveis nas compras.
- A barreira legal: É representada pela carência de dispositivos e marcos legais que fundamentem o emprego de critérios sustentáveis nas contratações.
- A qualidade do produto disponível no mercado. Está indicada na dificuldade de atendimento técnico pelos fornecedores dos critérios adotados pelos demandantes.
- A política: Se traduz pelo estabelecimento de ferramentas governamentais para o desenvolvimento da prática.
- A prioridade: Está ligada à consideração da sustentabilidade como um princípio organizacional de maior valor em relação a outros critérios.
- A Falta de Capacitação e sensibilização das empresas privadas: Diz respeito a adequação e consciência das empresas em atender a esta demanda por produtos sustentáveis.
- A Falta de Capacitação/formação e sensibilização dos compradores: Seria a carência de experiência, consciência e de capacidade técnica dos responsáveis de por realizar as compras públicas.
- O Desconhecimento sobre o meio ambiente e sobre a forma de estabelecer critérios ambientais: Que é a dificuldade dos compradores para definir quais produtos e serviços são considerados sustentáveis

2.2.4 Fatores Influenciadores e barreiras nas universidades

Aprofundando o tema das barreiras à implementação das CPS para Instituições de Ensino Superior (IES), um estudo exploratório promovido por Pacheco-Blanco e Bastante-Ceca (2016) sobre as perspectivas internas e externas das Universidades espanholas, vale a pena ser destacado. Do ponto de vista externo, as autoras buscaram analisar como as universidades projetam sua “imagem verde” e um dos fatos investigados foi a disponibilidade, nos respectivos *websites*, de documentos que consolidam as práticas de CPS. No que diz respeito ao processo de compras, os resultados denotaram que apenas 21,5% das universidades tinham um manual de CPS e apenas para alguns aspectos orçamentários. O estudo ainda ressaltou que tais resultados apontam uma lacuna informacional no uso de critérios sustentáveis no que diz respeito a disseminação e comparação entre as iniciativas. E que os documentos pertinentes a CPS são de difícil acesso aos usuários que buscavam a informação.

Da perspectiva interna as autoras buscaram identificar através de *survey* quais as medidas mais praticadas e estimuladas relacionadas a CPS que as universidades se comprometeram a adotar na Conferência de Reitores das Universidades Espanholas (CRUE) em 2005. Como barreiras a difusão sobre o uso de critérios sustentáveis em suas compras, as pesquisadoras identificaram (Pacheco-Blanco e Bastante-Ceca, 2016):

- Heterogeneidade de departamentos encarregados pela implementação: Dificulta o acesso da informação além de uma ausência de um setor específico para determinar metas e objetivos que para as autoras seria uma peça fundamental para o sucesso da implementação.
- A descentralização do gerenciamento das compras em diferentes departamentos das universidades: Torna o estabelecimento de critérios econômicos para a promoção de CPS difícil. Tendo em vista que a legislação espanhola limita a inclusão deste tipo de critério para compras acima de 18 mil euros.
- Falta de informação: De acordo com as pesquisadoras se fosse estabelecido uma base de dados comum para que houvesse disseminação das práticas e da existência de produtos e serviços sustentáveis, isto seria superável.
- Fraca correlação entre documentos institucionais da visão das universidades e a inclusão de preceitos de CPS. Tendo em vista a pequena quantidade de CPS realizadas ou mesmo outras iniciativas em prol da sustentabilidade.

Hegenberg (2013) realizou uma pesquisa exploratória sobre todas as universidades federais brasileiras e como se deu a implementação das CPS nessas instituições. A pesquisadora buscou entre outros fatores as principais barreiras enfrentadas pelos gestores e pelos servidores responsáveis por licitar e comprar nas IES.

O resultado da pesquisa mostrou que a implementação das CPS nas Universidades federais ainda se encontrava em um estágio geral bastante incipiente, resultante de ações pontuais não planejadas e com baixa aplicação da normatização regulamentadora. Com relação às barreiras encontradas Hegenberg (2013) as dividiu da seguinte maneira:

- Fatores internos: Nível de conhecimento e capacitação dos solicitantes de compras; cultura interna da instituição, nível de capacitação e treinamento dos envolvidos nas compras e condições atuais de estrutura e pessoal para implementação de CPS.
- Fatores externos: condição atual do mercado/ competitividade, condição de preço/custo envolvido, oferta atual de produtos e serviços sustentáveis e falta de orientações e diretrizes práticas por parte dos órgãos regulamentadores.

Como pode ser observado, muitas práticas e modelos de CPS foram adotados ao redor do mundo. O Brasil também buscou formular programas, leis e aderiu a compromissos internacionais com o intuito de utilizar o poder de compras do Estado como indutor de DS. Estes aspectos do caso brasileiro serão tratados a seguir.

2.3 AS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NO BRASIL

No Brasil, embora o conceito de DS tenha sido amplamente disseminado nos últimos anos, não existia, contudo, uma forma clara sobre como operacionalizar sua aplicação nos procedimentos administrativos públicos (CYPRESTE, 2013). Para Meneguzzi (2015) a iniciativa mais significativa se deu quando o Governo Federal passou a exigir procedimentos ambientais em suas aquisições, obras e serviços, através da Lei no 12.349 de 15 de dezembro de 2010 (BRASIL, 2010c) que inclui o desenvolvimento nacional sustentável como objetivo da Licitação Pública (BRASIL, 2010c). Esta lei alterou o artigo terceiro da Lei 8.66 de 21 de junho de 1993, que dispõe sobre as regras gerais das Licitações e Contratos da Administração Pública (BRASIL, 1993).

O Governo Federal estabeleceu normas, práticas e diretrizes para implementar as CPS. Também criou o Sistema Integrado de Serviços gerais (SIASG) - instituído pelo art. 7º do Decreto nº1.094, de 23 de março de 1994 (BRASIL, 1994). Tal sistema é uma ferramenta de

apoio às autoridades licitantes de toda a APF. Nele é possível fazer a gestão dos processos de compras, editais, contratos e fornecedores, bem como verificar a disponibilidade de materiais e produtos cadastrados no Catálogo de materiais (CAMAT). No respectivo catálogo, hoje, são encontrados 1024 produtos sustentáveis. Além disso, são registrados dados sobre as compras e tais informações são disponibilizadas ao acesso público no Painel de compras do Governo Federal que pertence ao SIASG. Com as informações obtidas neste sítio foi possível elaborar a Tabela 1 que apresenta a evolução da quantidade de compras realizada por toda APF entre 2012 e 2016, em termos de volume de compras totais, sustentáveis e não sustentáveis.

Tabela 1- Evolução da quantidade de CPS da APF (2012-2016)

Anos	Não sustentável	Sustentável	Total		
	Vol.	%	Vol.	%	Vol.
2012	169.329	99,30	1.192	0,70	170.521
2013	159.407	99,25	1.199	0,75	160.606
2014	145.007	99,30	1.021	0,70	146.028
2015	105.551	99,16	895	0,84	106.446
2016	105.478	99,15	899	0,85	106.377
Total	684.772	99,25%	5.206	0,75%	689.978

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Painel de compras do Governo Federal

Com os dados extraídos do painel de compras do Governo Federal, a Tabela 1 foi elaborada e se pode verificar uma tendência de aumento gradativo (em 2012 as CPS representavam apenas 0,70% do total e em 2016 o percentual elevou-se para 0,85%) ainda que num cenário reduzido já que o percentual do período é de apenas 0,75% de CPS em relação ao total. Desta forma, torna-se necessário abordar os aspectos legais que corroboram para implementação das CPS no Brasil e também as práticas que já estão sendo realizadas pelo Governo Federal.

2.3.1 Arcabouço Legal que dá suporte a implementação das Compras Públicas Sustentáveis

Devido a esse estímulo viabilizado pela edição de leis por parte do governo, cabe

verificar o arcabouço constitucional consolidado no Quadro 5 e que foi construído pelo Estado brasileiro ao longo dos anos. Este rol de normas que serve de base para elaboração de programas, práticas de compras sustentáveis que serão abordados na sequência.

Quadro 5 - Normas constitucionais aplicáveis a CPS

Norma constitucional	Descrição
Artigo 5, LXXIII	Legitimidade de qualquer cidadão para propor ação popular contra ato lesivo ao meio ambiente
Artigo 23 integralmente, com atenção especial VI e VII	A proteção ambiental e o combate à poluição em qualquer de suas formas são entendidos como responsabilidade dos entes de todas as esferas
Artigo 22, XXVII	Competência privativa da União legislar sobre normas gerais de licitação e contratação
Artigo 37, XXI	Princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e demais condições a serem observados ante a licitação pública
Artigo 170, integralmente e em especial IV	Regulamenta os objetivos e princípios da atividade econômica
Caput do artigo 175	A obrigação de observar o dever de licitar a prestação de serviços públicos
Artigo 225	O direito ao meio ambiente equilibrado como bem de uso comum a todos e o dever de preservá-lo.

Fonte: Elaboração própria com base na Constituição Federal (Brasil, 1988)

Para Bim (2015) e Meneguzzi (2015) da Constituição Federal de 1988 (CF/88) já se depreendia a possibilidade de realizar as compras públicas com a finalidade de promover ao DS em razão do tratamento ofertado ao meio ambiente. Para Santos (2015) a interpretação conjugada destes dispositivos, aborda os principais aspectos da sustentabilidade: desenvolvimento econômico, justiça social e proteção ao meio ambiente.

Paralelamente, as normas infraconstitucionais apresentadas no Quadro 6 também evoluíram no sentido de detalhar e aprofundar o tratamento já abordado pela CF/88. Para Moura (2013) o artigo 170 da CF/88 (BRASIL, 1988) ao determinar que as atividades econômicas devem observar a proteção ao meio ambiente e o artigo 225 do mesmo texto, que trata o meio ambiente equilibrado, já explicitava o dever de realizar as CPS. Para a autora, as atividades econômicas, e, portanto, o dever de licitar tratado na Lei Geral de Licitações (BRASIL, 1993), condicionavam a responsabilidade dos gestores públicos em direcionar a realização das compras públicas em prol do DS. Ainda, as inovações trazidas pelos diplomas legais após a promulgação da Constituição, dissolvem as dúvidas e conflitos sobre a legalidade das CPS.

Quadro 6 - Normas infraconstitucionais aplicáveis a CPS

Leis e outras normativas	Descrição
Lei n ° 6.938, de 31 de agosto de 1981 – Política Nacional do Meio Ambiente	Estabelece os princípios da regulamentação ambiental. Um dos objetivos é compatibilizar o desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.
Lei n ° 7.347, de 24 de julho de 1985 – Lei da Ação Civil Pública	Regulamenta as ações e a responsabilidade por dano causado ao meio ambiente
Lei n ° 8.666, de 21 de junho de 1993 – Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos	Define licitação como um procedimento administrativo de observância obrigatória pelas entidades governamentais.
Lei Federal n ° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – Lei de Crimes Ambientais	Estabelece a possibilidade de aplicação de sanção restritiva de direitos, como a proibição de contratar com a administração pública, para os infratores ambientais.
Lei n ° 9.660, de 16 de junho de 1998	Dispõe sobre a substituição gradual da frota oficial de veículos da administração pública, visando incentivar o uso de veículos movidos a combustíveis renováveis.
Decreto n ° 2.783, de 17 de setembro de 1998	Veda a aquisição de produtos ou equipamentos que destroem a camada de ozônio pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal.
Lei Federal n ° 10.295, de 17 de outubro de 2001	Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia.
Decreto n ° 4.131, de 14 de fevereiro de 2002	Dispõe sobre medidas emergenciais de redução do consumo de energia elétrica no âmbito da administração pública federal
Lei n ° 10.520 de 17 de julho de 2002	Institui, nos termos do artigo 37, inciso XXI, da CF/88, a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.
Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005	Regulamenta o pregão, na forma eletrônica.
Decreto n ° 5.940, de 25 de outubro de 2006	Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pela administração pública na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.
Lei Complementar n ° 123, de 14 de dezembro de 2006	Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
Lei n ° 12.187 de 29 de dezembro de 2009 – Política Nacional sobre Mudança do Clima	Possui uma diretriz que estabelece o estímulo e o apoio à manutenção e à promoção de padrões sustentáveis de produção e consumo, determina que sejam usados critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas para as propostas que propiciem maior economia de recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos (Artigo 5 °).
Lei n ° 12.305, de 2 de agosto de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos	Estabelece prioridade nas aquisições e contratações governamentais para: <i>i</i>) produtos reciclados e recicláveis; e <i>ii</i>) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Artigo 7 °).
Instrução Normativa SLTI/MP n ° 1, de 19 de janeiro de 2010	Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras no âmbito da administração pública federal.
MP 495, de 20 de julho 2010 – altera o art 3	Estabelece a promoção do desenvolvimento nacional como finalidade da licitação e incluiu outros sete parágrafos sobre a margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam as normas técnicas brasileiras.
Lei n ° 12.349/2010, de 15 de dezembro de 2010 (conversão da MP 495) –	Altera o artigo 3 ° passando a vigorar: “A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção ^{LEI} da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento

altera a Lei n ° 8.666/1993	nacional sustentável.
Decreto 7.546, de 2 de agosto de 2011	Regulamenta os parágrafos 5 ° a 12 ° do artigo 3 ° da Lei n ° 8.666, sobre A aplicação de margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais e institui a Comissão Interministerial de Compras Públicas.
Lei Federal n ° 12.46,2 de 4 de agosto de 2011	Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC)
Decreto n ° 7.746, de 5 de junho de 2012	Regulamenta o Artigo 3 ° da Lei n ° 8.666, 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP).
Instrução Normativa SLTI/MP n ° 10, de 12 de novembro de 2012	Estabelece regras para a elaboração dos planos de gestão de logística sustentável de que trata o Artigo 16, do Decreto n ° 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências.
Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013	Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei n ° 8.666, de 21 de junho de 1993.
Decreto n ° 8.250, de 23 de maio de 2014	Altera o Decreto n ° 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei n ° 8.666, de 21 de junho de 1993.

Fonte: Elaborado com base na legislação vigente e Cruz (2014)

Assim, para Cruz (2014), Carvalho (2014) e Meneguzzi (2015), a conversão da Medida Provisória (MP) n ° 495 de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010a) na Lei n ° 12.349 de 15 de dezembro de 2010 (BRASIL, 2010b) que altera a Lei n ° 8.666 de 21 de junho de 1993 (BRASIL,1993) é o grande marco legal, pois passou determinar expressamente o desenvolvimento nacional sustentável como objetivo das licitações. Embora, segundo Bim (2015) já não representava dúvida anteriormente.

Com o objetivo de promover a sustentabilidade nas compras públicas, o Governo Federal emitiu três normas: a Instrução Normativa (IN) da Secretaria de logística e tecnologia de informação do ministério de planejamento orçamento e gestão (SLTI/MPOG) de n ° 1, de 19 de janeiro de 2010, o Decreto de n ° 7.746, de 5 de junho de 2012 (BRASIL, 2012a) e como consequência deste último, a IN da SLTI/MPOG de n ° 10, de 12 de novembro de 2012 (BRASIL, 2012b).Tais dispositivos estabelecem critérios mais específicos e parâmetros ambientais, éticos e sociais a serem observados a seguir.

a) A IN n ° 1 da SLTI/ MPOG de 19 de janeiro de 2010

No Quadro 7, os critérios estabelecidos na IN n ° 01, de 19 de janeiro de 2010 da SLTI (BRASIL, 2010d) foram divididos por objeto de contrato (bens, obras e serviços). Em seu artigo 1º, a normativa faz referência ao ciclo de vida como abordagem para uso de critérios

sustentáveis, quando dispõe que as especificações para CPS dos órgãos da APF deverão contar critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os procedimentos de extração ou fabricação, utilização e descarte de produtos e matérias primas.

Quadro 7 – Critérios de sustentabilidade na IN n° 01 da SLTI/MPOG de 2010

Obras Públicas (artigo 4)	Bens (artigo 5)	Serviços (artigo 6)
Eficiência energética (Incisos: I, II, III, IV, V)	Devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT (Inciso I)	Os produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados devem obedecer às classificações e especificações determinadas pela ANVISA
Redução no consumo de água (Incisos: V; VI; VII)	Devem observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares (Inciso II)	Adotem medidas para evitar o desperdício de água tratada
Uso de energia renovável (Inciso IV)	Sejam preferencialmente, acondicionados em embalagem individual, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento (Inciso III)	Observem as orientações da Resolução CONAMA n° 20/1994 quanto os ruídos gerados pelos equipamentos de limpeza no seu funcionamento
Gestão de resíduos (Incisos: VI; VIII; §§ 2° e 3°);	Não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (<i>Restriction of Certain Hazardous Substances</i>). (Inciso IV)	Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços (*)
Biodegradabilidade (utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis) (Inciso VIII)		Realizem um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes (*)
Rastreabilidade (ou comprovação da origem da madeira a ser utilizada da execução da obra ou serviço) (inciso IX)		Realizem a separação dos resíduos recicláveis descartados na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis (*)
Uso preferencial de mão de obra e fornecimento de material local (*)		Respeite as Normas Brasileiras–NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos
		Premova a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA n° 257/1999.

Fonte: Adaptado de Freitas (2017). As áreas selecionadas com asterisco representam a qualificação social, as demais são ambientais

A legislação mencionada dá um grande destaque para a importância do instrumento convocatório ser claro, objetivo e coerente com os princípios das licitações, sob pena de torná-la inviável. Nesta seara, o artigo segundo da referida IN ressalta a importância ao definir regras e exigências de forma ponderada com um dos princípios que regulam as compras públicas que é o da competitividade. E com relação a critérios de julgamento o artigo terceiro do mesmo texto é categórico: “Nas licitações que utilizem como critério de julgamento **o tipo melhor técnica ou técnica e preço, deverão ser estabelecidos no edital critérios objetivos** de sustentabilidade ambiental para a avaliação e classificação das propostas” (BRASIL, 2010d, grifo nosso).

Sobre a contratação de obras a serviços, o artigo quarto da referida norma menciona a necessidade de observar as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e as prescrições da ISO nº 14.000 da Organização Internacional para a Padronização (*International Organization for Standardization*). Já para a aquisição de bens, a comprovação de que o bem ou serviço contratado cumpre com os parâmetros estabelecidos no artigo quinto do dispositivo, pode ser realizada mediante certificação. O que significa que uma terceira parte neutra e autorizada, declara que as determinações estipuladas previamente em edital, ou pela referidas normatizadoras, foram atendidas. Caso não exista entidade certificadora capaz de atestá-la, o órgão contratante pode exigir diligências a expensas do selecionado. Por fim, se a adequação não for constatada, a proposta será desclassificada, conforme regra que deve constar em edital.

b) Decreto n ° 7.746, de 5 de junho de 2012 e a IN n ° 10, da SLTI/MPOG de 12 de novembro de 2012

Terra, Csipai e Uchida (2015) defendem que embora o Decreto nº 7.746 de 5 junho de 2012 (BRASIL, 2012a) tenha tomado por base a IN nº 1 da SLTI/MPOG de 2010 (BRASIL, 2010d), pois adotou suas premissas e disposições, houve avanços consideráveis. Primeiramente, o decreto é uma norma de hierarquia superior e uma eventual alteração demanda maior rigor logo, a consolidação dos critérios por este meio é mais relevante para o ordenamento jurídico brasileiro. Os autores também indicam uma outra circunstância técnica de ponderação importante. A SLTI tem competência sobre órgãos e entidades do Sistema de Serviços Gerais¹,

¹ Trata-se de um sistema auxiliar da administração pública criado pelo Decreto 1094, de 23 de março de 1994, responsável pela coordenação de atividades de logística pública de toda a Administração Pública. Com relação a CPS, é responsável por formatá-la.

já o decreto passa a estender as práticas a toda APF.

O dispositivo também cria a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP), órgão consultivo cuja finalidade é propor critérios, práticas e ações de logística sustentável no âmbito da APF. De acordo com as atas de reunião da comissão disponíveis no site do MPOG, as ações de capacitação promovidas pela entidade resultaram em 978 servidores capacitados no final do ano de 2014. Por último, a inovação mais relevante é a determinação de que todos os entes públicos da esfera federal devem elaborar e implementar seus Planos de Gestão de Logística sustentável (PLS) que contam com um eixo de CPS como exigência.

De forma clara e no âmbito das CPS, o decreto estabelece que os órgãos da administração pública podem adquirir e contratar serviços e obras considerando critérios sustentáveis, conforme disciplina o artigo segundo deste texto. Mas atenção especial deve ser dada ao parágrafo único que indica a necessidade de justificar a adoção dos critérios utilizados no certame de forma a não frustrar a competitividade do mesmo. O artigo terceiro do Decreto n.º 7.746 de 5 de junho de 2012 (BRASIL, 2012a), ressalta a necessidade de inseri-los como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada, determinando então não apenas os critérios, mas também como usá-los.

Art. 2º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme o disposto neste Decreto.

Parágrafo Único. A adoção de critérios e práticas de sustentabilidade deverá ser **justificada** nos autos e preservar o caráter competitivo do certame.

Art. 3º Os critérios e práticas de sustentabilidade de que trata o art. 2º serão veiculados como especificação **técnica do objeto ou como obrigação da contratada**. (BRASIL, 2012a)

Com a finalidade de trazer mais esclarecimentos sobre como elaborar o PGLS, o decreto trouxe em seu artigo quarto as diretrizes gerais. Já o artigo 16 diz respeito ao que deve compor os planos, além de deixar a cargo a SLTI estipular o prazo da elaboração (120 dias a contar de 14 de novembro de 2012).

Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

- I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras;

VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento. [...]

Art. 16. A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, conforme ato editado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que preverá, no mínimo:

I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;

II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;

III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano;

e

IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação.

(BRASIL, 2012a)

As competências da CISAP são estabelecidas no artigo 11 do referido decreto. As que mais se destacam estão no inciso I, cabendo propor à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, atual SEGES, (i) as normas para elaboração do PLS; (ii) os critérios e práticas de sustentabilidade nas compras. Com a alternância de governo em 2015, a comissão não se reuniu neste ano e no seguinte. Já em 2017, houve uma reorganização e recomposição dos membros pelo Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017 (BRASIL, 2017b). Com a criação da Secretaria de Gestão (SEGES) pelo Decreto 9.035, de 20 de abril de 2017 (BRASIL, 2017a), a presidência da CISAP, que pertencia à SLTI passou a ser da SEGES.

Em decorrência do que fora estabelecido em seu artigo 16 para elaboração do PGLS, a SLTI determinou normas complementares para a APF. Esta competência resultou na IN nº 10 da SLTI/MPOG de 2012 (BRASIL, 2012b). Esta instrução normativa traz um rol de conceitos relevantes para a proposição em questão e define os planos de gestão e logística sustentável como:

[...] ferramentas de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública. (SLTI/MPOG, 2012b, artigo terceiro)

O que significa dizer que para cada ponto definido no PGLS como objetivo, os resultados alcançados serão avaliados e monitorados de acordo com as metas estabelecidas nele. O oitavo artigo aponta o mínimo de práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços. Em específico sobre compras sustentáveis, o inciso VI do referido artigo determina expressamente abordagens mínimas: obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção

predial.

Já o inventário mencionado no inciso 1 do artigo 16 do decreto 7.746/12 encontra informações complementares para sua formulação no Artigo sétimo (BRASIL, 2012a). De uma forma geral, a elaboração do inventário de bens móveis deve observar a Instrução normativa da Secretaria da Administração Pública - SEDAP nº 205, de 8 de abril de 1988. E o inventário de materiais deve obrigatoriamente apontar se o item a ser adquirido é sustentável ou não.

Com a finalidade de orientar os gestores dos órgãos, a IN nº 10, da SLTI/MP de 2012 (BRASIL, 2012b) trouxe o anexo II como referência de boas práticas para os tópicos nela abordados. O Quadro 8 foi elaborado com base neste anexo e cabe chamar a atenção para o inciso VI – Compras e Contratações que se dedica integralmente e de forma não exaustiva ao tema aqui abordado.

Quadro 8- Boas práticas de sustentabilidade e racionalização de materiais para CPS

VI – Compras e Contratações
<ol style="list-style-type: none"> 1. Dar preferência, quando possível, à aquisição de bens reciclados ou recicláveis; 2. Dar preferência à utilização de impressoras que imprimam em frente e verso; 3. Dar preferência, quando possível, à aquisição de papéis reciclados, isentos de cloro elementar ou branqueados a base de oxigênio, peróxido de hidrogênio e ozônio; 4. Incluir nos contratos de copeiragem e serviço de limpeza a adoção de procedimentos que promovam o uso racional dos recursos e utilizem produtos reciclados, reutilizados e biodegradáveis; 5. Exigir comprovação de origem das madeiras quando da aquisição de bens e na contratação de obras e serviços; 6. Priorizar, quando possível, o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; 7. Revisar o contrato de limpeza visando à racionalização em razão do real dimensionamento da área objeto do serviço contratado; 8. Utilizar, quando possível, software de comunicação eletrônica para o envio de mensagens instantâneas (instant text messaging) ou para a transmissão de voz (Voice over Internet Protocol– VoIP); 9. Adotar uma rede de comunicações telefônicas, entre unidades de uma mesma entidade; 10. Revisar normas internas e os contratos de telefonia fixa e móvel visando a racionalização em relação ao limite de custeio, à distribuição de aparelhos e ao uso particular dos aparelhos; 11. Adotar segurança eletrônica visando a auxiliar a prestação do serviço de vigilância; 12. Revisar normas internas e os contratos de vigilância visando o dimensionamento; 13. Substituir, se possível, a segurança armada por desarmada, nos locais internos do órgão ou entidade; e 14. Fomentar compras compartilhadas.

Fonte: Adaptado Do Anexo II da IN nº 10/2012 (BRASIL, 2012b)

Diante do aqui exposto, percebe-se que o Estado brasileiro veio depreendendo esforços para promover o DS. Ao longo dos anos, muitas normas foram produzidas com a finalidade de formar uma consciência sustentável na sociedade e de mudar uma cultura de produção e consumo que comprometem a existência humana. Nota-se a preocupação em efetivar as práticas de sustentabilidade sobretudo as CPS, pois Tribunal de contas da União através do acordo

1.056 de 2017 (BRASIL, 2017c) avaliou que a adoção ao plano continuava baixa e determinou a necessidade da SEGES exigir a implementação do PLS no planejamento estratégico dos órgãos. Para isso, não apenas as leis foram elaboradas, mas também programas e iniciativas pautados nas CPS como estratégia. Estes últimos serão apresentados logo a seguir.

2.3.2 Boas práticas de Compras Públicas Sustentáveis no Brasil

De forma semelhante ao contexto internacional, o Estado brasileiro buscou se alinhar a busca global de um padrão de consumo e produção sustentável (HEGENBERG, 2013). As diferentes normativas aqui abordadas e ações como a adesão ao processo de Marrakesh, foram passos fundamentais para este processo. A adesão em 2007 ao referido processo culminou no Plano de ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) e na Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) (BRASIL, 2011) que serão explorados na sequência.

a) Plano de ação para Produção e Consumo Sustentáveis

O PPCS foi lançado em 2011 é coordenado e monitorado pelo Governo Federal, construído em parceria com a sociedade civil e setor produtivo. O plano estabeleceu Temas prioritários (Educação para o consumo sustentável, CPS, Agenda Ambiental na Administração Pública/A3P, Aumento da reciclagem de resíduos sólidos, Varejo sustentável, Construções sustentáveis), tipologias de ação, mecanismos e ferramentas e estratégia de implementação. No Quadro 9 estão dispostos a missão os objetivos, princípios e diretrizes do PPCS.

Quadro 9 - Objetivos, missão, princípios e diretrizes do PPCS

O objetivo primordial do PPCS é fomentar dinâmicas e ações, no médio e longo prazos, que mudem o atual paradigma de produção e consumo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Os objetivos gerais do PPCS são:

1. Fomentar no Brasil um processo de ampliação de ações alinhadas ao conceito de PCS, tal como estabelecido pela ONU no Processo de Marrakesh,
2. Integrar a iniciativa de disseminação de PCS ao esforço de enfrentamento das mudanças climáticas, o combate à pobreza, a distribuição equitativa dos benefícios do desenvolvimento, a conservação da biodiversidade.

O objetivo específico é fornecer as diretrizes básicas e eleger as prioridades para que um conjunto de ações cabíveis, articuladas entre si, possa efetivar mudanças tanto nos padrões de consumo como de produção.

A **missão** do PPCS é fomentar políticas, programas e ações de consumo e produção sustentáveis no País voltadas a ampliar as soluções para problemas socioambientais, consoante com as políticas nacionais visando à erradicação da miséria e ao desenvolvimento sustentável, e, com os compromissos

internacionais assumidos pelo Brasil, sobretudo com as diretrizes do **Processo de Marrakesh**. Desta forma, contribuirá também para as mudanças de padrão de produção e consumo, rumo a uma economia de baixo carbono, que garantam a sustentabilidade das sociedades humanas em harmonia com o Planeta.

Princípios:

- Do desenvolvimento sustentável
- Da responsabilidade compartilhada
- Da liderança governamental por meio do exemplo
- Da precaução
- Da prevenção
- Da participação da sociedade civil e transparência
- Da cooperação
- Da educação ambiental

Diretrizes:

- Devem considerar tanto o sistema produtivo em si, como o sistema institucional-regulatório que o sustenta: infraestrutura, tecnologia, instrumentos econômicos e regulatórios;
- Considerar os impactos do PPCS sobre o mercado de trabalho e os requisitos da definição de “empregos verdes” da OIT;
- Ações que tenham impacto no sistema cultural e educacional visando à mudança de comportamento;
- Integração dos planos de PCS com outros programas e planos nacionais,
- Identificação de ações existentes em todo o Brasil, que, por suas características, possam vir a compor e enriquecer o PPCS;
- Identificação de sinergias e confluências entre as prioridades e metodologias propostas no âmbito nacional e internacional;
- Envolvimento amplo da sociedade brasileira no processo;
- Observar a variedade e a diversidade de públicos, culturas regionais e de grupos sociais, dentro do próprio País;
- Levantar em conta os acordos internacionais assinados pelo Brasil.

Fonte: Adaptado, MMA (2011)

De acordo com Hegenberg (2013) dada a impossibilidade de trabalhar com todos os temas prioritários de forma simultânea, o processo de implementação do PPCS foi dividido em ciclos e metas. Os ciclos têm duração de quatro anos, permitindo a revisão e aprimoramento. O Tema CPS foi definido como prioritário e para o primeiro ciclo o objetivo foi impulsionar a adoção deste instrumento no âmbito da administração pública” buscando ainda incentivar setores industriais, empresas e sociedade. Com isso o Governo Federal tem a missão de liderar a adoção da prática e servir de exemplo para os demais âmbitos da administração pública, afim de que estados e municípios passa a fazer o mesmo (MMA/BRASIL, 2011). As ações previstas no primeiro ciclo pra CPS foram:

1. Consolidar a base normativa de suporte às compras públicas sustentáveis (CPS), e converter as ações voluntárias em obrigatórias. Meta: editar Decreto com base na IN 01/2010 e estabelecer obrigatoriedade em pelo menos 30% de compras governamentais até 2014;
2. Assegurar que os mecanismos de suporte à realização de CPS, tais como cartilhas, portal, cadastro de fornecedores, registro de bens e serviços, etc., estejam disponíveis para os gestores públicos e mercado fornecedor;
3. Constituir um banco de dados de casos e exitosos em CPS, registrar inovações que possam ser universalizadas, para os tomadores de decisão e gestores públicos;

4. Aumentar a oferta de fornecedores ligados às políticas de compras inclusivas, integradas a políticas sociais de governo, possam se beneficiar das compras públicas sustentáveis, participando do cadastro de fornecedores e dos processos de credenciamento;
5. Curso - Meta de capacitação de 3000 servidores por ano;
6. Realizar pesquisa nacional sobre o estado da arte em compras públicas sustentáveis. (MMA/BRASIL, 2011, p. 22)

De acordo com notícia veiculada no site do Ministério do Meio Ambiente em 2016, foi aberta uma consulta pública para alterações e sugestões do 2 ciclo do PPCS e “ Neste segundo ciclo, busca-se promover e ampliar a escala das ações em dez eixos temáticos, identificados a partir da experiência acumulada ao longo do primeiro ciclo do Plano, desenvolvido de 2012 a 2014 [...]” (VERDI e MORAES, 2016).

b) Agenda Ambiental na Administração Pública -A3P

Como um tema prioritário do PPCS, a A3P é um programa do MMA que tem o objetivo de sensibilizar os gestores da administração pública para adoção de práticas sustentáveis. Como forma de atingir este objetivo, a A3P foi estruturada em cinco eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada dos resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores; e licitações sustentáveis. Desta forma,

A A3P tem como objetivo estimular os gestores públicos a incorporar princípios e critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras, levando à economia de recursos naturais e à redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos, da gestão adequada dos resíduos, da licitação sustentável e da promoção da sensibilização, capacitação e qualidade de vida no ambiente de trabalho. (MMA, 2009, p. 9)

A A3P chama a atenção para o conjunto de leis e resoluções de outros órgãos regulamentadores como o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e o Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que podem facilitar a adoção de critérios sustentáveis nas compras públicas. Além disso, também aborda a legislação vigente e indica o espaço virtual disponibilizado pelo MPOG no sítio *Comprasnet*, onde se pode acompanhar e compartilhar informações, editais e uma lista de bens, serviços e obras sustentáveis. Como sugestão de ações a cartilha disponibiliza a lista disposta no Quadro 10.

Quadro 10 - Práticas de CPS disponíveis na cartilha da A3P

Obras públicas

- uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;
- automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;
- uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;
- energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;
- sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;
- sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;
- aproveitamento da água da chuva, através da captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
- utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e
- comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço.

Aquisições de Bens

- que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;
- que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- que os bens não contêm substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances)

Contratação de serviço

- use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- forneça aos empregados os equipamentos de segurança para a execução de serviços;
- realize um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da APF, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

- preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Fonte: Adaptado de MMA, 2009.

A A3P possui também um canal de comunicação permanente a “Rede A3P” que consiste em:

[...]difundir informações sobre temas relevantes à agenda, sistematizar dados e informações sobre o desempenho ambiental das instituições, incentivar e promover programas de formação e mudanças organizacionais e, finalmente, proporcionar o intercâmbio técnico entre os participantes, culminando na troca de experiências entre eles (BRASIL, 2009, p. 86)

Para ser integrante da Rede não é necessário que o órgão tenha aderido ao programa. De acordo com a lista de integrantes disponibilizada no site do MMA, até agosto de 2017 eram 810, sendo destes 32 Universidades federais. A UFBA não constava nesta publicação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A sintetiza a classificação da pesquisa. Este trabalho se classifica como qualitativo, aplicado, descritivo e é também um estudo de caso. As características e procedimentos fundamentais para identificar a abordagem, a natureza, os objetivos e os procedimentos, respectivamente, serão esmiuçados nesta seção.

Figura 3 – Resumo da classificação da pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

De acordo com sua abordagem, esta pesquisa se classifica como qualitativa. Para Godoy (1995), os métodos qualitativos procuram entender a partir de pontos de interesse abrangentes e não de hipóteses claramente especificadas. Envolve técnicas interpretativas de coleta e disseminação de dados, tais como a análise de vários tipos de documentos. Para Minayo (2008) a pesquisa qualitativa responde a questões particulares pois trabalha com universo de significados, valores e crenças correspondentes ao espaço dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis estatísticas.

Do ponto de vista de sua natureza se trata de uma em pesquisa aplicada. Segundo Gil (2010) a pesquisa aplicada é apropriada para adquirir conhecimentos, tendo em vista à aplicação em uma situação específica. Na visão de Vergara (1998), este tipo de trabalho é motivado pela necessidade de resolver problemas concretos. Tem, assim, uma finalidade prática.

Também se classifica como descritiva, pois visa descrever as características de determinadas populações ou fenômenos (Gil, 2010). Richardson (2012) corrobora com esta afirmação, ao apontar que estudos dessa natureza procuram investigar características de um

fenômeno específico. Por isso esta técnica é adequada para caracterizar o objeto de estudo deste trabalho que são as CPS realizadas pela UFBA entre 2012 e 2016.

Em relação aos procedimentos se trata de um estudo de caso. Para Yin (2010) é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Segundo Gil (2008, p. 58), o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos para que se possa conhecê-los de forma detalhada.

3.2 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Esta pesquisa utilizou dados primários e secundários. Como técnicas de coleta de dados secundários, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, pois teve base nem materiais já publicados Gil (2010), orientada para os principais conceitos a serem desenvolvidos para consecução dos objetivos ora propostos. Foi ainda realizada uma pesquisa documental, pois de acordo com Gil (2010) este tipo de pesquisa se caracteriza por buscar dados e materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, embora se pareça com a pesquisa bibliográfica, sendo esta a principal diferença.

Como técnica de coleta de dados primários, foi utilizada a entrevista semiestruturada com vistas a dar espontaneidade ao entrevistado Gil (2010) e ao mesmo tempo Marconi e Lakatos (2011, p. 279) definem que esta técnica permite que o entrevistador tenha liberdade para desenvolver cada situação na direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente a questão. Esse tipo de entrevista foi bastante útil pois pôde sanar dúvidas sobre os processos técnicos e das opções gestão da Universidade com relação a CPS. Ademais, segundo Marconi e Lakatos (2011) a entrevista é um dos instrumentos básicos para a coleta dos dados, pois ocorre uma conversa oral entre duas pessoas, o entrevistador e o entrevistado. Todas as entrevistas têm um objetivo, buscar informações importantes e compreender as perspectivas e experiências das pessoas entrevistadas sobre fatos e eventos. Assim as entrevistas possibilitaram a obtenção de dados em profundidade e informações que não são encontradas em fontes documentais (YIN, 2010; MARCONI e LAKATOS, 2011)

Também foi feita uma pesquisa com uso de questionários pois, atinge maior número de pessoas simultaneamente, mantém o anonimato dos respondentes, permite as pessoas a

responderem no momento que julgarem mais convenientes obtêm respostas mais rápidas e exatas, economiza tempo, viagens e obtêm grande número de dados além de respostas uniformes (GIL, 2008). Marconi e Lakatos (2011, p. 86) corroboram com esta visão e definem que questionário para é um instrumento de coleta de dados em que o pesquisador envia as perguntas ao grupo pesquisado e o recolhe após o preenchimento.

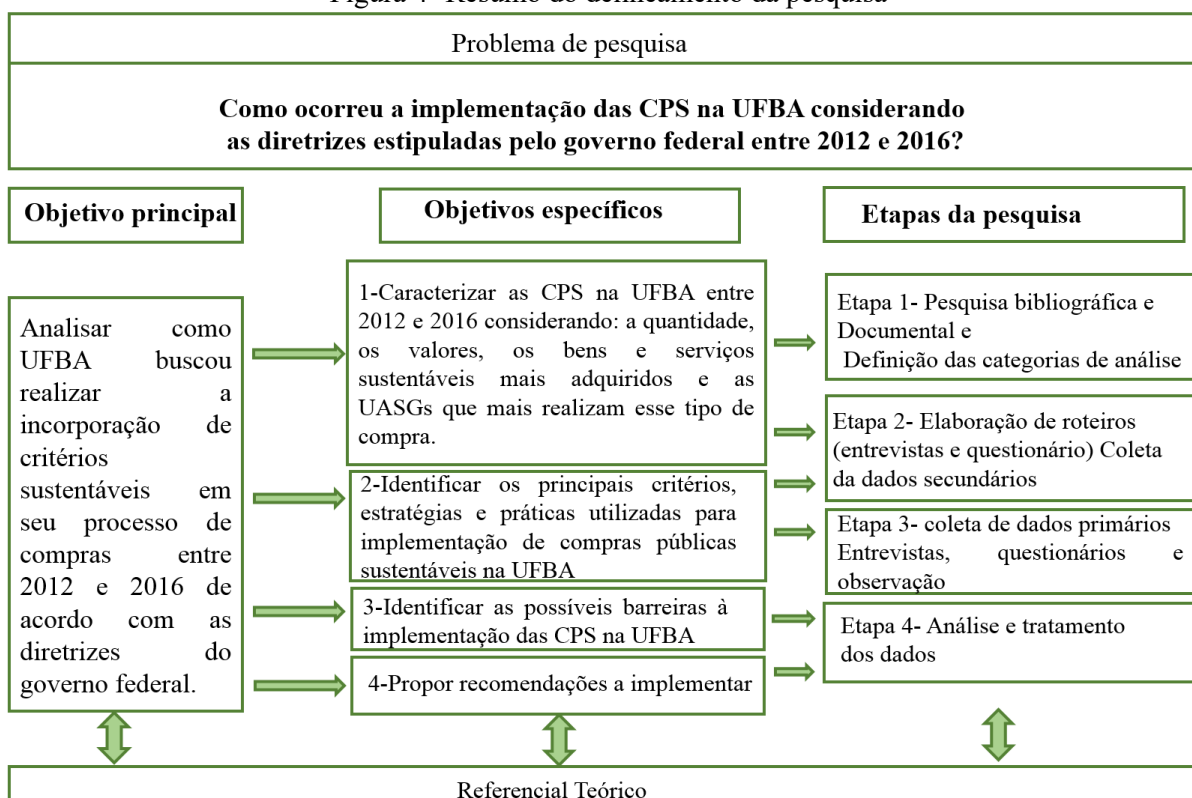
A observação atuou como técnica complementar, pois de acordo com Gil (2008) é a técnica recomendada para pesquisas qualitativas, apropriada para estudos de hábitos e condutas de um grupo social. Neste sentido, será útil para caracterizar a comunidade o ambiente envolvido no procedimento de compras. O tipo de observação empregada é a não-participante, tendo em vista que esta pesquisadora não é parte integrante do grupo de funcionários envolvidos no processo de compras, de forma que se amolda ao perfil de expectador da realidade estudada (MARCONI e LAKATOS, 2011).

Ainda, Davidson (2005) entende que a triangulação, procedimento também utilizado nesta pesquisa, é uma combinação de diferentes fontes e métodos de coleta de dados, em que a análise desses dados é feita em conjunto, e não considerando dados individuais. Isto posto, os resultados obtidos através da coleta de dados das técnicas já mencionadas, foram confrontados e analisados em conjunto, já que Flick (2013) foram utilizadas de forma complementar, em atenção a visualizar um quadro mais amplo da realidade investigada e também a compensar em cada método as deficiências do outro. Yin (2010) defende o uso da triangulação em estudos de caso e modo a configurar linhas convergentes de investigação. Assim, a coleta de dados de diferentes fontes visa confirmar dados obtidos e permitem validar o constructo da pesquisa, já que estariam produzindo várias avaliações do mesmo fenômeno.

3.3 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A Figura 4 sintetiza o delineamento da pesquisa que relacionar as etapas dos procedimentos metodológicos com as técnicas usadas em cada um para atingir os objetivos específicos. Observa-se ainda que os roteiros de entrevista estão no Apêndice- A e questionários propostos se encontram no Apêndice-B. As entrevistas foram realizadas em três visitas a CMP/PROAD com três ocupantes de cargo de chefia, enquanto os questionários foram aplicados a 12 funcionários. Estes procedimentos estão melhor detalhados na etapa três desta secção.

Figura 4- Resumo do delineamento da pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

Desta forma, na primeira etapa buscou-se realizar uma pesquisa bibliográfica, documental e com base nos achados definir as categorias de análise de dados para a etapa seguinte. Na etapa 2, seguiu-se com a elaboração dos roteiros e entrevistas e questionário para a coleta de dados primário, assim como a coleta de dados secundários, a partir do material obtido na primeira etapa. Na terceira etapa, procedeu - se com a coleta de dados primários, coletados com os questionários e as entrevistas formuladas na etapa anterior. A última etapa se relaciona com a análise dos dados obtidos e com a proposição, a partir disto, de recomendações a serem implementadas.

3.3.1 Etapa 1 – Pesquisa bibliográfica, documental e definição das categorias de análise

Ressalta-se que para a etapa 1, foi realizada um levantamento que permitiu identificar os referenciais bibliográficos utilizados como fundamento teórico deste trabalho. As buscas foram realizadas em inglês e português, em livros, reportórios universitários, artigos científicos, documentos de organismos internacionais, oficiais de governos e universidades. As plataformas utilizadas para pesquisa de artigos científicos em inglês foram a Scopus e a Sciencedirect. Como

critérios de busca, a combinação entre os critérios de pesquisa *article title, abstract, Keywords* ou " títulos, resumo e palavras-chave" e os conceitos/termos entre aspas de forma a reduzir o espectro da busca, pois sem o uso desta pontuação, as palavras que compõem os termos são analisadas pelas plataformas de modos conjunto e separado. O interesse deste trabalho reside em analisar a composição dos termos de forma conjunta, pois assim se referem ao conceito principal do trabalho: Compras Públicas Sustentáveis. O período de busca foi de 2012 até 2017, por refletir o período mais recente com relação a produção acadêmica de CPS. A busca também se deu nas diferentes áreas de conhecimento abarcadas pelas plataformas. O Quadro 11 apresenta os resultados desta pesquisa nas plataformas indicadas.

Quadro 11- Termos de buscas nas plataformas de artigos científicos (2012 até 2017)

Termos	Science direct		Scopus	
	Ano	Nº de artigos	Ano	Nº de artigos
<i>Sustainable procurement</i>	2012	24	2012	14
	2013	18	2013	18
	2014	29	2014	18
	2015	30	2015	20
	2016	48	2016	26
	2017	47	2017	25
<i>Sustainable public procurement</i>	2012	6	2012	7
	2013	5	2013	3
	2014	6	2014	4
	2015	8	2015	11
	2016	14	2016	7
	2017	11	2017	9
<i>Green public procurement</i>	2012	18	2012	9
	2013	23	2013	11
	2014	17	2014	9
	2015	26	2015	11
	2016	47	2016	22
	2017	35	2017	18
<i>Green procurement</i>	2012	45	2012	22
	2013	45	2013	26
	2014	35	2014	23
	2015	56	2015	18
	2016	54	2016	17
	2017	68	2017	16
<i>Sustainable bidding</i>	2012	0	2012	1
	2013	0	2013	1
	2014	0	2014	0
	2015	0	2015	0
	2016	0	2016	0
	2017	0	2017	0

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados do levantamento inicial referente a artigos apontados no Quadro 11 foram seguidos de uma análise dos títulos, resumos e das palavras – chave em busca de descartar repetições de artigos, hierarquizar a relevância destes de acordo com a classificação dada pelos jornais e revistas. Por isso, a análise também se pautou sobre os artigos em que os órgãos públicos e sobretudo universidades (públicas e privadas) eram objeto de análise. Da mesma forma se procedeu com artigos, livros, teses, dissertações ora analisadas em português. É oportuno salientar que a análise das referências bibliográficas destas obras também foi utilizada como procedimento de detecção de trabalhos mais importantes pela frequência de suas menções.

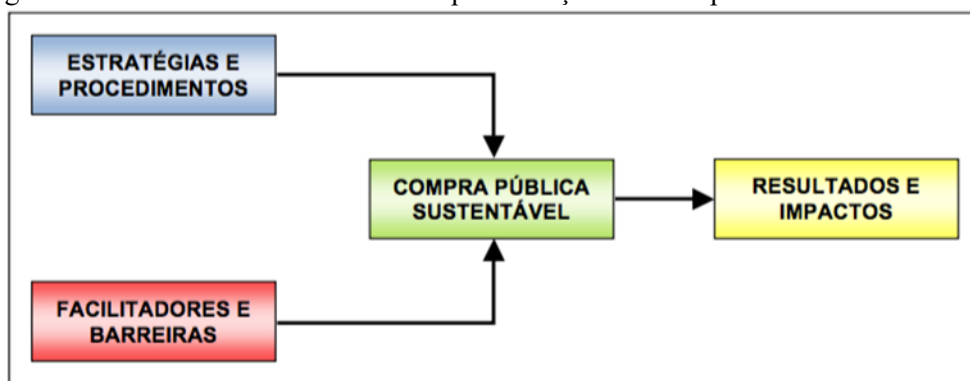
A seleção de cada termo para a busca nas plataformas se deu em razão de seus significados em inglês (língua mais difusa para busca de artigos científicos nas plataformas abordadas). Abaixo, se encontram relacionadas o significado de cada palavra que compõe os termos, de acordo com o dicionário Cambridge de inglês. Cabe ressaltar que os termos *green bidding*, *green public bidding*, *sustainable public bidding* não encontraram referências na busca realizada.

- **Procurement:** De acordo com o dicionário Cambridge de inglês, se refere a *the process of getting supplies* ou o processo de obter insumos.
- **Sustainable:** Para o mesmo dicionário, apresenta 2 significados: (i) *able to continue over a period of time*; (ii) *causing little or no damage to the environment and therefore able to continue for a long time* ou (i) capacidade de continuar por um período de tempo; (ii) causa pouco ou nenhum dano ambiental e por isso capaz de continuar por um período de tempo
- **Public:** Segundo o referido dicionário, existem 2 significados: (i) *relating to or involving people in general, rather than being limited to a particular group of people*; (ii) *provided by de government from taxes to be available to everyone* ou (i) relacionado ou envolvendo pessoas em geral, não a um grupo limitado e específico de pessoas; (ii) provido pelo governo por meio de taxas para ser viabilizado a todos.
- **Green:** Para o mesmo dicionário, são 5 significados: (i) *of a color between blue and yellow; of the color of grass*; (ii) *relating to the protection of the environment*; (iii) *covered with grass, trees, and other plants*; (iv) *(especially of fruit) not ready to eat, or (of wood) not dry enough to use*; (v) *not experienced or trained* ou (i) a cor entre azul e amarelo, cor de grama; (ii) relacionado a proteção ambiental; (iii) coberto de grama, árvores e outras plantas; (iv) não pronto para comer ou não seco suficiente para uso; (v) sem experiência ou treino.

- **Bidding:** encontra 2 significados neste dicionário: (i) *the act of offering to pay a particular amount of money for something, by different people;* (ii) *(in some card games) the process of the players saying, before playstarts, how many points they expect to win in a particular game* ou (i) o ato de oferecer dinheiro para pagar algo por diferentes pessoas; (ii) o processo de jogadores dizerem, antes da partida, quantos pontos eles esperam ganhar em um determinado jogo.

Com isto, as categorias de análise para este trabalho foram determinadas com base no estudo de Hegenberg (2013). A pesquisadora buscou identificar entre outros fatores, as principais barreiras enfrentadas pelos gestores e pelos servidores do setor de licitação, dividiu em 4 categorias de análise como disposto na Figura 5. Assim, o presente trabalho utilizou estas categorias de análise para definir os fatores de influencia a serem analisados pois, assim como no trabalho da autora, estes fatores serviram para estruturar as entrevistas e questionários.

Figura 5 - Fatores influenciadores de implementação das Compras Públicas Sustentáveis



Fonte: Adaptado de Hegenberg (2013, p. 144)

A pesquisa documental se deu em busca de dados em sites governamentais nacionais de forma a substanciar a caracterização das CPS no Brasil e da UFBA. Desta forma foi possível quantificar e qualificar informações pertinentes à quantidade de CPS, materiais mais adquiridos, quais critérios de CPS são mais frequentes, classificação das posições de Universidades, dos setores e órgãos que mais realizam CPS. Adicionou-se a isto, a busca em editais de licitação e compras da Universidade. Assim sendo, este tipo de pesquisa foi útil para verificar os documentos formais da UFBA como o PDI, os relatórios de gestão, os relatórios da comissão própria de avaliação e auditorias que colaborariam para detectar as estratégias de ação e diretrizes relacionadas a CPS que a instituição vinha tomando.

3.3.2 Etapa 2 - Elaboração de roteiros (entrevista e questionário) e coleta de dados secundários

A elaboração dos questionários e das entrevistas foram baseados a partir das fontes encontradas na primeira etapa. Em consideração a esta proposição, o trabalho de Hegenberg (2013), que buscou analisar a implementação das CPS em todas as universidades brasileiras foi tomado como base. As categorias elaboradas pela autora (

Figura 5) foram mantidas, porém realizou-se uma adaptação dos instrumentos validados (questionário e entrevista) para o propósito desta pesquisa, pois (i) busca analisar com mais profundidade uma singular instituição e não diversas, (ii) o período de análise da autora não contempla intervalo que a presente análise trata (2012 até 2016), (iii) os dados secundários coletados nesta mesma etapa ofertam, agora em uma análise qualitativa, algumas respostas que foram coletadas por Hegenberg (2013) com objetivos quantitativos.

Durante a pesquisa documental para a coleta dos dados secundários, buscou-se informações sobre a realização das CPS pela UFBA, no site do Painel de Compras do Governo Federal (BRASIL, 2018). Desta forma, torna-se necessário esclarecer que o site obedece a uma classificação relativa a hierarquia de órgãos da APF. A APF está ligada a órgãos superiores, por sua vez possuem órgãos e finalmente as unidades de serviços geral (UASG) são as últimas unidades cadastradas no site que podem realizar compras. E ainda, todos os órgãos superiores, órgãos e UASGS possuem um código de referência.

O MEC é órgão superior que está ligado à UFBA. Detectou-se que 28 UASGS relacionadas a UFBA realizaram CPS no período de análise (2012- 2016). Sendo assim, todas estas UASGS estão aptas a realizarem compras, observando-se então a descentralização do procedimento.

3.3.3 Etapa 3 - Coleta de dados primários

Para a coleta de dados primários, os seguintes critérios foram considerados: (i) a impossibilidade do deslocamento em todas as unidades que realizaram CPS, (ii) a brevidade

temporal para aplicação de questionários em todas UASGS, (iii) Disponibilidade dos gestores para entrevistas e servidores para questionário.

Optou-se por selecionar a UASG mais representativa percentualmente, em termos de valores e quantidade de CPS: a unidade de nome “Universidade Federal da Bahia” e código “153038” foi selecionada para esta finalidade. De acordo com dados obtidos no portal de compras do Governo Federal, esta UASG concentra 25, 27% da quantidade e 68, 51% dos valores totais da UFBA. Pesa ainda sobre esta opção, o fato de esta UASG estar relacionada aos núcleos de processamento das licitações e compras públicas da UFBA, fato verificado na descrição dos núcleos da Coordenação de Material e Patrimônio (CMP), que consta no site da Pró-reitora de Administração (PROAD) da Universidade. Ou seja, as outras UASGS não possuem a finalidade específica de realizar compras apenas realizando-as oportunamente, cabendo esta funcionalidade técnica à UASG selecionada.

Observando tais considerações, foram realizadas três entrevistas (E1, E2 e E3) com membros pertencentes a coordenação de material e patrimônio na UFBA e da comissão de elaboração do PLS. Já os questionários foram encaminhados aos demais servidores de ambos os setores. Esta estratégia foi adotada em função dos encarregados da chefia ocuparem cargos-chave para o desenvolvimento e implementação de CPS. Com efeito, buscou-se analisar as percepções e os conhecimentos sobre a implementação CPS na UFBA, destes entrevistados. Ressalta-se que contatos iniciais com alguns entrevistados foram feitos para explicá-los os motivos e objetivos da entrevista.

Optou-se ainda por aplicar questionários com os demais servidores do setor. Ainda, o mesmo contato inicial foi estabelecido com outros servidores para verificar a disponibilidade para responder os questionários e observou-se mediante a solicitação de alguns destes a necessidade flexibilização de horário e locais garantindo-lhes privacidade para tal. Portanto, como forma de padronizar o procedimento e atender as solicitações do grupo, o questionário foi encaminhado *on line*. O quadro conta com um total de 21 funcionários entre servidores, colaboradores e estagiários, de acordo com todos os entrevistados. Foram excluídos os estagiários e dois funcionários se encontravam em licença, chegando ao total de 12 entrevistados e respondentes. Esta possibilidade também foi determinada em razão da impossibilidade de entrevistar todos funcionários de forma individual, levando ainda em consideração a disponibilidade para responder dos mesmos e a questão de o anonimato ser crucial para estabelecer um grau de liberdade aos respondentes. Cabe ressaltar que o termo de

consentimento Livre e esclarecido para a participação da pesquisa foi providenciado como condição para responder aos mencionados instrumentos como consta nos Apêndices A e B.

Como forma de complementar esta etapa a observação foi realizada para caracterizar os sujeitos e o ambiente da pesquisa, e também para obter dados acerca dos procedimentos relacionados, informações e hábitos de compras do setor. O procedimento se deu nos meses de maio e junho de 2018, no mesmo período de realização das entrevistas, junto a CMP, ainda como forma de complementar os dados obtidos nas demais técnicas e poder triangular as informações obtidas.

O objetivo da observação direta e não-participativa foi analisar os procedimentos dos agentes envolvidos nas compras assim como a existência de ações voltadas para a sustentabilidade aplicada às compras. Assim sendo, buscou-se observar os seguintes aspectos:

- A. - Forma de condução dos trabalhos
- B. - Metodologias e ferramentas utilizadas pela equipe
- C. – Projetos sobre CPS em andamento (estudos e controles internos)
- D - Participação dos membros da equipe nestes projetos
- E. – Informações quanto ao processo de Gestão de Compras (registro de demanda, preços, fornecedores, análise das ofertas, recebimento de mercadorias)
- F. – Procedimentos adotados para verificar o cumprimento dos requisitos de sustentabilidade por parte do fornecedor.

A forma de conduzir os registros foram as anotações desta pesquisadora, através da observação da postura dos agentes públicos envolvidos. Em particular, foram adotados os procedimentos de FREITAS (2017) para o item F, que contam com a observação dos servidores responsáveis pelo recebimento dos produtos e serviços, após a realização do processo licitatório.

3.3.4 Etapa 4 - Análise e tratamento de dados

O conteúdo obtido por meio da transcrição das entrevistas foi tratado com análise de conteúdo que, segundo Bardin (2011), é um conjunto de técnicas das comunicações para obter indicadores que permitam a inferência de conhecimento relativos às condições de produção

destas mensagens, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens.

Utilizou-se, então, a análise categorial classificada por Bardin (2011) como aquela que leva em consideração a totalidade de um texto, passando-o pela classificação de categorias, de acordo com a presença - ou ausência (frequência) dos itens de sentido.

Assim, Bardin (2011) define que análise categorial permite a classificação dos componentes do significado da mensagem em espécie de gavetas. Segundo a autora, uma análise de conteúdo não deixa de ser uma análise de significados: ao contrário, trata - se de uma descrição objetiva, sistemática do conteúdo extraído das comunicações e sua respectiva interpretação. A opção pela análise categorial apoia – se no fato de ser aquela que é a melhor alternativa para estudar valores, opiniões, atitudes e crenças, através de dados qualitativos.

Para os itens investigados por questionários, manteve-se a proposição de Hegenberg (2013) tendo em vista a elaboração e validação terem sido obtidos pela autora. A autora utilizou questionários impressos e *on-line*, este trabalho utilizara apenas a versão eletrônica. Desta forma, o questionário foi submetido aos servidores dos setores e seguiu as recomendações de Babbie (1999), Barbetta (2011) e Marconni e Lakatos (2010) sobre a necessidade de gerar um questionário preciso, claro, de boa manipulação e preenchimento. A escala de elaboração do questionário foi a likert de 5 pontos, partindo de " concordo totalmente" até "discordo totalmente", sendo adaptadas de acordo com o questionamento da investigação para " sempre utiliza" até "nunca utiliza" ou " muito importante" até " não é importante". Esta técnica de investigação foi utilizada porque tem o objetivo de avaliar a perspectiva do respondente e Babbei (1999, pp. 189) corrobora que está técnica permite solucionar pois " muitas vezes você precisa considerar o quanto os respondentes apoiam determinadas atitudes e perspectivas".

3.4 UNIDADE DE ANÁLISE

De acordo com o PDI (2012), a Universidade Federal da Bahia é uma autarquia criada pelo Decreto-Lei nº 9.155, de 8 de abril de 1946, e reestruturada pelo Decreto nº 62.241, de 8 de fevereiro de 1968, com sede na Cidade de Salvador, Bahia. Em 2007, a Universidade aderiu ao Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) do Ministério da Educação. Com isso, a UFBA passa a ampliar a oferta dos seus

cursos de graduação, e o número de vagas de ingresso, além interiorizar seus cursos. Tendo em vista a expansão da UFBA foram criados os campi Anísio Teixeira, em Vitória da Conquista, e Reitor Edgard Santos, em Barreiras. Posteriormente, o campus de Cruz das Almas e o campus deu origem a Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) e o campus de Barreiras deu origem a Universidade Federal do Oeste da Bahia. Além do Campus de Vitória da conquista, a UFBA então, possui um Campus de Salvador. Este último está dividido entre dois campi, localizados nos bairros de Ondina e Canela.

A comunidade da UFBA, hoje, é composta por cerca de 50 mil pessoas, 9,097 docentes, técnicos administrativos e terceirizados, ainda com 40.236 estudantes de cursos presenciais totais (UFBA, 2016). Em 2016, a UFBA ofertou 104 cursos de graduação e 132 cursos de pós-graduação *scripto sensu*. Este estudo tem como objeto de estudo a UFBA como um todo, embora na etapa 3 para coleta de dados primários tenha se restringido aos núcleos de compras e licitações da PROAD, Campus Salvador, pelas razões anteriormente explicadas. O período de análise se restringiu entre 2012 até 2016 em virtude da vigência do PDI mais recente que é o primeiro PDI elaborado posteriormente à publicação das normas federais sobre CPS, já mencionadas. Cabe destacar que em 2018, durante a elaboração deste trabalho, outro PDI foi publicado pela Universidade, contudo optou-se por não o aborda-lo neste estudo, sendo indicado a realização para pesquisas posteriores.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com a finalidade de apresentar e explorar as informações obtidas de acordo com os procedimentos metodológicos adotados, os resultados da pesquisa serão analisados e discutidos nesta seção de acordo com as categorias determinadas na

Figura 5: estratégias e procedimentos, facilitadores e barreiras e por fim os impactos e resultados observados pela UFBA.

Observando a proposta acima menciona, a análise e discussão serão realizadas após a apresentação dos resultados. Estes últimos serão relacionados, considerando cada objetivo específico como ponto de partida e também, forma de responder à questão central do trabalho.

4.1 OBJETIVO 1.1 - CARACTERIZAR AS CPS NA UFBA

O primeiro objetivo a ser atingido por este trabalho foi caracterizar as CPS na UFBA, entre 2012 e 2016, considerando: a quantidade, os valores, os bens e serviços sustentáveis mais adquiridos e as Unidades administrativas de serviços gerais (UASGS) que mais realizam esse tipo de compra. A fim de verificar o posicionamento da UFBA frente a outros órgãos da APF, no mesmo período, de acordo com dados levantados no Painel de Compras do Governo Federal (BRASIL, 2018), um ranking foi estabelecido na **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 3 que apresenta os 15 primeiros colocados. No que diz respeito à quantidade, a UFBA está na décima terceira colocação com 91 CPS e com relação valores gastos neste período, está em sexto lugar, com R\$ 6.526.642,66 de reais gastos.

Tabela 2 - Ranking de 15 órgãos da APF em volume (2012 – 2016)² (à esq.) /
Tabela 3 - Ranking de 15 órgão da APF em valores de CPS (2012-2016)³ (à dir.)

Posição	Órgão	Volume de CPS	Posição	Órgão	Valor (R\$) de CPS
---------	-------	---------------	---------	-------	--------------------

² MF: Ministério da Fazenda; UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro; MS: Ministério da Saúde; FUNAI: Fundação Nacional do Índio; MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; FUNASA: Fundação Nacional de Saúde; UFRS: Universidade Federal do Rio grande do Sul; PR: Presidência da República; MCTI: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação; UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais; UFV: Universidade Federal de Viçosa; INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; UFBA: Universidade Federal da Bahia; UFF: Universidade Federal Fluminense; IBGE/Fundação: Instituto Brasil de Geografia e Estatística.

³ INSS: Instituto Nacional do Seguro Social; AGU: Advocacia Geral da República; FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; IFSP: Instituto Federal de São Paulo; UFT/Fundação: Universidade Federal do Tocantins; IFMT; Instituto Federal do Mato Grosso; UNIR/Fundação: Universidade Federal de Rondônia; Fiocruz: Fundação Oswaldo Cruz; DPF: Departamento de Polícia Federal; DPRF: Departamento de Polícia Rodoviária Federal; UFCG: Universidade Federal de Campina Grande.

1	MF	351	1	FNDE	436.576.149,20
2	UFRJ	348	2	INSS	25.818.632,23
3	MS	207	3	AGU	12.169.318,64
4	FUNAI	190	4	MF	10.916.006,64
5	MAPA	157	5	MS	10.798.325,67
6	FUNASA	114	6	UFBA	6.526.642,66
7	UFRS	114	7	IFSP	5.781.211,73
8	PR	106	8	UFT/Fundação	5.114.764,86
9/10	MCTIC	103	9	UFRJ	4.903.176,48
9/10	UFMG	103	10	IFMT	4.891.097,48
11	UFV	97	11	Unir/Fundação	2.877.674,73
12	INCRA	93	12	Fiocruz	2.854.950,91
13	UFBA	91	13	DPF	2.553.917,05
14	UFF	91	14	DPRF	2.211.791,89
15	IBGE/Fundação	84	15	UFMG	R2.089.365,46

Fonte: Elaboração própria.

Referente aos dados da **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 3 são a apresentados as quantidades e valores de CPS de cada órgão. Há de se observar que mesmo se tratando de Órgão Superior (OS), os mesmos podem executar compras, independentemente das compras que seus tutelados/subordinados realizam. É o caso do MF. Isoladamente, esse OS está em primeiro lugar na quantidade de compras e em quarto, nos valores gastos. Outra observação que se destaca nesta tabela, são os gastos do FNDE. Esta fundação é responsável pelos repasses financeiros de diversos programas educacionais, por isso não figura como órgão “adquirente”, mas como origem de recursos de compras.

De acordo com os dados levantados, o MEC é o órgão superior que mais adquire e gasta com CPS. Respetivamente, foram 2.676 em volume de compras e R\$ 499.559.140,24 reais gastos. Esses dados correspondem a cerca de cinco vezes a quantidade de CPS do segundo colocado, o MS, e praticamente 20 vezes os gastos do Ministério público do trabalho (MPT), o segundo órgão superior que mais gasta em CPS, conforme se pode detectar nas tabelas 4 e 5.

Tabela 4 - Ranking de 10 primeiros OS em volume (2012 – 2016)⁴ (à esq.) /
Tabela 5 - Ranking de 10 primeiros valores de CPS (2012-2016)⁵ (à dir.)

Posição	Org. Sup.	Volume de CPS	Posição	Org. Sup.	Valor (R\$) de CPS
1	MEC	2.676	1	MEC	499.559.140,24
2	MS	522	2	MPT	25.819.787,83
3	MF	357	3	MS	16.606.923,95
4	MJ	305	4	PR	13.481.010,86
5	PR	177	5	MF	10.943.639,50
6	MCTIC	160	6	MJ	6.769.830,37
7	MAPA	157	7	MD	1.871.772,50
8	MPOG	98	8	MCTI	1.686.353,22
9	MDA	97	9	MRE	1.619.339,22
10	MC	92	10	MPOG	1.573.428,37

Fonte: Elaboração própria.

A caracterização da posição do MEC é importante, pois este OS é o responsável pela tutela da UFBA e dos demais órgão de educação públicos federais. Considerando esta afirmação, a Tabela 6 e 7 foram elaboradas de forma a se observar o posicionamento da UFBA como órgão do MEC que realiza CPS.

Tabela 6 - Os 10 primeiros órgãos do MEC em volume (à esq.) /
Tabela 7 - Os 10 primeiros órgãos do MEC em valores de CPS (2012-2016)⁶ (à dir.)

Posição	Órgão	Volume de CPS	Posição	Órgão	Valor (R\$) de CPS
1	UFRJ	348	1	FNDE	436.576.149,20
2	UFRGS	114	2	UFBA	6.526.642,66
3	UFMG	103	3	IFSP	5.781.211,73
4	UFV	97	4	UFT/Fundação	5.114.764,86
5/6	UFBA	91	5	UFRJ	4.903.176,48
5/6	UFF	91	6	IFMT	4.891.097,48
7	UFCG	77	7	UNIR/Fundação	2.877.674,73
8	UTFPR	73	8	UFCG	2.089.365,46
9	UFSC	71	9	UFPR	1.746.539,96
10	UFPE	64	10	IFSuldeminas	1.543.415,09

⁴ MEC: Ministério da Educação; MJ: Ministério da Justiça; MPOG: Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (Que atualmente se chama Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão); MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário; MC: Ministério da Cultura.

⁵ MPT: Ministério Público do Trabalho; MD: Ministério da Defesa; MRE: Ministério das Relações Exteriores.

⁶ UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; UTFPR: Universidade Tecnológica do Paraná; UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina; UFPE: Universidade Federal de Pernambuco; IFSulminas: Universidade Federal do Sul de Minas.

Fonte: Elaboração própria.

Em relação a quantidade, a UFBA se encontra empatada com a UFF em quinto lugar, já no que diz respeito aos gastos, está em segundo lugar atrás apenas para o FNDE. Considerando a peculiaridade já mencionada da fundação, a UFBA é o órgão do MEC que mais gasta com CPS.

Considerando as informações sobre a medição do *CWUR* que deu destaque a UFBA como a melhor universidade na região Nordeste e de acordo com matéria veiculada pelo jornal *O Correio* (2017), a UFBA é a melhor universidade baiana, num ranking divulgado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Por estes fatos, buscou-se investigar sua relevância em CPS em níveis regionais (Tabelas 10 e 11) e estaduais (Tabelas 8 e 9).

Tabela 8 - Relevância estadual da UFBA/APF em volume de CPS (2012-2016)⁷ (à esq.) /
Tabela 9 - Relevância estadual da UFBA/APF em valores de CPS (à dir.)

Posição	Órgão	Volume de CPS	Posição	Órgão	Valor (R\$) de CPS
1	UFBA	91	1	UFBA	6.526.642,66
2	MF	20	2	MF	386.975,80
3	IFbaiano	20	3	UFRB	335.495,43
4	MAPA	17	4	FIOCRUZ	192.559,24
5	UFRB	9	5	INSS	56.800,00
6	FIOCRUZ	9	6	IFBAIANO	46.573,59
7	IFBA	9	7	IBAMA.	27.039,74
8	ANVISA	7	8	MAPA	26.991,75
9	FUNAI	7	9	FUNASA	17.490,00
10	FUNASA	4	10	MTE	12.770,00

Fonte: Elaboração própria.

Segundo dados divulgados pela Folha de São Paulo (2017), a UFBA é a maior universidade da Bahia com 32.798 estudantes de graduação, 127 cursos e três campi (Barreiras, Vitória da Conquista e Salvador) e figura na 15ª no cenário nacional. Pode - se verificar pelas Tabelas 8 e 9 que a UFBA ocupa a primeira posição em termos de gastos e quantidade de CPS como órgão da APF na Bahia. Existe uma ampla diferença da Universidade para os segundos

⁷ IFbaiano: Instituto Federal Baiano; UFRB: Universidade Federal do Recôncavo Baiano; IFBA: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia; ANVISA: Agência Nacional de Vigilância Sanitária; IBAMA: Instituto Brasileiro de Meio ambiente e do Recursos Naturais renováveis; TEM: Ministério do Trabalho e previdência social (antigo Ministério do trabalho e emprego).

colocados. No que diz respeito à quantidade de compras, praticamente cinco vezes o MF. Já com relação aos gastos, a Universidade supera também o MF em 20 vezes.

Tabela 10- Relevância regional da UFBA/APF em volume de CPS (2012-2016)⁸ (à esq.) /
Tabela 11 Relevância regional da UFBA/APF em valores de CPS (à dir.)

Posição	Órgão	Volume de CPS	Posição	Órgão	Valor (R\$) de CPS
1	UFBA	91	1	INSS	17.614.176,30
2	MF	83	2	UFBA	6.526.642,66
3	UFCG	77	3	AGU	5.660.924,87
4	UFPE	64	4	MF	3.217.768,53
5	MAPA	54	5	UFCG	2.089.365,46
6	UFPB	52	6	IFPE	1.164.690,76
7	FUNASA	44	7	FUNASA	923.457,70
8	IFPI	35	8	DPRF	816.793,84
9	MS	34	9	IFPernambucano	702.324,05
10	UFRPE	34	10	DPF	537.887,77

Fonte: Elaboração própria.

As Tabelas 10 e 11 mostram a posição da UFBA na condição de universidade da região Nordeste, para tal foi estabelecido um ranking com os 10 primeiros órgãos em quantidade de CPS e valores gastos. A UFBA ocupa a primeira posição em termos de volumes de CPS, mas perde para o INSS com relação a valores gastos, que realiza cerca de três vezes o seu gasto.

Com a finalidade de realizar um perfil mais aprofundado da Universidade com relação as suas próprias CPS e sua relevância dentro do quadro geral de compras, a Tabela 12 foi elaborada.

Tabela 12 - Volume Não CPS x CPS x Compras totais UFBA (2012-2016)

Anos	Não sustentável		Sustentável		Total
	Vol.	%	Vol.	%	
2012	2051	97,71	48	2,29	2.099
2013	1139	98,96	12	1,04	1.151
2014	782	98,36	13	1,64	795
2015	570	98,45	9	1,55	579
2016	684	98,70	9	1,30	693
Total	5226	98,29%	91	1,71%	5.317

Fonte: Elaboração própria.

⁸ UFPB: Universidade Federal da Paraíba; IFPI: Instituto Federal do Piauí; UFRPE: Universidade Federal Rural do Pernambuco; IFPernambucano: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano; IFPE: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pernambuco.

Para confecção da Tabela 12, foram investigados os dados anuais entre 2012 e 2016. Em seguida, os percentuais foram elaborados de forma a apresentar a representatividade quantitativa das CPS em relação ao total e em relação as compras não sustentáveis. A quantidade total veio decrescendo entre 2012 e 2016, respectivamente, 2099 e 693 compras. Este dado foi acompanhando pela queda relativa dos volumes de CPS e de compras não sustentáveis. Um dado que se destaca é o percentual referente a 2012 de 2, 29% de CPS. O ano seguinte apresentou uma queda de CPS com relação ao ano anterior, de 48 para 12 compras. Os demais anos corroboram com o perfil decrescente de compras total, embora denote-se certa estabilidade. Cabe ressaltar que o perfil geral é de um cenário bastante reduzido de CPS, verificado pela sua baixa representatividade no período avaliado (1,71%).

Para verificar o impacto financeiro dos gastos de CPS com relação ao total e os valores com compras não sustentáveis a Tabela 13 foi produzida. O percentual também foi feito para verificar a representatividade dos gastos de cada tipo de compras com relação ao total.

Tabela 13 - Valores Não CPS x CPS x Compras totais UFBA (2012-2016)

Anos	Não Sustentável		Sustentável		Total
	(R\$)	%	(R\$)	%	(R\$)
2012	488.633.742,39	99,24	3.724.620,01	0,76	492.358.362,40
2013	424.779.363,93	99,91	364.661,71	0,09	425.144.025,64
2014	275.221.111,46	99,52	1.333.039,30	0,48	276.554.150,76
2015	343.382.108,55	99,74	885.451,18	0,26	344.267.559,73
2016	337.920.676,59	99,94	218.870,46	0,06	338.139.547,05
Total	1.869.937.002,91	99,65%	6.526.642,66	0,35%	1.876.463.645,57

Fonte: Elaboração própria

De acordo com a Tabela 13, a representatividade dos gastos de CPS no período analisado é reduzida com relação ao total (0, 35%). Anualmente, verifica - se irregularidade com relação aos valores de CPS, cabendo destaque de 2012 (0,76%) e 2014 (0, 48%), o ano de 2016 também ressalta se pelo menor percentual (0, 06%) entre todos os anos, muito inferior aos outros anos.

A Tabela 14 foi produzida para identificar quais UASGs da UFBA realizam mais CPS e os valores gastos por elas. Cabe observar que a organização das tabelas foi estabelecida de acordo com o maior percentual de valor de compras para o menor.

Tabela 14 - Perfil de CPS das UASGS da UFBA (2012-2016)

Posição	UASG	Valor da Compra		Quantidade de Compras	
		(R\$)	%	(Vol.)	%
1	Universidade Federal da Bahia (CMP)	4.471.601,76	68,51	23	25,27
2	Hosp. Prof. Edgard Santos	1.851.147,82	28,36	13	14,29
3	Complexo Hospitalar e de Saúde	156.243,28	2,39	12	13,19
4	Instituto de Biologia	8.902,00	0,14	5	5,49
5	Instituto de Ciências da Saúde	7.995,00	0,12	1	1,1
6	Faculdade de Ciências Contábeis	4.940,00	0,08	1	1,1
7	Maternidade Climério de Oliveira	3.382,20	0,05	3	3,3
8	Faculdade de Odontologia	3.300,00	0,05	1	1,1
9	Instituto de Letras	2.606,00	0,04	3	3,3
10	Superintendência Estudantil	2.490,00	0,04	2	2,2
11	Superint. Acadêmica- Seção Expediente	2.386,00	0,04	2	2,2
12	Biblioteca Central	1.690,00	0,03	1	1,1
13	Instituto de Química	1.667,00	0,03	4	4,4
14	Faculdade de Medicina	1.425,00	0,02	1	1,1
15	Instituto de Física	1.150,00	0,02	1	1,1
16	Faculdade de Ciências Econômicas	1.000,00	0,02	2	2,2
17	Instituto de Saúde Coletiva	990	0,02	1	1,1
18	Instituto de Humanidades Artes e Ciências	799	0,01	1	1,1
19	Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação	721	0,01	2	2,2
20	Faculdade de Arquitetura	660	0,01	1	1,1
21	Faculdade de Farmácia	433	0,01	2	2,2
22	Escola de Administração	300	0	1	1,1
23	Superint. Acadêmica-Coord. da Extensão	240	0	1	1,1
24	Museu de Arte Sacra	197,2	0	2	2,2
25	Campus Anísio Teixeira	163,2	0	1	1,1
26	Escola de Comunicação	130	0	1	1,1
27	Centro de Processamentos de Dados	51,2	0	2	2,2
28	Escola de Dança	32	0	1	1,1
	Total	6.526.642,66	100%	91	100%

Fonte: Elaboração própria.

Segundos os dados observados na Tabela 14, a UFBA possui 28 UASGs cadastradas no painel de compras do Governo Federal que realizaram CPS. A unidade que se destaca é a de código 1528038, que corresponde a nomenclatura de “Universidade Federal da Bahia” relacionada ao setor de compras e licitações da universidade, como mencionado anteriormente. Optou-se por indicar a sigla CMP (Coordenação de Materiais e Patrimônio) entre parênteses,

ao lado da nomenclatura observada no painel de compras do Governo Federal, de forma a não confundir com os dados relativos ao total de compras de universidade como um todo.

Assim, esta UASG concentra 68, 51% dos gastos e 25, 27% da quantidade total de CPS da UFBA. O segundo colocado em gastos e volume é o Hospital Professor Edgard Santos com duas vezes menos os valores gastos com CPS que o primeiro colocado, 28, 6% e praticamente a metade também em relação a Universidade Federal da Bahia (CMP), com 14, 25% do total em volume.

A Tabela 15 foi elaborada com a finalidade de verificar em quais modalidades de licitação ou compra as CPS da UFBA concentraram –se em termos de valores e quantidade, no período de análise.

Tabela 15 - Modalidade de compras das CPS da UFBA (2012-2016)

Posição	Modal.	Quantidade de CPS		Posição	Modal.	Valor (R\$) de CPS	
		(vol.)	(%)			(R\$)	%
1	Dispensa	51	56,04	1	Pregão	6.457.200,86	98,94
2	Pregão	40	43,96	2	Dispensa	69.441,80	1,06
Total		91	100%	Total		6.526.642,66	100%

Fonte: Elaboração própria.

Com relação à Tabela 15, cabe observar que não houve registros de Inexigibilidade de Licitação, Tomada de Preços, Convite e Concorrência no período analisado. Sendo assim, as CPS foram realizadas por Dispensa de Licitação e Pregão, com taxas de 56,4% e 43,96%, respectivamente, no que diz respeito ao volume. Já ao considerar os valores gastos, as posições das modalidades se invertem e denotam que o pregão concentra 98, 94% do total, enquanto a dispensa de licitação, acomoda apenas 1, 06% dos gastos.

Na Tabela 16, pode - se verificar os grupos de materiais em que a UFBA mais realizou CPS. Também foram calculados percentuais correspondentes para verificar a representatividade de cada grupo. Cabe a observação de que não foram encontrados registros de serviços sustentáveis contratados durante o período analisado e que a classificação é realizada no momento da compra pelo Portal de Compras do Governo Federal. Assim como no caso das aquisições de bens, existe um cadastro no site que serve como referência para os responsáveis pelas compras realizarem o registro como serviço sustentável ou acompanharem editais abertos. Ressalta-se ainda que não foram registradas ocorrências do uso de margem de preferência para realização de CPS, já que a Lei Complementar 123, de 2006 (BRASIL, 2006)

estabelece tratamento diferenciado para micro e pequenas empresas e a Lei 12.349, de 2010 (BRASIL, 2010c) determina que é possível realizar aquisições de produtos sustentáveis com até 25% cima do produto convencional. Observa-se que, contudo, dos 91 processos de compras, 40 não ocorreram com participação de micro e pequenas empresas, ou seja 51 ocorreram fora de um dos dois aspectos legais.

Tabela 16 - Materiais mais adquiridos por CPS da UFBA (2012-2016)

Posição	Grupo de Material	Quantidade de Compras	
		(vol.)	%
1	Equipamento para Processamento Automático de Dados, (Incluindo Firmware), Software, Acessórios e Equipamento de Suporte	33	36,26
2	Equipamentos e Materiais para Limpeza	23	25,27
3	Utensílios de Escritório e Material de Expediente	10	10,99
4	Artigos de Higiene	7	7,69
5	Substâncias e Produtos químicos	7	7,69
6	Equipamentos Para Refrigeração, Ar Condicionado e Circulação de Ar	4	4,40
7	Equipamentos de Iluminação e Lâmpadas	2	2,20
8	Equipamentos para Preparar e Servir Alimentos	2	2,20
9	Equipamentos e Artigos para Uso Médico, Dentário e Veterinário	1	1,10
10	Materiais Manufaturados, Não Metálicos	1	1,10
11	Utensílios e Utilidades de Uso Doméstico e Comercial	1	1,10
Total		91	100%

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a Tabela 16, o grupo de materiais “Equipamento Para Processamento Automático de Dados, (Incluindo Firmware), Software, Acessórios e Equipamento de Suporte” é que registra o maior número de CPS (33 que corresponde 36, 26% do total). O segundo colocado é denominado “Equipamentos e Materiais Para Limpeza” (23 compras correspondendo a 25, 27% do total). E em terceiro está “Utensílios de Escritório e Material de Expediente” com 10 compras e 10, 99% do total.

Já a Tabela 17 foi elaborada para identificar quais os grupos de materiais em que a UFBA mais gasta em termos de CPS. Assim, também foram calculados os percentuais relativos a cada grupo para verificar a representatividade dos mesmos.

Tabela 17 - Gastos por grupo de materiais adquiridos por CPS pela UFBA (2012-2016)

Posição	Grupo de Material	Valor	
		(R\$)	%
1	Equipamentos Para Refrigeração, Ar Condicionado e Circulação de Ar	4.122.472,35	63,16
2	Artigos de Higiene	1.570.322,06	24,06
3	Utensílios de Escritório e Material de Expediente	395.517,20	6,06

4	Substâncias e Produtos químicos	121.766,70	1,87
5	Equipamento Para Processamento Automático de Dados, (Incluindo Firmware), Software, Acessórios e Equipamento de Suporte	112.003,31	1,72
6	Materiais Manufaturados, Não Metálicos	81.540,00	1,25
7	Equipamentos e Materiais para Limpeza	81.115,50	1,24
8	Equipamentos para Preparar e Servir Alimentos	34.971,84	0,54
9	Equipamentos de Iluminação e Lâmpadas	4.642,30	0,07
10	Equipamentos e Artigos para Uso Médico, Dentário e Veterinário	1.800,00	0,03
11	Utensílios e Utilidades de Uso Doméstico e Comercial	491,40	0,01
	Total	6.526.642,66	100%

Fonte: Elaboração própria.

Desta forma, em primeiro lugar está o grupo “Equipamentos para Refrigeração, Ar condicionado e circulação de ar” com R\$ 4.122,472,35 reais, correspondente a 63, 16% do total de gastos. Em segundo, está o grupo “Utensílios de escritório e materiais de expediente” com 295,617, 20 reais que corresponde a 6, 06% do total. Cabe destacar que muitos itens são adquiridos em maior volume, mas tem baixo custo, o contrário também ocorre, e por isto há um deslocamento de posições entre as tabelas 16 e 17 do mesmo grupo de materiais, por exemplo, os itens do grupo de “Equipamentos para refrigeração, ar condicionado e circulação de ar” estão em quinto lugar em volume, porém em primeiro lugar em gastos.

4.2 OBJETIVO 1.2 - IDENTIFICAR OS PRINCIPAIS CRITÉRIOS, ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS UTILIZADAS

O segundo objetivo traçado neste trabalho é identificar os principais critérios, estratégias e práticas utilizadas para implementação de CPS na UFBA. Para isto, inicialmente foram analisados documentos institucionais que envolvem o planejamento e a gestão da universidade (Estatuto, o PDI e os Relatórios de Gestão da UFBA entre 2012 e 2016) e buscou-se verificar a existência e conteúdo dos instrumentos de políticas públicas explicitados pela legislação que regulamenta as CPS, abordados na subseção 2.3.2 desta pesquisa (adoção da A3P e a constituição do PLS).

Em segundo lugar, como forma de complementar a investigação, as entrevistas foram roteirizadas no modelo encontrado no apêndice A – roteiro de entrevista, em 7 blocos, buscando conhecer a percepção dos participantes em cada um deles. O primeiro bloco se trata de informações pessoais do respondente e o segundo, de informações gerais sobre a universidade. O terceiro trata de práticas relacionadas às compras sustentáveis, o quarto diz respeito aos

procedimentos e estratégias para implementação de CPS na UFBA, o quinto aborda os fatores facilitadores e barreiras para implementação da política pública, o sexto busca verificar os resultados, os impactos alcançados de acordo com os entrevistados, e o sétimo, busca identificar quais fatores são relevantes para a difusão das CPS, para os questionados.

O questionário buscou aprofundar os fatores de estruturação que trouxeram indagações sobre o estabelecimento de políticas formais, critérios e ações da Universidade sobre CPS, visando a confirmar os achados no primeiro e segundo momento.

a) Os documentos institucionais de planejamento e Gestão

O PDI (UFBA, 2012) é o documento que estabelece as missões, diretrizes e metas institucionais da UFBA. No que compreendeu o período analisado, as menções à formação de uma consciência ambiental e preservação do meio ambiente premeiam todo o plano, contudo não há observações diretas à implementação de CPS.

Com relação a esta informação, primeiramente, o inciso I do artigo 2 do Estatuto da Universidade é abordado para apresentar o objetivo da Instituição de “educar para a responsabilidade social e ambiental, contribuindo para o desenvolvimento humano com ética, sustentabilidade e justiça”. (I, Artigo segundo, UFBA, 2010).

É importante destacar que este documento foi elaborado na esteira da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). De acordo com o referido PDI, o REUNI permitiu o crescimento da Universidade de um lado, por outro, ampliou e diversificou as demandas por infraestrutura e pressões sobre o meio ambiente universitário. Para fazer frente a este cenário, estava prevista no PDI (UFBA, 2012, p. 44) e foi confirmada no Relatório de Gestão de 2013 (UFBA, 2013, p. 22-23), a criação da Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura (SUMAI), naquele ano. Em particular, sua Coordenação de Meio Ambiente (CMA) tem a função descrita no sítio da superintendência (www.sumai.ufba.br) de “planejar, coordenar e controlar o desenvolvimento da infraestrutura e patrimônio físico da universidade; elaborar, acompanhar e coordenar a implantação das políticas de gestão ambiental; bem como zelar pela manutenção das instalações físicas e espaços comuns da universidade”.

Neste documento, as diretrizes que exploram a questão de sustentabilidade são silenciosas com relação a implementação de CPS. Embora explorem pontos tratados no Plano Diretor de Desenvolvimento Físico e Ambiental da UFBA (PDDFAM) (2009), como os itens

X e XI que mencionam a racionalização e preservação do espaço físico e instalações da universidade, bem como a questão da acessibilidade e segurança, não estão previstos de forma direta, ações de CPS em nenhum dos dois instrumentos, prevendo por exemplo, aquisições de materiais para efetivação destes planos.

Com relação às metas, o PDI aborda no item II, a implementação de transporte intracampus e intercampi de forma acessível, eficiente e ecologicamente sustentado. O documento que subsidia esta meta também é o PDDFAM (UFBA, 2009). Tal plano foi motivado pela expansão universitária promovida pelo REUNI e determinou as diretrizes já mencionadas, bem como a ampliação de ações de sustentabilidade, os Projetos Água Pura, Eficiência Energética e Coleta Seletiva Solidária (UFBA, 2012, p. 47).

Os Relatórios de Gestão, em todos os anos do período abordados nesta pesquisa (2012 até 2016), expõem as “licitações sustentáveis” na componente “Gestão Ambiental e sustentabilidade”, através do questionário enviado pelo TCU, a ser respondido pelas unidades responsáveis por compras dos órgãos. Sendo assim, no ANEXO-A é possível verificar as tabelas confeccionadas com este propósito, pela PROPLAN, com base nas respostas dadas pela CMA e PROAD.

Os relatórios de 2012, 2013 e 2014 fazem a verificação do uso de critérios ambientais nas licitações e também das certificações como critério de avaliação ou condição de aquisição de produtos e serviços, utilizando como parâmetros uma escala que varia de 1 (nota mais baixa correspondendo a afirmativa “totalmente inválida”) até 5 (nota mais alta correspondendo a afirmativa “totalmente válida”).

Foi atestado nos dois anos iniciais, que a UFBA realiza compras de papel, cartuchos de tinta e toner reciclados e privilegia produtos com menor gasto de água e energia. Tendo recebido nota máxima (5) da CMP nos dois itens em 2012, os selos PROCEL, INMETRO, ABNT foram referenciados como certificadores. Já em 2013, a unidade respondente atribuiu nota 4 (correspondente à “Parcialmente válida”), referenciando como critério de aquisição de obras e serviços o “Descarte adequado dos resíduos pelas empresas contratadas” e “Declaração da origem da madeira utilizada nas obras de construção civil”. Para compras de bens, a unidade atribuiu as características de “Menor consumo de energia para aparelhos elétricos” e “Origem da matéria prima do papel (papel certificado)”.

O que se destaca nestes 2 anos, é que o TCU, em 2013, apurou se a UFBA possui PLS, sendo respondido com a nota mais baixa pela unidade (1) por não possuir o instrumento. Cabe destacar que embora já houvesse a exigência do PLS para os órgãos da APF desde 2012, por

força do Decreto 7.746, de 2012 (Brasil, 2012a), a Portaria 12, de 10 de maio de 2013 da SLTI/MPOG (BRASIL 2013), determinou outros 120 dias para confecção do plano, daqueles órgãos que por ventura, não o houvessem elaborado.

Em 2014, os parâmetros de avaliação foram mudados e os questionamentos passam a ser respondidos apenas com “sim” ou “não” através de uma tabela e os pontos abordados são esclarecidos em seções posteriores. De acordo com a respectiva tabela do relatório, as perguntas feitas pelo TCU passaram a ser norteadas pela aplicação dos instrumentos de gestão indicados pela legislação federal, aqui trados com maior profundidade na seção 2.3.1 e 2.3.2. Cabe observar que são estes, a legislação, a A3P e o PLS, que discorrem de meios e parâmetros para implementar as CPS.

Em específico, o órgão fiscalizador buscou apurar se a UFBA participa da A3P, sendo respondido negativamente. Ainda, se a UFBA observa a determinação legal de instituir o PLS, constante no Decreto nº 7.746/2012 (BRASIL, 2012a), na forma apresentada nesta normativa, sendo respondido afirmativamente. Também questionou se a UFBA tornou o instrumento público em seu site e se a comissão gestora do PLS foi instituída obtendo resposta negativa. No que tange a esta indisponibilidade, na seção “Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras” (UFBA, 2014, p. 164), a justificativa apresentada no relatório foi a de não ter sido apreciado pelo Conselho Universitário (CONSUNI) e porque o Reitor à época fora recém empossado (UFBA, 2014). Ademais, o relatório informa que o PLS da UFBA fora encaminhado pela SUMAI à Controladoria Geral da União (CGU), através do ofício GAB Nº 0931/2014.

Algumas ações sustentáveis da universidade foram apontadas, embora estas não sejam diretamente relacionadas à implementação do PLS, são estas: Programa de Eficiência Energética, Programa de Uso Racional de Água (Água Pura) e Coleta Seletiva, além de algumas exigências de critérios de sustentabilidade nas Compras e Contratações (UFBA, 2014, p. 152).

Convergente com a sinalização de que a UFBA não adota, de forma satisfatória, critérios sustentáveis em seus compras e licitações, mas busca equacionar o déficit, o mesmo relatório aponta que a CMP terminou, naquele ano, de cadastrar os itens sustentáveis do CAMAT, no sistema que a UFBA utiliza para gestão das compras/licitações da universidade, o Sistema Integrado de Patrimônio Administração e Contratos (SIPAC). Esse sistema permite que as unidades possam se planejar e solicitar estes itens. Em específico, além da exigência de certificações ou similares para comprovar os critérios exigidos em edital, o relatório declara

que o núcleo de compras da CMP, vêm adotando os abaixo listados no Quadro 12 na elaboração de seus editais.

Quadro 12 – Critérios de CPS adotados pelo Núcleo de Compras CMP (2014)

- Critérios para bens e serviços
• Lâmpadas, pilhas, pneus, óleos lubrificantes – aplicação da logística reversa, com base na Lei nº 12.305/2010, bem como das resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente;
• Papéis – apresentação de comprovação da origem florestal;
• Eletrodomésticos, com destaque para geladeiras e aparelhos de ar condicionado – exigência do selo de economia de energia – PROCEL (Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica);
• Madeira e produtos derivados – exigência de que empresa fornecedora apresente o DOF (Documento de Origem Florestal) e que esteja credenciada junto ao IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente);
• Computadores – aquisição dos equipamentos com critérios ambientais (TI verde);
• Veículos – aquisição dos que operam com biocombustível;
• Serviços de restaurante ou cantinas – exigência de um plano de monitoramento dos resíduos;
• Serviço de limpeza e conservação – exigência quanto à promoção da coleta seletiva
- Critérios para obras
• Utilização de somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;
• Comprovação da procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.
• Observação às diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº. 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos: – O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

Fonte: UFBA (2014)

Em 2015, ocorre nova mudança no formato de apresentação dos dados da componente “Gestão Ambiental e Sustentabilidade” do relatório, em resposta ao TCU. Agora, as informações são tratadas ponto a ponto, como questões abertas, permitindo respostas mais amplas. Porém, os questionamentos do TCU continuaram a ser norteados pelos instrumentos dispostos pelo Governo Federal com o intuito de ampliar as práticas sustentáveis.

A UFBA informa que continua sem fazer parte formal da A3P. Porém, as ações desenvolvidas pela CMA já abordadas, nos relatórios anteriores, foram ampliadas e agora incluem outros programas, sendo estes: controle de situações de riscos relacionados às áreas verdes, Combate à Dengue, Chikungunya e Zika; Tratamento Domissanitário; Coleta Seletiva Solidária; Coleta e Reciclagem de Lâmpadas Fluorescentes, de Pilhas, Baterias, Cartuchos, Toners, Óleo Vegetal Residual, Resíduos Infectantes e Perfuro cortantes, Resíduos Químicos; Proteção dos Animais Comunitários; Educação Ambiental relacionada a consumo consciente e uso racional dos recursos naturais, Defesa da Fauna Silvestre (UFBA, 2014, p. 177).

Com relação ao PLS, o relatório de 2015 sinaliza que o plano começou a ser desenvolvido em 2013, sob as orientações da IN nº 10, de 12 de novembro de 2012 (BRASIL, 2012b), passou por atualizações em 2015, para posterior publicação. A comissão responsável pela sua elaboração, instituída pela Portaria Nº 272, de dezembro de 2013, conta com servidores dos seguintes órgãos: PROPLAN, SUMAI, PROAD e PRODEP. Contudo, através das Portarias Nº 170, de dezembro de 2016 e nº 38, de março de 2017, a comissão sofreu alterações. Portanto, o relatório discorre que a UFBA continua a adotar os programas já mencionados em relatórios anteriores que se referem a sustentabilidade e preservação ambiental, porém o PLS ainda se encontrava em fase de elaboração e não fora publicado em razão destas alterações. (UFBA, 2015, p. 183)

Sobre as práticas de CPS, o relatório informa que segundo a CMP/PROAD e Coordenação de Planejamento Físico, Projetos e Obras da SUMAI, a UFBA não adota em sua totalidade, práticas completamente sustentáveis em suas licitações, embora tenha desenvolvido o cadastro dos itens do CAMAT no SIPAC, como fora tratado no relatório passado.

No relatório de gestão de 2016, o formato anterior foi mantido. As informações sobre a A3P não sofreram alterações e a UFBA continuava sem aderir à agenda formalmente. Já com relação ao PLS, a informação mais relevante do relatório é o fato da universidade ter tornado público seu PLS em seu site, como preconiza a o artigo 12 da IN SLTI/MPOG 10 de novembro de 2012 (BRASIL, 2012b).

No que cabe ao que foi estipulado no PLS sobre CPS na IN nº 10, de 12 de novembro de 2012 (BRASIL, 2012b), se situa mais no âmbito do diagnóstico do que na proposição de ações determinada pela normativa e por isto não pode ser propriamente nomeado como um plano de ações. Uma série de dados são apresentados como demonstrativo dos critérios sustentáveis utilizados nas compras, a exemplo da Tabela 18, além dos critérios mencionados neste trabalho no Quadro 12.

Tabela 18- Avanço do consumo de papel, copos e cartuchos nos anos de 2011, 2012 e 2013

Recurso	Quantidade			Valor – R\$		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papéis ¹	23.225	20.341	19.688	229.420,75	178.432,28	178.296,76
Copos ²	21.948	21.455	25.578	50.444,69	36.121,52	62.567,95
Cartuchos de impressão ³	(a)	518	40	(a)	7.827,40	1.248,20

Fonte: UFBA (2016)

O documento aponta uma falha no planejamento das unidades em termos de aquisição de itens sustentáveis, pois a integração destes ao SIPAC ainda era recente e que por isso os gestores não realizaram sua adequação ao ordenamento legal. (UFBA, 2016, p. 9). No que compreende a ações, metas e objetivos sobre implementação de CPS na UFBA, não foram encontrados no PLS.

b) Entrevistas

Através das entrevistas, foi possível conhecer diferentes informações. Antes de iniciar as perguntas sobre CPS, o bloco de informações gerais, buscou apurar sobre funcionários que estão inseridos no processo de compras e licitações, a estrutura do setor e a disponibilidade orçamentaria.

A estrutura da Pró – Reitoria obedece ao ordenamento regimental disponível no site da CMP, como já verificado na Etapa 3 da seção 3.3 desta pesquisa, e foi mencionado pelo entrevistado E3. Em particular esta entrevista, confirmou outro fato apurado neste trabalho que se trata da descentralização das compras na universidade.

[...] A gente faz a compra aqui, mas deveria ser centralizada... parte é centralizada. A gente consolida um planejamento, elabora a licitação, levanta as demandas e encaminha ao Pró-Reitor de planejamento. Ele disponibiliza o orçamento na coordenação e a gente executa. [...] porque as unidades recebem dinheiro de projetos, ele tem a liberdade, pois o modelo da UFBA da liberdade de fazer aquisição (E3)

O entrevistado E2 ainda ressalta que a descentralização também depende do objeto a ser licitado, que pode ser específico em termos de técnica da demanda. “Depende do objeto. Tem unidades que fazem seu próprio pregão. SUMAI, PROAE, Nutrição e STI, por exemplo”. (E2)

No que tange, sobre os questionamentos das práticas relacionadas às compras sustentáveis, as três entrevistas informaram não haver uma política de CPS estabelecida na Universidade. “Não. Existem conversas informais...compre sustentavelmente...busquem itens..., mas política, não”. (E1). Ou ainda, “Estabelecida...não sei te informar. Bom, tem o PLS que tem que dar andamento para a gente poder cumprir pelo menos o decreto que exige que a UFBA faça essas aquisições. Mas... já essa política...” (E3).

Não. Estabelecida, não. A gente insere. Por exemplo, no pregão de material de consumo e alimentos tem copo descartável etc. As pessoas planejam e a gente vai e insere. É mais pela demanda das unidades. Se a gente não educar as unidades trabalham assim. Elas não fazem. Mesmo assim, é muito mais caro, o material sustentável. Eles trabalham muito em cima de valores (E2).

Questionados sobre o envolvimento da alta administração em relação à adoção de CPS e os atores e ações desenvolvidas, os entrevistados E1 e E2 não percebem uma preocupação por parte destes em avançar na implementação das CPS, conforme exemplificado abaixo. Já o entrevistado E3 afirma que há esta preocupação na CMP e na CMA, esta última não pertence ao organograma da PROAD.

Nada muito forte. Nenhuma exigência. Temos alguns materiais que são do catálogo de compras sustentáveis. As pessoas planejam as compras com base no que está no SIPAC. Então, inseriram estes itens para as pessoas começarem a se planejar. Mas não tem exigência extrema (E2).

Contudo, segundo os achados da pesquisa, as iniciativas existentes em prol das CPS são tomadas no âmbito da CMP e da CMA. O entrevistado E3, em particular, sinalizou que o PLS está em fase de elaboração e que há distribuição de panfletos para conscientização das unidades ao realizarem o planejamento. Por último, fato que foi mencionado por todos entrevistados, a catalogação dos itens sustentáveis no sistema de processos da UFBA, o SIPAC, é considerada como a ação mais relevante para concretizar as CPS. “Ações mínimas, como a tentativa de catalogar os itens sustentáveis, mas acho que só...” (E1). “Não...O que a gente tem feito é inserir no catálogo itens sustentáveis mas ensinar as unidades, não. Nem temos tempo para isso” (E2).

A SUMAI fez o papel dela de distribuir panfletos de conscientização, sem contar a questão do catálogo... A gente [CMP]solicita que as unidades façam seu planejamento em cima dos itens sustentáveis no próprio SIPAC através de memorando em [...]O catálogo foi criado em 2010 e vem sendo atualizado. Eles mudam sempre e vamos atualizando. [...] (E3).

Todas as entrevistas apontam que a UFBA adota critérios sustentáveis, porém não houve consenso sobre qual tipo (ambiental, social ou econômico) predomina. O entrevistado E3 afirma que o critério econômico é o mais predominante em função de restrição orçamentária e aponta para a regra governamental que estabelece o menor preço, para o pregão, como principal critério de julgamento. O entrevistado E1 também destaca o econômico, embora considere que o social ganhe destaque em função da legislação beneficiar a preferência para micro e pequenas empresas. Contudo, o entrevistado E2 salienta o fator ambiental e a exigência de certificação e registro do IBAMA.

As questões que buscaram verificar em que etapa do procedimento licitatório e quais os critérios mais utilizados revelaram que a especificação do objeto é o momento do processo em que eles mais são utilizados. A certificação também foi mencionada de maneira unânime como o parâmetro mais utilizado para verificação de conformidade de sustentabilidade, como visto em “Na especificação você já tem a composição. Então, a equipe de apoio, que acompanha a licitação na aceitação da proposta, tem que verificar. Solicitamos documentos comprobatórios sobre a questão da ABNT ou certificados Ibama, ANVISA...” (E3) e em “A gente tem um campo no Termo de referência... pode ser tanto na especificação do objeto ... como critério de aceitação das propostas [...] certificação como IBAMA e IMETRO” (E2).

Com relação aos objetos mais licitados e aos mais fáceis de licitar, há um consenso entre os três entrevistados sobre serem os materiais de expediente, limpeza e consumo. A justificativa para isso encontra respaldo na boa oferta no mercado, na facilidade de avaliação, especialmente pela exigência de certificação, e na menor dificuldade em especificar os critérios de sustentabilidade no momento de preparar a licitação. O aspecto preço também foi mencionado pelos três entrevistados como fator de grande peso nas CPS.

Os questionamentos sobre a existência de procedimentos e estratégias para implementação de CPS, assim como suas etapas e obediência a algum manual e roteiro neste sentido apontaram novamente para o catálogo iniciado pela coordenação em 2010 (conforme entrevistados E1 e E3). Em particular, para o entrevistado E1, não se trata de um procedimento ou estratégia. Os itens são simplesmente disponibilizados para que as unidades se planejem. Já o entrevistado E2 aponta que não existe um programa formal e a implementação ocorre de maneira intuitiva.

Todos os três entrevistados demonstram interesse pela implementação de CPS, contudo não sabem como iniciar. Em particular, o entrevistado E1 denotou veemência ao afirmar “É necessário!” e o entrevistado E2 apontou que a coordenação estudou sobre o tema.

Com relação ao comprometimento da alta administração no processo de implementação, as entrevistas E1 e E2, não percebem aderência, em específico E2 destaca “Não vejo muito, só se for uma coisa entre eles”. Já a entrevista E3 destaca que há comprometimento.

Por fim, buscou-se averiguar se houve capacitação dos atores envolvidos no processo de compras para implementar CPS e se foi priorizado algum objeto em específico (entre material, serviço e obra) para dar início a implementação. Todos os respondentes afirmaram que não, com destaque para o entrevistado E2, que demonstrou insatisfação neste quesito “na UFBA não existe capacitação e treinamento”. Todos apontaram que não houve um objeto específico escolhido para iniciar a implementação.

c) Questionários

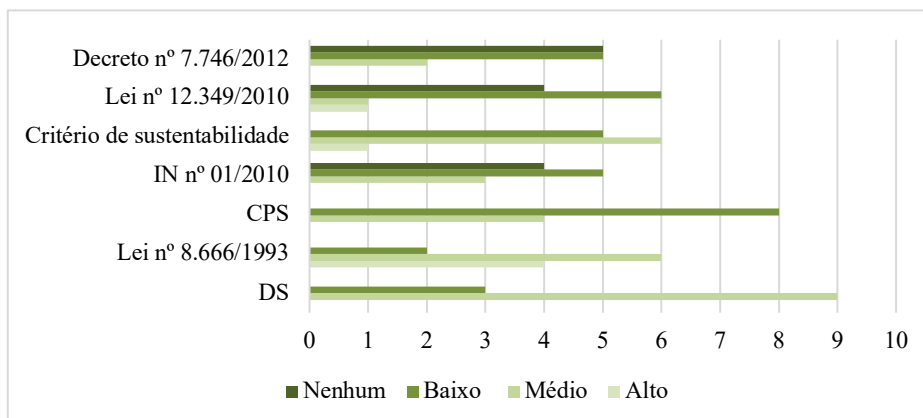
Os questionários foram aplicados para aprofundar e complementar as entrevistas que, por sua vez, tiveram suas perguntas elaboradas a partir de blocos representativos dos núcleos de investigação dos objetivos traçados neste trabalho.

Os respondentes da pergunta ocupam diferentes cargos e funções nos 2 núcleos que executam as compras e licitações, são eles: chefes dos setores (2), Assistentes em administração (4), Assistente operacional de contratos (2), pregoeiro (2), acompanhamento de pregão (1) e auxiliar administrativo (1). Destes, a maioria (7 de 12) é funcionário da Universidade, em qualquer destes cargos ou funções, há no máximo três anos.

No que se refere às práticas de compras sustentáveis adotadas, de acordo com o levantamento realizado, apenas cinco empregados participaram de algum evento de capacitação sobre CPS. Destes, apenas dois responderam que o evento foi promovido pela Universidade.

Ainda, buscou - se analisar o nível de conhecimento sobre assuntos relacionados a CPS, a partir da percepção do respondente. A partir das respostas emitidas, o Gráfico 1 foi elaborado.

Gráfico 1- Nível de conhecimento X Assunto relacionado a CPS

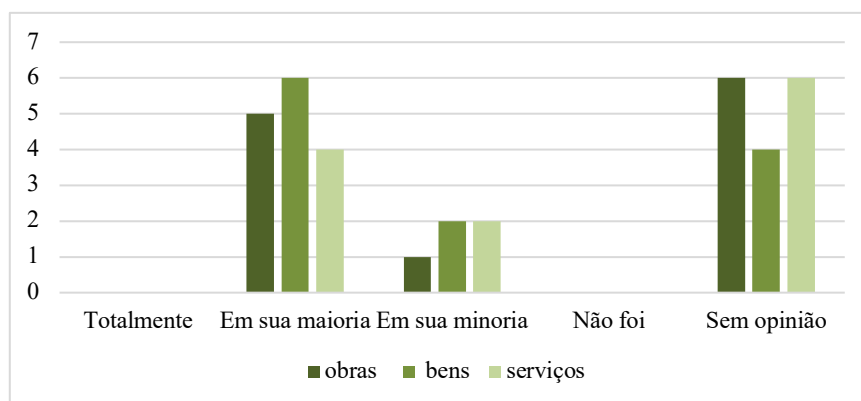


Fonte: Elaboração própria.

Dois dados que se destacam no que diz respeito ao baixo nível de conhecimento da equipe que realiza compras, sobre CPS afirmado por 8 de 12 respondentes que marcaram esta opção. O segundo dado, foi que 10 de 12 entrevistados responderam ter baixo ou nenhum conhecimento sobre Decreto nº 7.746/2012 (Brasil, 2012a), que estabelece critérios e práticas para a promoção do DS nas compras e contratações públicas. Outro dado relevante é o fato de que 9 dos 12 respondentes indicarem que tem um baixo ou nenhum conhecimento sobre a IN nº 01 de 2010 (Brasil, 2010d) que dispõe sobre critérios para promoção de CPS. Já 10 de 12 dos respondentes disseram ter baixo ou nenhum conhecimento sobre a Lei nº 12.349, de 2010 (BRASIL, 2010c) que regulamento ao desenvolvimento sustentável como objetivo das compras públicas. Entretanto, a maior parte dos entrevistados (9 de 12) mostraram um nível médio de conhecimento sobre DS.

A questão nove procurou verificar a apreensão dos interrogados sobre o nível de implementação da IN nº 01 de 2010 da Antiga SLTI/MPOG (BRASIL, 2010d) nos tipos objetos de contratação e compras. O Gráfico 2 foi elaborado através dos dados obtidos na coleta.

Gráfico 2- Percepção de implementação da IN nº 01, de 2010 SLTI/MPOG



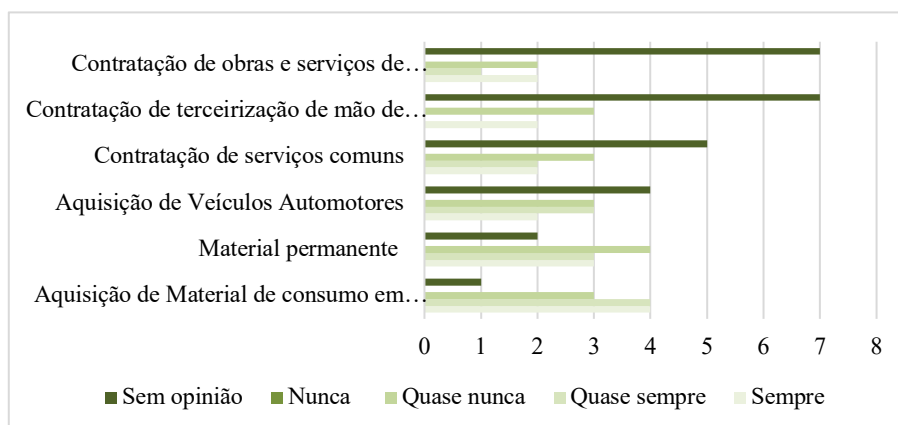
Fonte: Elaboração própria.

Parte expressiva dos respondentes não tinha opinião sobre ao nível de implementação da referida norma para cada tipo de objeto (6 de 12 para obras, 4 de 12 para bens, 6 de 12 para serviços). Tal fato corrobora com a informação inferida na análise da

Gráfico 1 sobre o baixo nível de conhecimento desta norma. Há, ainda, de se destacar o papel da divisão interna de trabalho, onde o setor de compras é responsável pela aquisição de bens e o setor de licitações pelos demais casos, ou seja, são critérios e percepções diferentes para os respondentes de cada setor. Porém, tal fato não explicaria a desinformação pertinente às normas.

Buscou - se verificar a frequência em que os funcionários empregam critérios de sustentabilidade nos processos de compras. O Gráfico 3 foi construído a partir das respostas coletadas.

Gráfico 3 - Frequência de utilização de critérios de sustentabilidade nas compras da UFBA

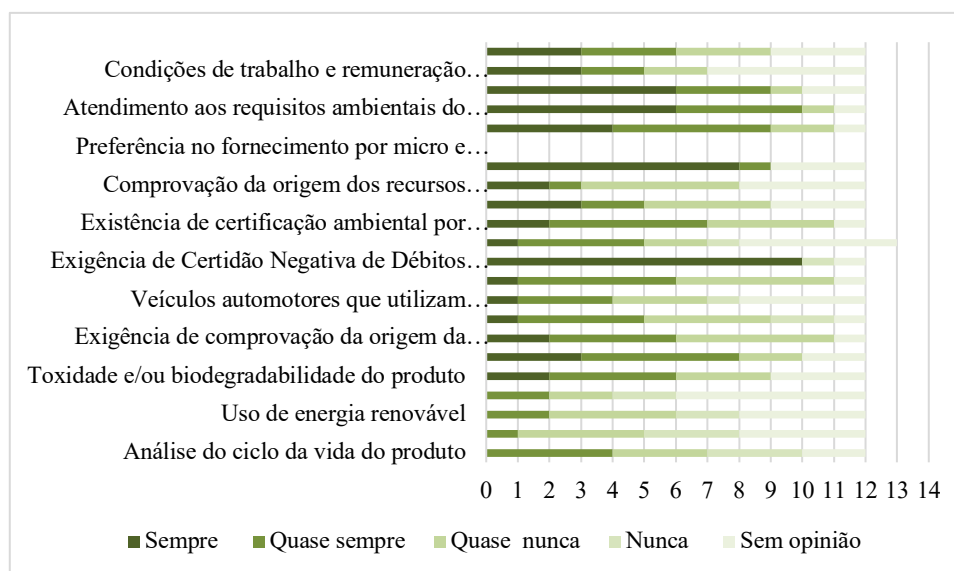


Fonte: Elaboração própria.

A aquisição de material de consumo é o tipo de compras que se destaca, sendo realizado com critérios de sustentabilidade sempre ou quase sempre por 8/12 questionados. Contudo, o fato de 7/12 respondentes não terem opinião sobre contratação de mão de obra terceirizada e obras, assim como 5/12 sobre serviços comuns, corrobora com a desinformação sobre IN nº 01, de 2010 (Brasil, 2010d), visto que esta estabelece critérios e práticas para promover DS pelas compras públicas.

Também foi investigada a frequência com que os critérios estabelecidos pela IN nº 01 de 2010 (BRASIL, 2010d) são empregados nas compras da universidade. O Gráfico 4 foi elaborado a partir das respostas dos funcionários.

Gráfico 4 – Critérios de sustentabilidade da IN nº 01 de 2010 mais utilizados nas compras pela UFBA



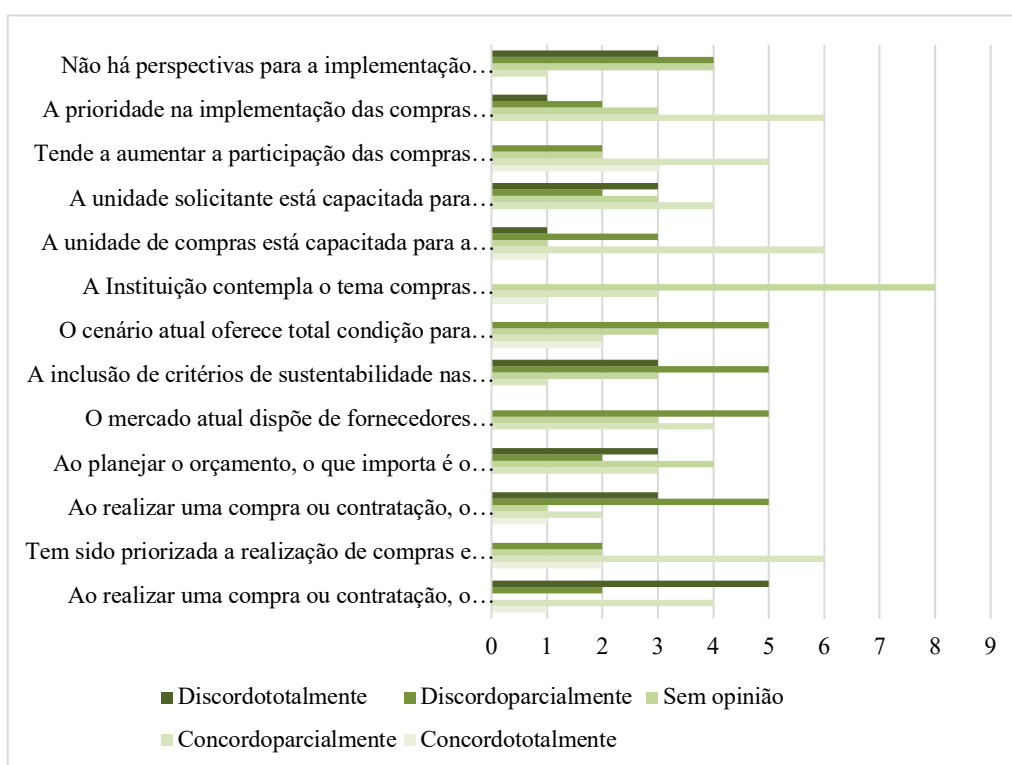
Fonte: Elaboração própria.

O critério utilizado com mais frequência é a exigência de certidão negativa de débitos trabalhistas (10 de 12 sempre usam), seguido por preferência no fornecimento por micro e pequenas empresas (8 de 12 sempre usam), em segundo. Tal fato não se coaduna com o que fora observado nos dados no primeiro objetivo desta pesquisa, já que dos 91 processos de CPS realizados pela UFBA neste período, apenas 40 tiveram percepção de pequenas e microempresas. Outros critérios que se destacam são atendimento das especificações determinadas pela ANVISA (9 de 12 sempre ou quase sempre usam) e atendimento das especificações determinadas pelo INMETRO (10 de 12 sempre ou quase sempre usam) e eficiência no consumo de água e/ou energia (8 de 12 sempre ou quase sempre usam). Tal fato

corroborar com o que foi identificado nas entrevistas e nos relatórios de gestão sobre a referência a certidões e especificações de órgãos normatizadores para CPS serem realizadas pela UFBA.

As práticas com relação a compras feitas por parte dos funcionários do CMP também foram investigadas, a partir da concordância ou discordância com afirmações pré-estabelecidas. Tais frases estão relacionadas com a empregabilidade de critérios sustentáveis nos processos tratado. O Gráfico 5 foi elaborado a partir das respostas dos funcionários.

Gráfico 5 – Práticas de Compras na UFBA



Fonte: Elaboração própria.

Conforme pode ser verificado, há uma divisão de opiniões sobre a prevalência do aspecto preço ser preponderante a ponto dos demais fatores serem descartados durante o julgamento do processo licitatório. Contudo, há uma tendência mais forte (7 de 12 discordam parcialmente ou totalmente) contrária a esta afirmação, do que favorável (5 de 12 concordam total ou parcialmente).

A maior parte dos respondentes concorda totalmente ou parcialmente (8 de 12) que a UFBA tem realizado CPS e discorda totalmente ou parcialmente que o aspecto qualidade é determinante ao realizar compras (8 de 12), sendo desconsiderado os demais. Para planejar o orçamento, parte expressiva (5 de 12) discorda totalmente ou parcialmente de que o aspecto

econômico prepondera e os demais são secundários, sendo que (4 de 12) entrevistados não tem opinião.

As opiniões se dividem sobre disponibilidade no mercado de fornecedores de produtos e serviços sustentáveis sendo que parte significativa (5 de 12) discordam do existirem de maneira suficiente e uma quantidade também expressiva (4 de 12) concorda que há. Ainda, uma parcela (3 de 12) não sabe informar.

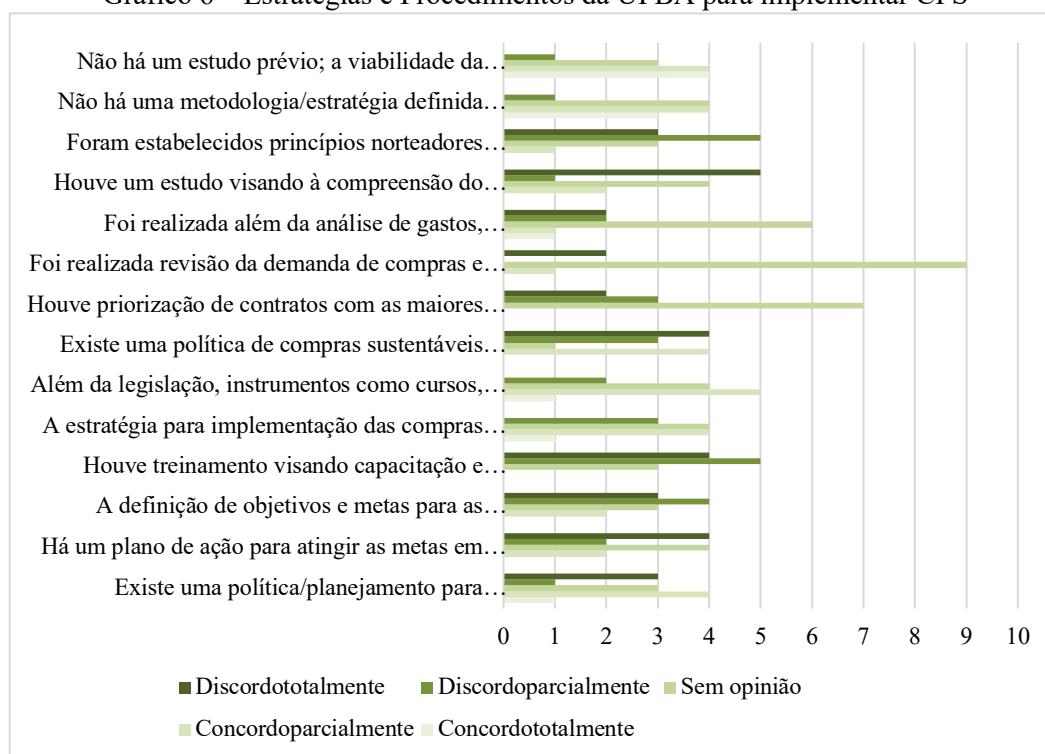
A maioria (8 de 12) discorda parcialmente ou totalmente que a inclusão de critérios sustentáveis limita excessivamente a concorrência. Contudo, 5 de 12 discorda que o cenário atual favorece para tornar as compras e contratações de instituição sustentáveis. Já, 8 de 12 não sabem opinar se o PDI da instituição contempla as CPS.

Quando questionados se a unidade de compras está capacidade para realizar CPS 7 de 12 responder concorda completamente ou parcialmente. Entretanto, as opiniões se dividem sobre o fato de a unidade solicitante estar capacitada para especificar produtos sustentáveis e isso não significar uma barreira a ser superada, 4 de 12 concordam parcialmente enquanto 5 de 12 discorda totalmente ou parcialmente desta afirmação.

A maioria (8 de 12) concorda total ou parcialmente que as CPS tendem a aumentar com relação ao total. Ainda, 6 de 12 concordam parcialmente que a prioridade a CPS é dada para atender a determinações de órgãos de controle. Já, 7 de 12 discorda total ou parcialmente de que não há perspectivas de implementação das CPS na UFBA.

Buscou - se analisar as estratégias e procedimentos estabelecidos pelas UFBA para implementar as CPS, a partir da identificação, por parte dos respondentes de algum tipo de política disponibiliza formalmente pela Universidade e como as ações são desenvolvidas pelos setores envolvidos. Com as respostas dos entrevistados, o Gráfico 6 foi elaborado.

Gráfico 6 – Estratégias e Procedimentos da UFBA para implementar CPS



Fonte: Elaboração própria.

Ao serem questionados se a UFBA alguma política ou planejamento para a implementação de CPS por parte da alta administração, 4 de 12 dos entrevistados concorda parcialmente, 3 de 12 não tem opinião e 3 de 12 discorda totalmente da afirmativa.

Em sequência, buscou identificar se a instituição possui um plano de ações para atingir metas de CPS. Dos 12 respondentes, 4 não possuem opinião, enquanto 4 discordam totalmente da afirmativa. Também foi investigado se houve o envolvimento de usuários, dos funcionários que operam as compras na UFBA até a alta administração, na definição de metas e objetivos para implementar CPS. O que foi corroborado por 7 de 12 respondentes que discordaram totalmente ou parcialmente do fato de haver uma política de CPS visível e claramente divulgada junto a comunidade da UFBA.

Ainda, buscou-se verificar demais ações desenvolvidas, no que diz respeito ao treinamento dos envolvidos no processo sobre CPS. Foram 3 respondentes de 12 que não possuíram opinião, enquanto a maioria (9 de 12) discorda parcialmente ou totalmente da afirmativa. Cabe ressaltar que nenhum respondente concordou parcialmente ou totalmente com esta afirmativa.

Da mesma forma, procurou - se verificar se houveram revisões sobre a demanda, visando reduzir ou eliminar. Foram 9 de 12 respondentes que não possuíram opinião. Também

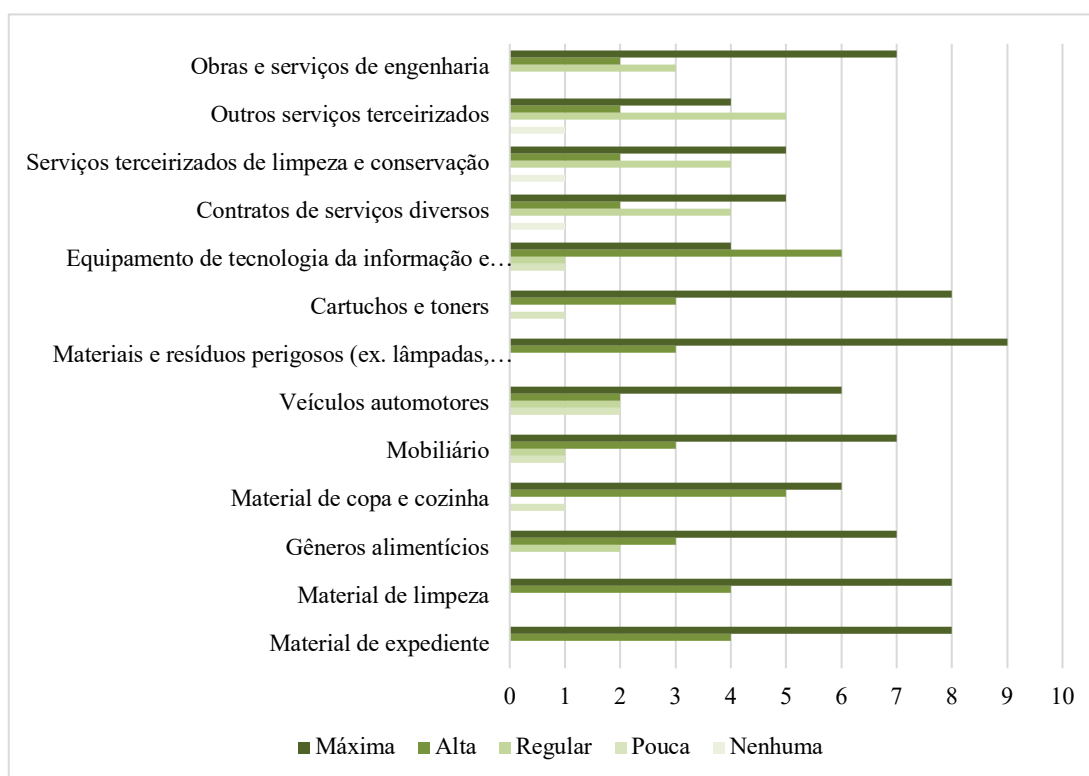
buscou - se identificar se houveram estudos, primeiro para analisar gastos e impactos e priorização de produtos/serviços a serem comprados de forma sustentável, onde 6 de 12 não possuem opinião e 4 de 12 discordam totalmente ou parcialmente da afirmação.

Intentou- se também identificar se foram estabelecidos princípios norteadores para implementação de CPS. Dos 12 respondentes 8 discordaram totalmente ou parcialmente da afirmação. Como forma complementar, buscou se verificar se há metodologia definida para implementar CPS, onde 7 de 12 concordaram totalmente ou parcialmente com o fato de não existir, enquanto 4 não opinaram.

A última proposição foi para verificar se não há um estudo prévio para a viabilidade da compra sustentável e se é implementada individualmente, conforme são elaborados os processos licitatórios. Foram 8 de 12 respondentes que concordaram parcialmente ou totalmente da afirmação, enquanto 3 de 12 não opinaram.

Em sequência, procurou-se determinar quais objetos devem ser priorizados no processo de implementação de CPS. A partir das respostas obtidas, o Gráfico 7 foi elaborado.

Gráfico 7- Materiais e objetos a serem prioridade em CPS



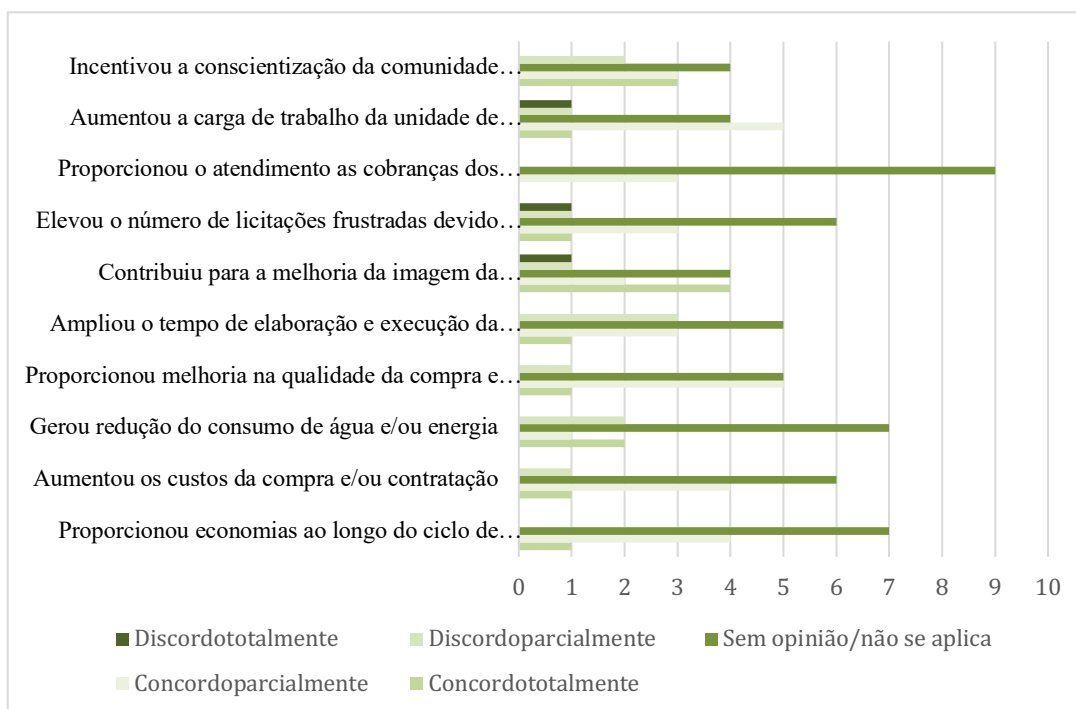
Fonte: Elaboração própria.

Pelos dados obtidos, o grupo de material de consumo e expediente é o que deve ser priorizado, na seguinte ordem: 12 de 12 respondentes declararam alta ou máxima prioridade

para expediente, limpeza, materiais perigosos, 11 de 12 responderam alta ou máxima priorização para material de copa e cozinha e cartuchos e toners, 10 de 12 deram prioridade alta ou máxima para gênero alimentício, mobiliário, equipamento de TI, 9 de 12 optam por obras e serviços de engenharia, 8 de 12 por veículos automotores, 7 de 12 para contratos diversos e serviços terceirizados de limpeza e conservação e 6 de 12 para outros serviços terceirizados.

Em prosseguimento, a próxima pergunta foi estabelecida como forma de apurar possíveis impactos e resultados decorrentes da implementação de ações de CPS na UFBA. O Gráfico 8 foi elaborado a partir das respostas coletadas.

Gráfico 8 - Impactos e resultados percebidos decorrentes de CPS na UFBA



Fonte: Elaboração própria.

Sendo assim, 7 de 12 entrevistados não possuem opinião sobre as CPS terem ou não proporcionado economias ao longo do ciclo de vida do produto. Bem como, 6 de 12 não opinaram se aumentou os custos de compras, porém 5 de 12 concordaram totalmente ou parcialmente com esta afirmação. Já, 7 de 12 não se posicionaram sobre as CPS terem gerado redução de consumo de energia ou água. Sobre ter proporcionado melhoria na qualidade de compra, apesar de 5 de 12 não ter opinado, 6 de 12 concordaram total ou parcialmente com a afirmativa. Enquanto 5 de 12 respondentes não opinaram sobre a ampliação do tempo de elaboração e execução de compras. Não obstante, 6 de 12 respondentes concordam total ou

parcialmente que as CPS contribuíram para melhorar a imagem da instituição. Mas 6 de 12 não se posicionaram sobre a política pública ter elevado o número de licitações frustradas. Já 9 de 12 também não opinaram sobre as CPS terem atendido as cobranças dos órgãos de controle. Contudo, 6 de 12 concordaram totalmente ou parcialmente sobre ter aumentado a carga de trabalho e 4 de 12 não opinaram. O mesmo número diz ter incentivado a conscientização da comunidade com relação ao consumo consciente. O elevado número de “sem opinião” reflete a desinformação e inexistência de métodos de acompanhamento.

d) Observação

Para complementar as entrevistas e os questionários, a observação foi realizada com o objetivo de verificar como se dá a condução do processo licitatório, quais as metodologias, etapas e ferramentas utilizadas pela equipe. Ainda também foi possível observar qual a divisão de trabalho, conhecer os sistemas envolvidos, e se existem formas de controle do processo e do recebimento dos produtos adquiridos por CPS em específico. Assim através das anotações realizadas durante as visitas, o Quadro 13 foi elaborado.

Quadro 13 - Dados da observação não participante

<p>A. - Forma de condução dos trabalhos</p> <ul style="list-style-type: none"> -Existência de 1 (um) núcleo de compras e 1 (um) núcleo de licitações, 1(um) Núcleo de Estoque e 1(um) Núcleo de Patrimônio, e apoio das unidades para aquisição específica. -A gestão é feita pelo SIPAC -A PROPLAN autoriza o orçamento Solicitado após a consolidação da demanda em os núcleos de compras e licitações à pedido da CMP
<p>B. - Metodologias e ferramentas utilizadas pela equipe</p> <ul style="list-style-type: none"> -Registro do CAMAT no SIPAC -Memorando via SIPAC -Panfletos e Cartazes educativos -SIPAC
<p>C. – Projetos sobre CPS em andamento (estudos e controles internos de ações)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Diagnóstico de ações publicado no site da universidade - Controle é feito por meio dos Relatórios de Gestão e TCU (externo)
<p>D - Participação dos membros da equipe nestes projetos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Iniciativa da CMP - um funcionário responsável por atualizar o cadastro do SIPAC
<p>E. – Informações quanto ao processo de Gestão de Compras (registro de demanda, preços, fornecedores, análise das ofertas, recebimento de mercadorias)</p>

- Registro dos preços atualizada, consolidação da demanda via SIPAC até tempo determinado anualmente, liberação do orçamento após a consolidação pela PROPLAN (solicitado pela CMP), realização dos pregões, análise das ofertas pela equipe, o recebimento é feito pelo núcleo de Estoque.

F. – Procedimentos adotados para verificar o cumprimento dos requisitos de sustentabilidade por parte do fornecedor.

-Não há procedimento específico para verificação de compatibilidade entre o que foi adquirido e o que foi entregue na Unidade. Os empregados do estoque apenas observavam a descrição da nota de empenho (idêntica ao termo de referência) e as características do produto. (Não há informações se isto ocorre nas outras unidades)

- Em caso de o objeto de compras ser muito específico (por exemplo, químicos e fármacos) a verificação é feito com apoio de outras unidades

- Entrega não programada

Fonte: Elaboração própria.

Durante as três visitas ao setor, foi possível conhecer como o procedimento de compras é realizado. Inicialmente, há a consolidação das demandas no sistema SIPAC, que foi acompanhado diretamente por esta pesquisadora. Isto ocorre até data determinada anualmente, para então o orçamento do montante reunido ser liberado pela PROPLAN, através de solicitação formal da CMP. Durante o processo licitatório, a análise das ofertas é realizada pela equipe responsável, mas não há um procedimento específico para verificação, ou inclusão de itens sustentáveis. Durante a consolidação, há a divulgação por memorando e panfletos dos itens sustentáveis cadastrados no SIPAC, mas não há garantias de que as unidades solicitantes se planejam de forma a garantir a inclusão destes itens. Contudo, o cadastramento destes itens foi uma iniciativa particular da coordenação e há um funcionário designado para sua atualização.

Através da observação não participante foi possível constatar que os funcionários responsáveis pelo recebimento dos bens adquiridos não possuem qualquer instrumento de controle para fazer a verificação das exigências de critérios sustentáveis. Os agentes não possuem preparo/ capacitação para fazer este tipo de fiscalização e o controle das especificações exigidas em edital é feito através da conferência da nota de empenho, que é igual ao termo de referência. Ao ser indagado, o entrevistado E1 informou que se o objeto for tecnicamente muito específico, como, por exemplo a entrega de bens químicos, a verificação é feita com apoio de outras unidades mais especializadas.

4.3 OBJETIVO 1.3 - IDENTIFICAR OS POSSÍVEIS FATORES INFLUENCIADORES DA

IMPLEMENTAÇÃO DAS CPS NA UFBA

O terceiro objetivo do trabalho consiste em Identificar os possíveis facilitadores e barreiras à implementação das CPS na UFBA. Para contemplar este tento, buscou-se verificar a percepção dos atores envolvidos no processo de compras destes com relação a fatores internos e externos, tanto por meio das entrevistas quanto na aplicação dos questionários.

a) Entrevistas

Inicialmente, tratou-se do questionamento sobre quais fatores externos contribuíram para facilitar a implementação das CPS na UFBA, de acordo com a percepção do entrevistado. Todos os entrevistados mencionaram a legislação. Os entrevistados E1 e E3 mencionaram a fiscalização dos órgãos de controle, já E2 e E3 pontuaram a divulgação de instrumentos e práticas como fatores facilitadores.

Cabe destacar que o entrevistado E2 mencionou que a legislação exige, mas que considera a fiscalização dos órgãos de controle muito pouco impositivas “Tem a exigência (legal), mas não a cobrança (órgãos de controle)”.

Outra pergunta foi realizada para verificar quais fatores externos poderiam ter dificultado a implementação de CPS, na perspectiva dos respondentes. Os entrevistados E1 e E2 mencionaram a falta de oferta. E de maneira unanime, o alto custo dos produtos foi determinado.

Apenas dois fatores foram mencionados. Contudo, a percepção de alto custos de itens sustentáveis foi unanime. Cabe destacar que, para o entrevistado E1, há uma dificuldade em especificar os itens sustentáveis e mesmo um desconhecimento sobre o processo, sobretudo no planejamento das unidades. “Ignorância nossa de não conhecer não só a especificação dos itens sustentáveis, mas sobre como seria o processo...[...] Colocamos os itens sustentáveis e não colocam quando se planejam (unidades)”.

Ao serem questionados se os fatores externos que dificultavam a implementação de CPS estavam sendo superados. Os entrevistados E1 e E2 não souberam dizer, contudo E3 observou que “A sociedade tem esta demanda (sustentabilidade). Acho que com o tempo vai...ter mais fornecedores, mais gente interessada”.

Em seguida, buscou-se averiguar quais seriam os fatores internos que facilitam a implementação das CPS na UFBA. Os entrevistados E1 e E2 citaram o incentivo da alta administração. Já E2 e E3 mencionaram o comprometimento dos atores envolvidos e E3 em particular destacou o conhecimento disponível.

Duas respostas merecem destaque, pois denotam a preocupação da equipe com a necessidade de apresentar o conhecimento requerido para a implementação das CPS. O entrevistado E1 menciona “Não existe conhecimento ainda, tanto é que eu nem sabia o que entrava na licitação sustentável” e o entrevistado E3 relata “eu queria fazer pesquisa, lógico que você vai buscar...então verifiquei a necessidade do PLS, que é um plano [...]”.

A próxima pergunta buscou identificar quais fatores internos dificultariam a implementação das CPS na UFBA. De maneira unânime, a relutância dos atores envolvidos foi mencionada e também a percepção de custo elevado. Já E1 e E2 mencionaram o conhecimento disponível³¹ e E2 e E3 citaram a falta de incentivo da administração. Apenas E3 afirmou que a falta de comunicação/ divulgação seria um fator interno que dificulta a implementação e CPS.

A percepção de custo elevado dos itens CPS aparece novamente de forma unânime como um fator que dificulta sua implementação. Outro aspecto mencionado por todos os entrevistados, é a relutância dos atores envolvidos que se relaciona com a falta de conhecimento e com a percepção de alto custo. “Não há relutância dos envolvidos...talvez tenha... porque dá trabalho e se mantém como está pra evitar desgaste” (E1). “Relutância talvez...aí já é um julgamento com o próprio colega...pela percepção de ser elevado (o custo) [...]” (E3). “Existe a relutância de comprar, por exemplo, papel reciclado [...] O que recai na descrição. Se tivéssemos mais conhecimento para descrever esse papel de uma forma que não fosse daquela qualidade...uma coisa leva a outra” (E2).

Ao serem questionados se os fatores internos que dificultam a implementação da CPS estão sendo superados, os entrevistados não sabiam dizer precisamente. Porém, o entrevistado E2 destaca que “Cada vez que fazemos um termo de referência tentamos melhorar para comprar melhor” (E2).

Buscou-se, também, analisar os resultados e impactos das possíveis medidas tomadas para implementar CPS na UFBA. Os entrevistados E1 e E2 relataram não haver um acompanhamento por parte da Universidade neste aspecto, apontando apenas o relatório de gestão (E3) e o acompanhamento feito pelos órgãos de controle. Com relação a percepção dos resultados e impactos, o depoimento do entrevistado E2 merece destaque, pois se diferencia dos demais “Economia de energia...Eu percebo porque sou eu que faço, sei que vai gerar economia.

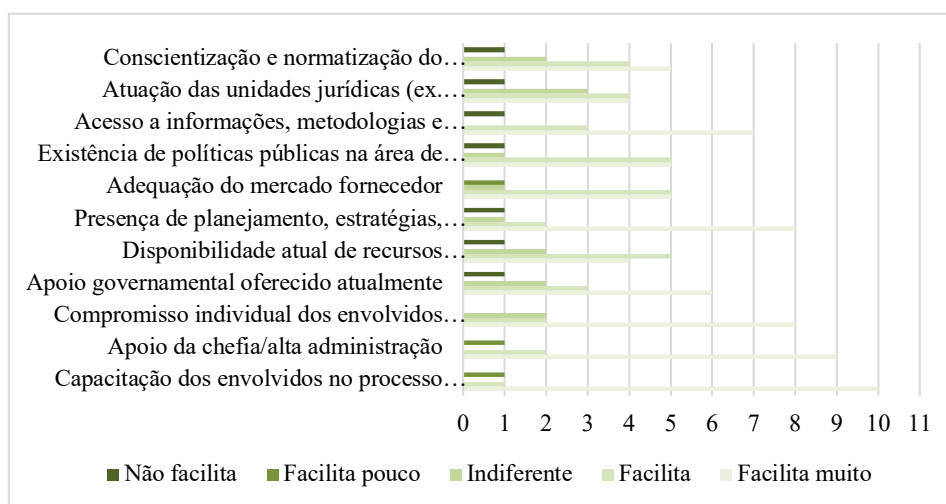
[...] Melhoria da imagem institucional... A UFC (Universidade Federal do Ceará) tem. A gente aqui não tem!” (E2) ressentir-se. Novamente, ressalta a fraca fiscalização por parte dos órgãos de controle “Agente escreve um textinho bonito...eles não pedem relatório...essa exigência” (E2).

A última pergunta buscou verificar que fatores os entrevistados consideraram mais relevantes para que ocorra difusão das CPS no Brasil. E2 e E1 destacaram a necessidade de a obrigatoriedade legal ser levada a cabo pelos órgãos de controle, enquanto E3 ressaltou o planejamento e a conscientização dos envolvidos nos processos como fator primordial.

b) Questionário

Como forma de complementar e aprofundar os dados obtidos nas entrevistas o questionário também buscou identificar facilitadores e barreiras a serem superadas pela instituição para implementar CPS. Para tal, indagou-se a percepção dos funcionários sobre quais fatores facilitariam a implementação de CPS na UFBA e obteve - se as respostas no relacionadas no Gráfico 9.

Gráfico 9- Fatores que facilitam a implementação das CPS na UFBA



Fonte: Elaboração própria.

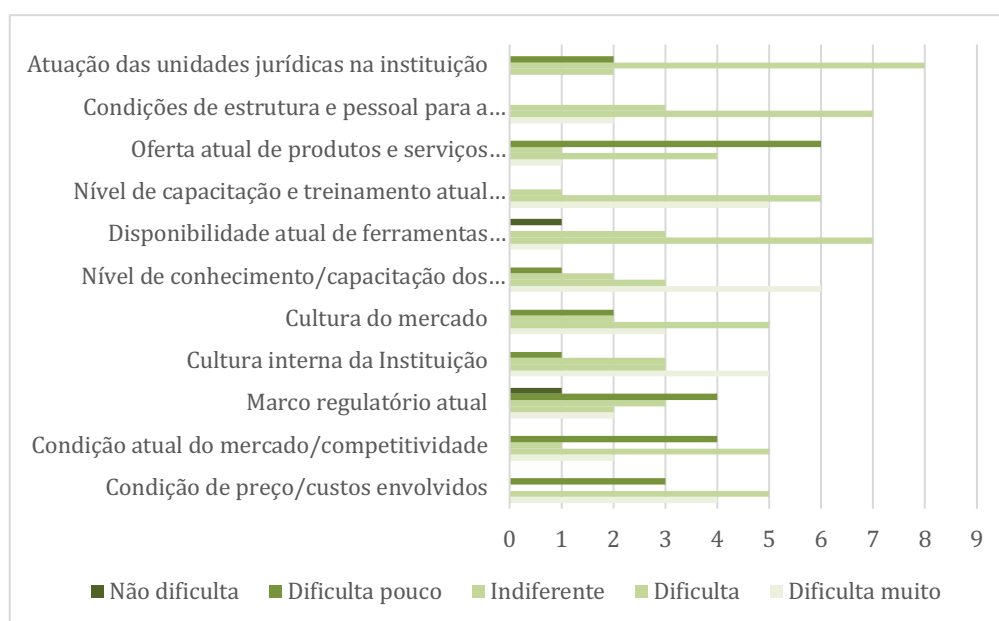
Isto posto, em ordem de gradação dos que mais assinalaram “facilitaria muito” e “facilita”: a maioria (11 de 12) entrevistas assinalaram a capacitação dos envolvidos no processo de compras. Este dado corrobora com os dados colhidos nas entrevistas sobre não ter tido um processo de capacitação e treinamento. Assim como reafirma o que foi inferido pelas questões 6 e 7 do questionário, onde 5 funcionários tinham algum evento de capacitação, sendo que apenas 2 disseram ter sido promovido pela UFBA. Já a mesma proporção concorda que o

apoio da chefia/alta administração facilitaria muito ou facilitaria que embora de maneira não unanime foi ressaltado nas entrevistas, sobretudo por E1 e E2 no Quadro 13.

Outros 10 de 12 entendem que o compromisso individual dos envolvidos, a presença de planejamento, estratégias, objetivos e metas, adequação do mercado fornecedor, a existência de políticas públicas em CPS e o acesso da informações, metodologias e modelos de aplicação, facilitariam muito ou facilitariam a implementação as CPS. Ainda 9 de 12 se posicionaram desta maneira sobre o apoio governamental atual, a disponibilidade de recursos financeiro de pessoal e estrutural, a atuação de unidades jurídicas e a conscientização e normatização do sistema produtivo.

Para coletar a percepção dos funcionários sobre quais fatores dificultam a implementação e CPS, a pergunta 16 foi realizada. Com as respostas obtidas, o Gráfico 10 foi construído.

Gráfico 10 - Fatores que dificultam a implementação das CPS da UFBA

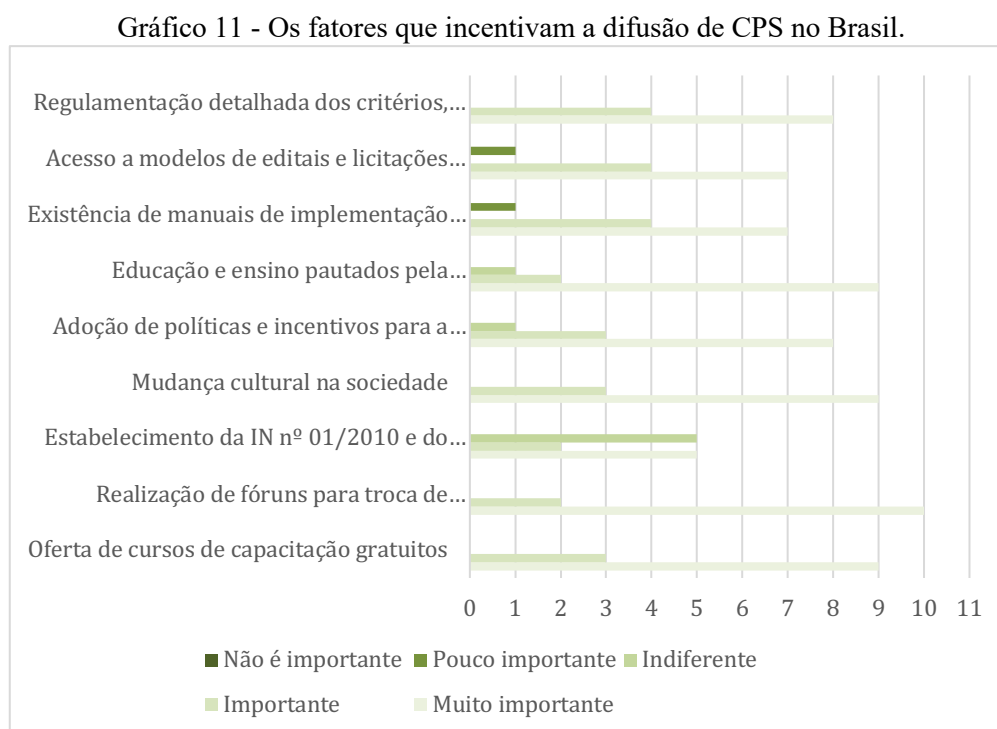


Fonte: Elaboração própria.

Então, alguns fatores se destacaram nas respostas dos funcionários. Foram 11 de 12 respondentes que assinalaram que o nível da capacitação e o treinamento dos envolvidos é o fator “dificulta” ou “dificultaria muito” a implementação de CPS. Já, 9 de 12 assinalaram que as condições de preço, o nível de conhecimento/capacitação dos solicitantes, e as condições estruturais e de pessoal para implementação de CPS são o segundo fator que mais contribuem negativamente. Outros 8 de 12 pontuaram a cultura do mercado e a cultura interna da instituição como fatores que dificultam e 7 de 12 como a competitividade do mercado. O fator “nível de

capacitação dos envolvidos” e a “condição de preço/custo” também foram destacados nas entrevistas, de acordo com o Quadro 14.

Por fim, verificou-se quais fatores mais incentivam a difusão de CPS no Brasil, as respostas substanciaram o Gráfico 11.



Fonte: Elaboração própria.

Em destaque das respostas obtidas como “muito importante” ou “importante”, encontra-se a realização de fóruns para troca de experiência entre instituições, mudança cultural na sociedade, regulamentação detalhada dos critérios, práticas e diretrizes de CPS e a oferta de cursos de capacitação, sendo assinalado por 12 dos 12 funcionários. Também se ressalta a educação e o ensino pautados na sustentabilidade, o acesso a modelos de editais e licitações sustentáveis a existência de manuais de implementação no âmbito das instituições marcados por 11 de 12 respondentes

4.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

No primeiro objetivo deste trabalho foi possível verificar por meio de análise documental com os dados do site de compras do Governo Federal, que a UFBA se destaca, no

cenário federal, regional e estadual como órgão que realiza CPS no período analisado. Este fato corrobora o entendimento de Hegenberg (2013) e Jesus e Chrispino (2014) que destaca o papel das instituições públicas de ensino ao dar o exemplo para a sociedade e difundir o DS por meio das compras públicas. Bem como corrobora o que foi destacado por Mathias (2014) e Jesus e Chrispino (2014) sobre o papel dos órgãos públicos na difusão do DS. De acordo com as Tabelas 4 e 5 o MEC é o OS que mais realiza e gasta com CPS. A UFBA, que é um órgão tutelado pelo MEC, é o quinto colocado em volume de CPS e o segundo órgão que mais gasta com este tipo de compra (Tabela 6 e 7). Na escala regional, a Universidade é o órgão que mais realiza CPS e o segundo que mais gasta (Tabela 10 e 11). No âmbito estadual, a UFBA é o órgão que mais compra e mais gasta com CPS (tabelas 6 e 7).

No plano interno da Universidade, a CMP é a UASG que mais realiza compras e que mais gasta (Tabela 14). As CPS desta unidade são realizadas exclusivamente por dispensa e pregão (Tabela 15). As tabelas 16 e 17 mostraram que os grupos de materiais mais adquiridos de forma sustentável foram os que compõe o grupo de material de consumo e expediente. A partir de então se procedeu de forma a identificar e verificar as práticas, os procedimentos, os critérios mais adotados e quais os fatores influenciadores da implementação da CPS nas UFBA.

Com a realização e triangulação dos documentos institucionais, das entrevistas, questionários e da observação foi possível verificar a congruência de algumas informações sobre os fatores que influenciam a implementação das CPS na UFBA.

Os documentos institucionais investigados, sendo estes o PDI, os Relatórios de Gestão referentes ao período de análise, o plano diretor os não fazem menção direta a efetivação ou implementação de CPS. Evidenciando o que Pacheco-Blanco e Bastante-Ceca também encontraram em sua pesquisa sobre a baixa correlação dos documentos institucionais com a implementação e CPS. Excetuando-se os Relatórios de Gestão que a partir de 2014 tratam da elaboração do PLS como uma realidade em planejamento. Contudo, ao acessar este último documento, pode-se verificar que se trata de um diagnóstico de ações e não tem metas nem objetivos estabelecidos, o que se identificaria como um plano propriamente dito.

O Gráfico 6 relaciona as respostas obtidas através de questionário sobre a Universidade ter alguma política ou planejamento para a implementação de CPS por parte da alta administração, 4 de 12 dos entrevistados concordam parcialmente, 3 de 12 não tem opinião e 3 de 12 discordam totalmente da afirmativa. Tal fato sinaliza o que fora observado pelas entrevistas, em que nenhum entrevistado reconheceu que a alta administração possui um plano formal para implementar CPS. Porém, a Entrevista E3 sobretudo, afirma que há esta

preocupação e ações, como o registro dos itens sustentáveis que já é realizado pela instituição no âmbito da CMP. Este dado se coaduna com o que fora levantado por Machado e Neto (2014) e Feliciano (2015) que verificaram um baixo nível de apoio hierárquico a ações de CPS refletindo-se na falta de planejamento e estabelecimento de programas assim como na prioridade de ações.

A descentralização do processo de compras, verificada inicialmente na tabela 14, foi corroborada pelas entrevistas que sinalizaram que outras unidades realizam CPS na UFBA. Este dado também foi apontado por Pacheco-Blanco e Bastante-Ceca (2016) como sendo uma dificuldade para a implementação das CPS. Além disso, de tanto a observação de forma como os procedimentos são geridos no SIPAC, quanto do recebimento dos produtos, confirmaram essa informação. Há ainda um aspecto importante que foi encontrado nas entrevistas de E3 e corroborado nos questionários, pela baixa incidência de informações sobre orçamento, que é o fato deste ser autorizado por outra Pró-Reitoria ou ainda existirem unidades que possuem orçamento próprio. Portanto, há descentralização na autorização/gestão de orçamento para compras, na execução das compras em si e na recepção/ fiscalização dos itens adquiridos.

Há uma dificuldade em estabelecer critérios sustentáveis, conforme também foi verificado nos trabalhos de Cruz (2014) e Machado e Neto (2014) e em se verificar a adequação dos mesmos na hora do recebimento, assim como o que foi apurado Freitas (2017) em sua pesquisa. O primeiro fato pode ser verificado nas entrevistas de E1 e E2 e nos questionários que relacionaram o baixo nível conhecimentos no que diz respeito a critérios, normas tanto de CPS quanto de DS (Gráficos 1 e 4). Há de se destacar que o Gráfico 4 sinaliza para a exigências de certidões como principal parâmetro de sustentabilidade utilizados pelos funcionários para inserção de critérios. Nas entrevistas de todos os funcionários isto foi endossado e confirmado também no Quadro 12 da análise documental em que se buscou os principais critérios utilizados pela CMP.

Através da observação foi possível verificar que não há um procedimento específico para verificar a adequação dos requisitos de sustentabilidade exigidos na aquisição e sua compatibilidade na entrega, tal como fora verificado por Freitas (2017). Isto se dá também pela falta de capacitação e conhecimento dos empregados, que eventualmente recorrem a outras unidades caso a compra seja tecnicamente mais específica. Fato que fora afirmado pelo entrevistado E1 e pôde ser reafirmando no Gráfico 10, que aponta a falta de qualificação como fator que mais dificulta e é reforçado pelo Gráfico 9 que denota que a capacitação ajudaria muito neste processo.

Como consequência de não haver um plano claramente identificado para desenvolver a política pública na Instituição (também de acordo com Gráfico 6), há uma dificuldade em se perceber os impactos da política que vem sendo implementada intuitivamente por ações isoladas, assim como o que foi verificado por Hegenberg (2013). O Gráfico 8 sinaliza esta mesma informação em função da maior parte dos respondentes ter assinalado “sem opinião” na maior parte das assertivas, justamente pela inexistência de formas de acompanhamento dificultar esta percepção. Fato que foi corroborado pelas entrevistas de E1, E2 que mencionou não haver instrumento de mensuração destes dados e de E3 ter mencionado que o TCU (órgão externo) e os relatórios de gestão como forma de controle das práticas de CPS.

Nos questionários (gráfico 5) se pode identificar uma divisão de opiniões sobre a prevalência do aspecto preço ser preponderante a ponto dos demais fatores serem descartados durante o julgamento do processo licitatório. Contudo, há uma tendência maior (7 de 12 discordam parcialmente ou totalmente) e contrária a esta afirmação, do que favorável (5 de 12 concordam total ou parcialmente). Este dado se confronta parcialmente com o que Hegenberg (2013) e Walker e Brammer (2011) e Feliciano (2015) apuraram em seus trabalhos, pois embora tenha sido citado unanimemente nas entrevistas, não se colocou de maneira altamente preponderante nos questionários.

No que diz respeito ao treinamento dos envolvidos no processo sobre CPS, de acordo com o Gráfico 6, a maioria (9 de 12) discorda parcialmente ou totalmente da afirmativa de ter existido um programa de treinamento para o desenvolvimento da política. Este dado corrobora com as informações dadas pelos mesmos respondentes onde apenas 5 de 12 fizeram algum processo de capacitação sobre CPS e somente 2 responderam que estes eventos foram realizados pela UFBA. Adiciona-se a esta informação, o dado informado com veemência pela entrevista E2 em que afirma não haver treinamento e capacitação da instituição. Cabe ressaltar que nenhum respondente sequer concordou parcialmente ou totalmente com a assertiva do questionário que mencionava o aspecto treinamento como ação da instituição. Logo, os achados aqui apresentados reafirmam o que fora encontrado por Hegenberg (2013) e Machado e Neto (2014) e Cruz (2014).

Há ainda uma necessidade expressa durante as entrevistas de que ocorram programas de capacitação. Fato que foi corroborado pela observação e pelos questionários, sendo apontados como fatores que facilitariam a implementação da política pública. Além disso, a elaboração de um Guia de Compras de Contratações Sustentáveis da UFBA se apresenta como um caminho necessário para este fim.

Desta forma, verificou-se que Universidade não dispõe de um plano que oriente seus gestores e atores envolvidos na implementação das CPS. Tal fato se consolidou também na dificuldade por parte dos funcionários em perceber e mensurar os impactos das ações de CPS implementadas, como pode ser inferido pelo gráfico 6, tendo em vista que “sem opinião” foi a opção mais assinalada pelos respondentes.

O desenvolvimento da política pública acaba sendo promovido por ações individuais, que ainda se relacionem entre diferentes setores, majoritariamente entre a CMP e CMA. Estas ações não possuem o caráter institucional necessário para consolidar e uniformizar as práticas de todos os atores que venham a realizar compras sustentáveis. Assim como fora apurado por Carvalho (2014) e Feliciano (2015) em seus trabalhos. Isto posto, a organização de um plano contribuiria para a definição de uma metodologia, objetivos e metas para que todos uniformizassem e se planejassem para concretização das CPS. Sem o estabelecimento de uma política institucional que ajude a gerar uma cultura organizacional sustentável e os procedimentos de CPS são centralizados na CMP com apoio da CMA a implementação das CPS se faz de maneira prejudicada.

Com a finalidade de estabelecer quais materiais devem ser priorizados na elaboração do mencionado Guia, O Gráfico 7 relaciona as respostas de acordo com a percepção da equipe de funcionários respondentes do questionário. Os dados levantados denotam que o grupo de material de consumo e expediente. Esta informação também foi destacada nas Tabelas 16 e 17 como grupos que tem maior volume e gastos de CPS da CMP. As entrevistas assinalaram os mesmos grupos como sendo os mais fáceis de adquirir de forma sustentável.

Não exaustivo, para Cypreste (2013), Cruz (2014) e Carvalho (2014) o PLS é um plano normatizado e exigido pelo Governo Federal cujo um dos eixos é a implementação de CPS. No decorrer da pesquisa verificou-se a inconformidade do plano divulgado no site da UFBA, com os parâmetros legais exigidos desde 2012, pelo Decreto Nº 7.746, de 5 de junho de 2012 (Brasil, 2012 a) e regulamentado pela IN Nº 10 de 2012 (Brasil, 2012b). Por isso, torna-se imprescindível a sua elaboração, tanto para regularização normativa, quanto para orientação e instrumentalização interna da universidade.

Então, de acordo com os fatores influenciadores de Walker e Brammer (2011) e com as barreiras tratadas por Machado e Neto (2014), verificou-se, por meio das análises realizadas, que as principais dificuldades enfrentadas pela UFBA foram: a barreira gerencial/estrutural, a barreira financeira, a barreira informacional e o desconhecimento sobre o meio ambiente e sobre a forma de estabelecer critérios ambientais.

Tomando-se como base a perspectiva de Pacheco-Blanco e Bastante-Ceca (2016),

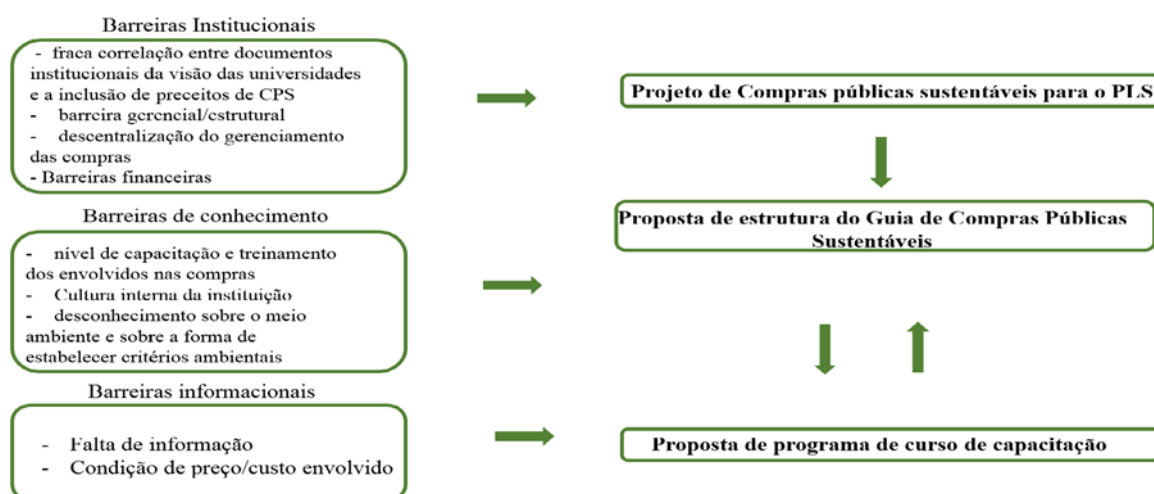
apresentada naquela mesma subseção, foram identificadas as seguintes barreiras como fatores de influência: a descentralização do gerenciamento das compras, a falta de informação e a fraca correlação entre documentos institucionais da visão das universidades e a inclusão de preceitos de CPS.

Já a partir da análise de Hegenberg (2013), foram detectados os seguintes fatores: o nível de conhecimento e capacitação dos solicitantes de compras, a cultura interna da instituição, o nível de capacitação e treinamento dos envolvidos nas compras e a condição de preço/custo envolvido.

Logo, a partir da análise destas barreiras, esta pesquisadora entende ser necessário um rol de melhorias que serão explicadas após a Figura 6, que sintetiza e relaciona estas barreiras com as melhorias propostas. Cabe destacar que as nomenclaturas apresentadas na Figura mencionada para cada um dos três conjuntos de barreiras identificadas foram criadas na presente pesquisa.

Ressalta-se que as propostas apresentadas levaram em conta, além dos resultados da própria pesquisa, os princípios apresentados na A3P, que fundamenta a construção teórica deste trabalho e que é referenciada pela In N° 10, de 2012 (Brasil, 2012b) como parâmetro para construção de PLS. Foram ainda consideradas os programas e processos já iniciados, o Programa de Eficiência Energética, Programa de uso racional de água (Água Pura) e Coleta Seletiva (Recilce UFBA), abordados no segundo objetivo do presente trabalho.

Figura 6 – Relação entre as barreiras e as propostas de melhoria



Fonte: Elaboração própria

Assim sendo, foi observada a necessidade de ações de capacitação por parte da Universidade e da elaboração de um guia de CPS para que fosse ser difundido para a comunidade da UFBA, como forma de educar e conscientizar seus funcionários. Isto porque

para a efetivação do projeto de Compras Públicas Sustentáveis para o PLS da UFBA, estas duas ações se tornam necessários. Segue no próximo objetivo, o detalhamento de cada uma das propostas, de acordo com as necessidades levantadas a partir desta investigação.

4.5 OBJETIVO 1.4 - PROPOR RECOMENDAÇÕES DE MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS NO PROCESSO DE CPS

Este objetivo constitui-se em propor recomendações a serem implementadas. Objetivamente, este trabalho visa preencher a lacuna encontrada a partir da análise acima e apresentar uma Proposta de Compras Públicas Sustentáveis para o PLS da UFBA. De forma complementar, também se verificou a necessidade de uma proposta de programa de capacitação e uma Proposta de estrutura do Guia de Compras Públicas Sustentáveis elaboradas, a partir das ações já feitas pela instituição. A entrevista E2 menciona que a Universidade Federal do Ceará (UFC) é tida como parâmetro de excelência pelos órgãos de controle, fato que corrobora a definição de seu PLS como referência para materializar os critérios, metas, ações de CPS pretendidas por esta pesquisa. Adicionado a isto, cabe observar que o PLS da referida Universidade teve como matriz, o plano da Universidade Federal do Recôncavo baiano, de acordo UFC (2013), também consultado para a elaboração das ações sugeridas para o PLS da UFBA.

Projeto para Compras Públicas Sustentáveis do PLS da UFBA

1 - Material de consumo

Objetivo: Dar preferência para aquisições de bens sustentáveis cadastrados no CAMAT/COMPRASNET e/ou com critérios da IN nº 10 de 2012 (Brasil, 2012b), visando a preservação ambiental, o estímulo a economia local e induzir à uma cultura organizacional sustentável.

Iniciativas:

A - Elaborar a partir do registro de materiais do SIPAC e em guias de melhores práticas, uma lista de especificações de produtos sustentáveis para serem adotados na UFBA (Guia de compras e contratações públicas sustentáveis da UFBA);

- B - Adquirir papel A4 somente com selo FSC TCF ou ECF e sempre que possível, por compra compartilhada com outras IFES do Nordeste visando economia do valor unitário;
- C - Adquirir copos de papel para substituir o copo de plástico;
- D - Elaborar campanhas cíclicas para conscientização de escolhas de produtos mais sustentáveis e divulgação para a comunidade UFBA do guia elaborado no item a;
- E - Ampliar os contratos de locação de impressoras/copiadoras compartilhadas pelas unidades;
- F - Ampliar a realização convênios com cooperativas localizadas nas cidades onde a UFBA tem campus;
- H - Aquisição de equipamentos eletroeletrônicos de acordo com as especificações do Guia de compras e contratações públicas sustentáveis da UFBA visando economia de energia;
- I - Aquisição da Norma NBR ISO 50.001/2011 (Sistemas de Gestão da Energia – Requisitos com orientações para uso;
- J - Adquirir novos coletores para implantar em todas as Unidades da UFBA até 2022.

Metas:

- Elaborar até 2022 o Guia de Compras e Contratações Públicas Sustentáveis da UFBA;
- Eliminar a aquisição de copos de plástico até 2022;
- Reduzir em 70% o consumo de copos descartáveis até 2022
- Substituir copos descartáveis por copos de papel a serem especificados no guia de compras da UFBA;
- Aumentar a contratação de copiadoras para reduzir a compras de cartuchos e impressoras em até 30% até 2022;
- Ampliar coleta seletiva em todos os campi até 2022;
- Aumentar a eficiência energética.

Identificação de riscos:

- a - Não adesão da comunidade;
- b - Não elaboração do guia de compras sustentáveis da UFBA;
- c - Não elaboração do Guia de Compras e Contratações Públicas Sustentáveis da UFBA.

Recursos:

- a - Financeiros para as campanhas cíclicas, para estudos técnicos do Guia e sua revisão;
- b - Servidores.

Proposta de Programa de Curso de Capacitação

- 1 - O conceito CPS e sua relação com Desenvolvimento sustentável
- 2 - Normais aplicáveis
- 3 - IN nº 01/2010
- 4 - O Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012
- 5 - A A3P
- 6 - Aquisição de materiais
- 7 - Obras e serviços de engenharia
- 8 - Critérios sustentáveis para introduzir nos editais e contratos

Proposta de Estrutura do Guia de Compras Públicas Sustentáveis

- 1 - O que são as CPS;
- 2 - Marco Regulatório;
- 3 - Critérios e Práticas de Sustentabilidade
 - 3.1 - Aquisição de bens
 - 3.1.1 - Material de Expediente
 - 3.1.2 - Material de Limpeza
 - 3.1.3 - Eletrodomésticos
 - 3.1.4 - Gêneros Alimentícios, copa e cozinha
 - 3.1.5 - Impressoras e cartuchos
 - 3.1.6 - Mobiliário
 - 3.1.7 - Veículos
 - 3.1.8 - Pneus
 - 3.1.9 - Tecnologia da informação

De maneira complementar aos projetos já abordados, a UFBA possui uma estrutura arquitetônica antiga e que não obedece aos padrões de sustentabilidade recomendados pelas entidades de controle. Por isto um projeto de obras sustentáveis que contemple estes aspectos também se torna indispensável para a operacionalização de obras futuras, sendo esta outra sugestão de melhoria. A barreira institucional observada na Figura 7 é refletida através da omissão de propostas, objetivos e metas nos documentos da instituição. A Universidade deve explicitar as CPS nestes documentos, sobretudo nos próximos PDIs para que a política tome uma dimensão e um peso institucional que busque não apenas cumprir as formalidades legais solicitadas pelos órgãos de controle, como observado nos relatórios de gestão, mas para que seja observada por toda comunidade da UFBA e consolide uma cultura organizacional sustentável. Além disto, pontua-se que a adesão a rede A3P também colaboraria para a substanciar as ações de CPS que vierem a ser determinadas pela comissão de elaboração do PLS.

Assim, estas três propostas devem ser acompanhadas e revisadas periodicamente da forma que os modelos utilizados como referência, os PLS da UFC e da UFRB, recomendam. As ações possuem uma relação entre si e ao constatar a inconformidade legal do PLS publicado no site da UFBA (<https://proplan.ufba.br/plano-de-logistica-sustentavel>) as outras duas propostas são complementares já que para efetivamente se tornar as metas e objetivos aqui recomendados, a análise da seção anterior verificou a necessidade de realização destas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo de caso, qualitativo e aplicado, objetivou-se analisar como a UFBA buscou realizar a incorporação de critérios sustentáveis em seu processo de compras, entre 2012 e 2016, de acordo com as diretrizes do Governo Federal.

Para atingir o objetivo proposto, outros objetivos secundários foram estabelecidos: 1- Caracterizar as CPS na UFBA, entre 2012 e 2016, considerando: a quantidade, os valores, os bens e serviços sustentáveis mais adquiridos e as Unidades administrativas de serviços gerais (UASGS) que mais realizam esse tipo de compra; 2- Identificar os principais critérios, estratégias e práticas utilizadas para implementação de CPS na UFBA; 3- Identificar os possíveis facilitadores e barreiras à implementação das CPS na UFBA; e 4-Propor recomendações a serem implementadas.

No primeiro objetivo secundário proposto, foi identificado que a UFBA se destaca no contexto nacional, estando em quinto empatado coma UFF em volume de compras e em segundo lugar, perdendo apenas para o FNDE em valores gastos em CPS. No contexto regional, a universidade confirma a importância dada pela *CWUR* (2016) conquistando a primeira posição em termos de volume e no que se refere a gastos, a Universidade perde apenas para o INSS. Na escala estadual, a UFBA conquista o primeiro lugar em volume e gastos. Foi possível identificar que os principais bens adquiridos de forma sustentável são os materiais de consumo e expediente assim como os materiais ligados a TI tanto em volume quanto em gastos. Com relação ao comportamento das UASGS, foi verificado que a CMP é a unidade que mais realiza compras sustentáveis, concentrando 25, 27% do total em volume de compras e 58, 51% dos gastos. Tal fato endossou a CMP como *locus* da investigação de campo para aprofundar e complementar os dados obtidos nesta etapa de investigação documental.

O segundo e o terceiro objetivos foram investigados a partir da análise de documentos institucionais, entrevistas e questionários. O PDI de 2012 até 2016 é silencioso com relação a CPS, embora preveja ações de sustentabilidade, envolvendo a racionalização dos espaços, preservação ambiental e promoção da justiça ambiental ao mencionar o PDDFAM. Os relatórios institucionais denotam ações de sustentabilidade realizadas sobretudo pela CMA e que compõe o diagnóstico realizado para o PLS. Contudo, este documento publicado no site da universidade como plano, não constitui metas e objetivos para CPS.

Através das entrevistas foi possível verificar que a inclusão dos critérios sustentáveis é feita por ações individuais (tanto pelas unidades solicitantes, quanto pelos a gentes dos setores

onde a coleta de dados foi realizada) de maneira não planejada e depende mais da conscientização dos gestores do que das orientações institucionais sobre CPS. Logo, não há uma estratégia coordenada e planejada pela instituição, o que pode ser observado através das entrevistas e do Gráfico 6, onde a maior parte dos respondentes não tinha opinião sobre os aspectos referentes como metas objetivos ou sobre ter conhecimento de um plano institucional. A falta de uma política estabelecida também dificulta a percepção e acompanhamento de resultados por parte dos funcionários, o que foi percebido através dos dados da Tabela 22 onde a maior parte não registra opinião.

A principal ação de CPS foi o registro de itens sustentáveis no sistema de gestão processual da Universidade, o SIPAC, feito pela CMP, órgão que centraliza a maior parte das demandas. Contudo, os procedimentos de compras são parcialmente centralizados, ou seja, as unidades possuem orçamento próprios e realizam compras à parte da CMP, o que não garante a observação dos itens sustentáveis e as iniciativas desta coordenação em conscientizar as demais unidades.

Os principais critérios adotados puderam ser verificados pelo Gráfico 4 que confere aos materiais de consumo e expediente um papel central. Tal fato também foi destacado nas entrevistas que justificam maior facilidade de incluir critérios sustentáveis nestes itens por encontrarem dispostos na lei e apresentaram a exigência de certificação ou similares de órgão como IBAMA, INMETRO e ABNT. Este dado também foi verificado no Quadro 13 do relatório de gestão da UFBA de 2014 que apresenta os principais critérios de CPS adotados para cada tipo de compra e contratação.

Assim, as entrevistas foram conduzidas para verificar as práticas já adotadas e também para identificar, o que seria o terceiro objetivo proposto, as principais barreiras e facilitadores da implementação. Foi constatado um baixo nível de informação com relação às CPS e legislação regulamentadora (Gráfico 1 e 2) e uma divisão com relação ao nível de implementação da IN nº 01 de 2010 SLTI/MPOG (Brasil, 2010d), porém há um nível expressivo de falta de opinião que corrobora este nível de desinformação que também foi constatado no Gráfico 8, sobre métodos de acompanhamento.

Por outro lado, o Gráfico 11 apresenta que, na percepção dos funcionários, os eventos de capacitação auxiliariam no processo de implementação de CPS, bem como a presença de planejamento, estratégia, metas e objetivos e o apoio da alta administração. Estes dados também foram confirmados nas entrevistas. Outra barreira a ser superada se traduz na percepção de custos elevados que se apresentou de forma unanime nas entrevistas como a maioria das

opiniões no Gráfico 5 responderam que dificulta muito ou dificulta a implementação e CPS. Como forma de sintetizar os principais resultados obtidos por esta pesquisa, o Quadro 14 foi elaborado.

A partir dos critérios, estratégias e práticas identificadas, juntamente com os facilitadores e barreiras percebidos foi elaborada uma proposta de melhorias que visa a atender as demandas mais urgentes de adequação legal, planejamento e capacitação e conscientização da comunidade da universidade. Por isso foi proposto um Projeto para o eixo de CPS do PLS da UFBA, uma proposta de programa de curso de capacitação e uma Estrutura para que seja elaborado um Guia de CPS da instituição.

Quadro 14 - Resultados sintéticos x Objetivos e Propostas de Melhorias

1 - Caracterização da UFBA em a quantidade, os valores, os bens e serviços sustentáveis mais adquiridos e principais UASGS

- A UFBA se destaca no cenário nacional (5º lugar entre os órgãos da APF em volume e 2º em gastos) e no contexto Regional (1º no NE em volume e 2º em gastos)
- Os bens mais adquiridos de forma sustentável são bens de consumo
- A CMP é o órgão que mais adquire de forma sustentável (25, 27% do total em volume de compras e 58, 51% dos gastos)

2 - Identificar os principais critérios, estratégias e práticas utilizadas para implementação de CPS na UFBA

- Principais critérios são as Certificações e critérios com respaldo legal
- Práticas: (i) as ações de implementação são incipientes e pontuais (registro no SIPAC de itens sustentáveis) (ii) Baixo nível de implementação da IN nº 01 de 2010 SLTI/MPOG, cumprimento parcial do Decreto nº 7.746/2012
- Não há um plano ou estratégia institucional com metas, objetivos e ações claras o que dificulta a uniformização das práticas, e a conscientização e orientação aos gestores
- A inserção dos critérios ocorre com mais frequência em bens de consumo
- Há um estudo prévio promovido pela comissão de elaboração do PLS

3 - Facilitadores e barreiras

Facilitadores:

- A capacitação dos envolvidos no processo de compras
- O compromisso individual dos envolvidos,
- A presença de planejamento, estratégias, objetivos e metas,
- A adequação do mercado fornecedor,
- A existência de políticas públicas em CPS e
- Ao acesso da informações, metodologias e modelos de aplicação

Barreiras

- O nível da capacitação e o treinamento dos envolvidos
- As condições de preço,
- O nível de conhecimento/capacitação dos solicitantes,
- As condições estruturais e de pessoal para implementação de CPS

4 - Resultados e impactos

- Não é realizado um acompanhamento efetivo por não ter um plano ou estratégia com parâmetros definido que dificulta a percepção dos próprios funcionários
- Aumentou a carga de trabalho da unidade de compras
- Incentivou a conscientização da comunidade universitária em relação ao consumo sustentável
- Contribuiu para a melhoria da imagem da Instituição

5 - Proposta de melhorias

- Projeto para Compras Públicas Sustentáveis do PLS da UFBA
- Proposta de programa de curso de capacitação
- Proposta de estrutura do Guia de Compras Públicas Sustentáveis

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Em virtude da análise então realizada, ocorre a confirmação do pressuposto do trabalho embasado por Hegenberg (2013) ao estudar todo o quadro das universidades brasileiras e Dias (2014) ao abordar a A3P na UFBA, que a implementação das CPS na UFBA se deu de maneira embrionária e as diretrizes do Governo Federal não foram completamente incorporadas pela instituição. Os resultados apontados por Hegenberg (2013) em particular, são similares ao estudo de caso da presente dissertação sobre a UFBA, mesmo com o decurso de cinco anos daquele estudo.

Esta pesquisa ainda logrou identificar algumas questões a serem contempladas em estudos futuros. A considerar o grau de consumo do MEC em relação aos demais órgãos caberia realizar um estudo de melhores práticas de CPS para institutos de nível superior como forma de estabelecer um modelo, uniformizando objetivos, padrões metas a serem atingidas. Cabe considerar que a UFRJ está em primeiro lugar no ranking aqui apresentado na tabela 4 e supera praticamente em dobro o segundo colocado, uma investigação particular sobre esta Universidade é devida. Um dado que se destaca é o percentual referente a 2012 de 2, 29% de

CPS. O ano seguinte apresentou uma queda de CPS com relação ao ano anterior, de 48 para 12 compras, identificado na Tabela 12. Uma outra pesquisa a ser realizada futuramente, diz respeito ao dado encontrado na Tabela 13 que apresenta uma irregularidade com relação ao percentual de CPS, torna-se então necessário conhecer o porquê. Finalmente, verificou-se que as CPS da UFBA são realizadas exclusivamente por dispensa e pregão e necessita-se investigar se este procedimento é comum em caso de CPS a outros órgãos.

Como fatores que limitaram a pesquisa, foram o fato de ter sido realizado apenas na CMP e não ter sido estendido a outras UASGS em razão da dificuldade de deslocamento e tempo hábil para realização da pesquisa. Ainda, a observação não pode contar com a verificação direta da recepção de itens/produtos no setor em função das entregas não serem programadas e impossibilitar este procedimento, ainda que tenham sido realizadas três visitas.

Este estudo também estruturou um Guia de Compras e Contratações sustentáveis para UFBA a partir do diagnóstico traçado, porém um projeto posterior a sua elaboração e aplicação seria necessário para fazer uma avaliação do que for implementado, a mesma situação ocorreria com a aplicação do curso de capacitação, aqui estruturado. Por último, este trabalho identificou as principais barreiras e propôs recomendações de melhorias que estão relacionadas entre si. Desta forma uma pesquisa quantitativa que busque esclarecer o nível de correlação entre as barreiras também se mostra necessário.

Por fim, esta pesquisa permitiu elucidar quais eram as fragilidades do processo de implementação das CPS na UFBA. Mais que isso, logrou identificar quais os fatores que influenciam neste processo para que os gestores tomam consciência e providenciem medidas que possam tornar a adoção de CPS mais efetiva. Como complemento, foram tratadas possíveis propostas balizadas por este diagnóstico apresentado.

Assim, espera-se que com os resultados, as propostas e com o referencial teórico apresentado neste trabalho, haja uma maior conscientização sobre o potencial das compras públicas na qualidade de instrumento de política pública voltado para sustentabilidade. Ainda se espera que os gestores da UFBA desenvolvam a política de CPS no escopo institucional que oriente a comunidade da Universidade, sem que isto represente apenas uma reação a fiscalização dos órgãos de controle, como ocorreu no período analisado, mas que se consolide uma cultura organizacional sustentável proativa da Instituição. Espera-se então, que a UFBA providencie medidas institucionais que reverberem em toda a sociedade, através de seu exemplo, na condição de órgão que possui grande relevância junto à comunidade brasileira e que foi aqui demonstrado, assim como órgão de ensino e difusão científica.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Maria Alice Cruz; SILVA, Edson Vicente Da; LOPES, Ana Maria D'Ávila. Contratações sustentáveis na administração pública brasileira: a experiência do Poder Executivo federal. **Revista de Administração Pública, RAP-FGV** v. 48, n. 1, p. 207–235, 2014.

ARAÚJO, Christiane de. As contradições do desenvolvimento sustentável: aproximações preliminares. **Dignidade Re-Vista**, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 9, July 2017. ISSN 2525-698X. Disponível em: <<http://periodicos.puc-rio.br/index.php/dignidaderevista/article/view/399>>. Acesso em: 30 Nov. 2017.

AWUZIE, Bankole; EMUZE, Fidelis. Enabling Sustainable procurement of built assets in African Universities: Perspectives of facilities Directors. **Journal of construction Project Management and Innovation**. 16(SL), pp> 1548-1562, 2016. Disponível em< <https://journals.co.za/content/journal/10520/EJC-5e268470e>>. Acesso 13 Dez 2017.

BABBEI, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo horizonte: UFMG,1999.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada as ciências sociais**.7ed. Florianopolis: UFSC.2011.

BARCESSAT, Lena. Papel do Estado brasileiro na ordem econômica e na defesa do meio ambiente: Necessidade de opção por compras públicas sustentáveis. In: SANTOS, Murilo Giordan; VILLAC, Teresa (Coord). **Licitações e contratações públicas sustentáveis**. 2 Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. Cap. 3, p. 69-81.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BAUMAN. Zyigmunt. **Vida para o consumo**. Rio de janeiro: Ed. Zahar, 2008.

BIDERMAN, Rachel *et al.* (Org.) ICLEI. **Guia de compras públicas sustentáveis: Uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável**. FGV n. 2ª ed., p. 134, 2008. Disponível em:<[Http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/guia_compras_sustentaveis.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/guia_compras_sustentaveis.pdf)>. Acesso em: 06 fev.2017.

BETIOL, Luciana Stocco *et al.* **Compra Sustentável: a força do consumo público e empresarial para uma economia verde e inclusive**. São Paulo: Programa Gestão pública e Cidadania, FGV, 2012. 75p.

BRAMMER, Stephen; WALKER, Helen. Sustainable procurement in the public sector: an international comparative study. **International Journal of Operations e Production Management**. [S/n] v. 31, n. 4, p. 452–476, 2011. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/241674602%0ASustainable>>. Acesso em: 06 Fev.2017.

BIM, Eduardo Fortunato. Considerações sobre a juridicidade e os limites das licitações sustentáveis. In: SANTOS, Murillo Giordan; VILLAC, Teresa (Coord). **Licitações e contratações públicas sustentáveis**. 2 Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. Cap. 9, p. 183-219.

BRASIL. Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 ago. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm> Acesso em 31 jan. 2017.

BRASIL. **Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985**. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 25 jul. 1985. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7347orig.htm> Acesso em 18 de maio de 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília**, 1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 05 jan.2017.

BRASIL. Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 jun.1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm>. Acesso em 05 jan.2017.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 fev. 1998a. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9605.htm> Acesso em: 21 mai. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.660, de 16 de junho de 1998. Dispõe sobre a substituição gradual da frota oficial de veículos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jun. 1998b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9660.htm> Acesso em: 21 mai. 2018.

BRASIL. Decreto nº 2.783, de 17 de setembro de 1998. Dispõe sobre proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDO, pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 set. 1998c. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2783.htm> Acesso em: 21 mai. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001. Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 out. 2001. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110295.htm> Acesso em: 21 mai. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 jul. 2002. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110520.htm>. Acesso em 05 de janeiro de 2017.

BRASIL. Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005. Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 de junho de 2006a. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm > Acesso em: 21 mai. 2018.

BRASIL. Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 dez. 2006b. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/lcp/lcp123.htm > Acesso em: 21 mai. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Portaria nº 61, de 15 de maio de 2008. Estabelecer práticas de sustentabilidade ambiental a serem observadas pelo Ministério do Meio Ambiente e suas entidades vinculadas quando das compras públicas sustentáveis e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 mai. 2008. Disponível em: < [Http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wpcontent/uploads/2010/03/Portaria-N%C2%BA-61-de-15-de-maio-de-2008.pdf](http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wpcontent/uploads/2010/03/Portaria-N%C2%BA-61-de-15-de-maio-de-2008.pdf) >. Acesso em 31 jan. 2017.

BRASIL. MMA. **Agenda Ambiental na Administração Pública**. 5ª edição. Brasília-DF. 2009. Disponível em: < http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf > Acesso em: 03 jan. 2018.

BRASIL. Lei no 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 dez. 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/12187.htm >. Acesso em 31 jan. 2017.

BRASIL. Medida Provisória Nº 495, De 19 de Julho de 2010. Altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e revoga o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.273, de 6 de fev. 2006. **Diário Oficial da União**. Brasília, 19 de julho, 2010a. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/mpv/495.htm >. Acesso 31 jan. 2017.

BRASIL. Lei no 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 03 ago. 2010b. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12305.htm >. Acesso em 31 jan. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010. Altera as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e revoga o § 1º do art. 2º da Lei no 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Brasília, **Diário Oficial da União**, 16 dez. 2010c. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12349.htm >. Acesso em 05 jan. 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010. Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 de janeiro de 2010d. Disponível em: <[Http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wpcontent/uploads/2010/03/Instru%C3%A7%C3%A3o-Normativa-01-10.pdf](http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wpcontent/uploads/2010/03/Instru%C3%A7%C3%A3o-Normativa-01-10.pdf)>. Acesso em 31 jan. 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). **Guia de compras públicas sustentáveis para a administração federal**. 2010e. Disponível em: <[Http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wpcontent/uploads/2010/06/Cartilha.pdf](http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wpcontent/uploads/2010/06/Cartilha.pdf)> Acesso em 31 jan. 2017.

BRASIL. MMA. **Plano de ação para produção e consumo sustentáveis - PPCS: Relatório do primeiro ciclo de implementação**. Brasília: MMA, 2011. 164 p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivos/responsabilidade_socioambiental/producao_consumo/PPCS/PPCS_Sumario%20Executivo.pdf>: acesso em 02 jan. 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.546, de 2 de agosto de 2011. Regulamenta o disposto nos §§ 5º a 12 do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e institui a Comissão Interministerial de Compras Públicas. **Diário Oficial da União**, Brasília, 3 de agosto de 2011a. disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7546.htm> Acesso em: 21 mai. 2018.

BRASIL. Lei no 12.462, de 04 de agosto de 2011. Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC; altera a Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 ago. 2011b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12462.htm>. Acesso em 31 jan. 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. **Diário Oficial da União**. Brasília, 5 de junho de 2012a. Disponível em: <[Http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2012/decreto-7746-5-junho-2012-613173-publicacaooriginal-136379-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2012/decreto-7746-5-junho-2012-613173-publicacaooriginal-136379-pe.html)>. Acesso em 05 jan. 2017.

BRASIL. MPOG. Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art.16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 nov. 2012b. Disponível em: <[Http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wpcontent/uploads/2012/11/Instru%C3%A7%C3%A3o-Normativa-10-2012.pdf](http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wpcontent/uploads/2012/11/Instru%C3%A7%C3%A3o-Normativa-10-2012.pdf)>. Acesso em 31 jan. 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013. Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7892.htm> Acesso em: 21 mai. 2018.

BRASIL. Decreto nº 8.250, de 23 de maio de 2014. Altera o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 de maio de 2014 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Decreto/D8250.htm Acesso em: 21 mai. 2018.

BRASIL. Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, remaneja cargos em comissão, substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE e transforma cargos em comissão. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 de abril de 2017a. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9035.htm> 15 mai. 2018.

BRASIL. Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017. Altera o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP. **Diário Oficial da União**. Brasília, 24 de outubro de 2017b. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9178.htm> Acesso 15 mai. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). **Acórdão 1.056 de 2017**. 2017c. Disponível em:<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:QGRmBvej8KYJ:portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp%3FfileId%3D8A8182A25CA6B3A6015CB175652C6187+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> Acesso em 15 mai. 2018.

BRASIL. Portal de Contratações Públicas Sustentáveis. Brasília, 2018. Disponível em:<<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/>> Acesso em 15 mai. 2018.

BRASIL. AGU. **Guia Prático De Licitações Sustentáveis Da Consultoria Jurídica Da União No Estado De São Paulo**. [São Paulo]. *3ª Edição Março*, 2013. 81 p. Acesso em: 30 jan. 2017.

BRASIL. Decreto nº 8.250, de 23 de maio de 2014. Altera o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 de maio de 2014 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Decreto/D8250.htm Acesso em:21 mai. 2018.

BRASIL. Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, remaneja cargos em comissão, substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE e transforma cargos em comissão. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 de abril de 2017a. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9035.htm> 15 mai. 2018.

BRASIL. Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017. Altera o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP. **Diário Oficial da União**. Brasília, 24 de outubro de 2017b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9178.htm> Acesso 15 mai. 2018.

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Acórdão 1.056 de 2017**. 2017c. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:QGRmBvej8KYJ:portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp%3FfileId%3D8A8182A25CA6B3A6015CB175652C6187+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> Acesso em 15 mai. 2018.

BRITO, Cleison Martins. **Compras Públicas Sustentáveis no Brasil: a percepção dos gestores e as perspectivas do programa**. 2014. 146 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília. Orientador: Orientador: Dr. José Aroldo Mota. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/21351>> Acesso em: 27 dez. 2017.

CARVALHO, Leonardo Portela. **Licitações Sustentáveis: Um Estudo Sobre A Aplicação Do Decreto No 7.746/2012 Na Contratação De Serviços Pela Universidade Federal Do Espírito Santo - UFES**. 2014. 125 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública). Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Universidade Federal do Espírito Santo Centro, Vitória, Orientação: Prof.^a Dr.^a Sonia Maria Dalcomuni, 4 de julho de 2014. Disponível em: <<http://gestaopublica.ufes.br/pos-graduacao/PGGP/detalhes-datese?id=7436>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

CAVALCANTI, Denize *et al.* **Compras públicas sustentáveis: Diagnóstico, análise comparada e recomendações para o aperfeiçoamento do modelo brasileiro**. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe –CEPAL e Ministério do Meio Ambiente do Brasil. Santiago: [S.n.], 2017, p. 70. Disponível em: <<http://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/41009-compras-publicas-sustentaveis-diagnostico-analise-comparada-recomendacoes-o>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

CARDOSO, Luan Lopes *et al.* Licitações Sustentáveis: uma análise das características das contratações sustentáveis na administração pública federal brasileira. In: **XXIII Congresso Brasileiro de Custos**, Porto de Galinhas, 2016, Anais do XXIII Congresso Brasileiro de Custos, 2016. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/download/4090/4091>> Acesso em 27 set. 2017.

COUTO, Hugo. Leonardo Gomides; RIBEIRO, Frances Lee. **Compras Públicas sustentáveis: mecanismo para a promoção do consumo sustentável no Brasil**, In ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO,9. Brasília: 2011.

CRUZ, Adriana Bastos Silva.^[1] **Possibilidades e limitações para as compras públicas sustentáveis na Universidade Federal do Pará**. 2014, 195 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) Programa de Pós-graduação em Gestão Pública. Universidade Federal do Pará, Belém, Orientador, José Heder Benatti. Disponível em: < <http://www.ppgdstu.propesp>.

ufpa.br/ARQUIVOS/Dissertacoes/2014/ADRIANA%20BASTOS%20SILVA%20CRUZ.pdf
>. Acesso em 15 jan. 2017.

CYPRESTE, Aline Silva Tavares. **Licitações Sustentáveis – Instrumento Legal De Promoção Da Sustentabilidade**: Um Estudo Da Aquisição de Bens Na Universidade Federal Do Espírito Santo - UFES. 2013. 111 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública). Centro De Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Orientação: Prof.^a Dr.^a Sonia Maria Dalcomuni, Co-orientadora: Prof. Dra. Margareth Vetis Zaganelli. Disponível em: <Http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_6646_Disserta%E7%E3o.pdf >. Acesso em: Acesso em 15 jan. 2017.

DAVIDSON, E. Jane. **Evaluation methodology basics**. Thousand Oaks. Sage, 2005.

DIAS, Andréia Lé. Projetos e Programas de Sustentabilidade Ambiental Na UFBA: A Agenda Ambiental Na Administração Pública. **Revista Brasileira de Administração Política**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 145–162, 2013. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rebap/article/view/15580>. Acesso 16 jan. 017.

FARAH, Adriana Zacarias *et al.* **Frequently Asked Questions**: The Marrakech Process. Towards a 10-Year Framework of Programmes on Sustainable Consumption and Production. [S.l: UNEP], 2009, 23p. Disponível em: <http://www.unep.fr/scp/marrakech/pdf/FAQ-UNEP-marrakech-brochure%20FINAL.pdf>. Acesso em 28 ago. 2017.

FREITAS, Edna Ribeiro. **Os desafios da implementação das compras públicas sustentáveis no IFNMG – campus Montes Claros**. 2017, 194f. Dissertação (mestrado em administração pública). Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, 2017. Orientação: Prof. Dra. Andréa Cardoso Ventura^[SEP]. Disponível em < <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/24642>>. Acesso em 08 dez. 2017.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; Nélsis, Camila Magalhães; Nunes, Leticia Soares. A crítica Marxista ao desenvolvimento (in) sustentável. R. **Katál.**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2012. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rk/v15n1/a04v15n1.pdf> Acesso em 30 nov. 2017.

FELICIANO, Adriana. A importância da implementação de licitações sustentáveis como medida de política pública na busca do desenvolvimento nacional sustentável. **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR**. Santa Catarina, v. 3, p. 183–202, 2015. Disponível em: <Http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/61>. Acesso em 15 jan. 2017.

FLICK, Uwe. **Introdução a metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FREY, Klaus. A dimensão político- Democrática das Teorias do desenvolvimento sustentável e suas implicações para a Gestão local. **Revista ambiente e sociedade**. Vol 4 (9), p1-34, 2001.

GELDERMAN, Cees J, SEMEIJN, J & VLUGGEN, R. 'Development of sustainability in public sector procurement. **Public Money & Management**, vol 37, no. 6, pp. 435-442, 2017. Disponível em: Http:// [10.1080/09540962.2017.1344027](https://doi.org/10.1080/09540962.2017.1344027). Acesso em: 28 set. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Método e técnicas de pesquisa social**. 6^a. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES-DIAS, Sylmara Lopes Francelino; MOURA, Carla. **Consumo Sustentável: Muito Além do Consumo “Verde”**. In XXXI Encontro da Anpad, 2008, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos...[S.l.]: ANPAD. Disponível em: < <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-C2378.pdf>> Acesso em 18 set. 2017.

GODOY, Arilda Schimit. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mai./jun. 1995. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>> Acesso: 27 nov. 2017.

GROUPE D’ETUDE DES MARCHES DEVELOPPEMENT DURABLE (GEM- DD). **Guide de l’ Achat Public L’ achat public : une réponse aux enjeux climatiques Sommaire** . [S.l.]: Direction des achat de l’etat, 2016, 139 p. Disponível em: <<http://www.economie.gouv.fr/daj/guide-climat>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

GEM- DD. **Notice introductive: prise en compte du coût du cycle de vie dans une consultation**. [S.l.]: Direction des achat de l'etat, 2016, 15 p. Disponível em: <<http://www.economie.gouv.fr/daj/cout-cycle-vie-consultation>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HEGENBERG, Juliana Trainoski. **As Compras Públicas Sustentáveis No Brasil: um estudo nas universidades federais**. 2013. 257 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e governança pública). Programa De Pós-Graduação Em Planejamento E Governança Pública. Universidade Tecnológica Federal Do Paraná, Curitiba, Orientador: Prof. Dr. Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz, 11 de abril de 2013. Disponível em: <<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/571>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

ICLEI. **Manual Procura+ Um Guia para implementação de Compras Públicas Sustentáveis**. 3. ed. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/assets/conteudo/uploads/manualprocurabrfinal.pdf>>. Acesso 01 abr. 2017.

JESUS, Carlos Silva; CHRISPINO, Alvaro. Compras Sustentáveis: uma revisão das iniciativas e vantagens na administração pública. In: XXXIV Encontro Nacional de Engenharia de Produção (ENEGEP), 2014, Curitiba/PR. **Anais do XXXIV Encontro Nacional de Engenharia de Produção (ENEGEP)**, 2014.

JESUS, Carlos Silva; CHRISPINO, Alvaro. Uma revisão das barreiras na implementação das compras públicas sustentáveis. In: **XXXV Encontro Nacional De Engenharia De Produção**, 2015, Fortaleza. Anais do XXXV Encontro Nacional de Engenharia de Produção (ENEGEP), 2015.

JOHANN, Katia Regina; VELENTINI, Jerusa; TRINDADE, Larissa de Lima. Licitações sustentáveis: Um estudo de caso na Universidade Federal da Fronteira Sul- UFF. In: X CONGRESSO NACIONAL DE EXECLENCIA EM GESTÃO. Rio de Janeiro, 2014. **Anais eletrônicos...**[S. l: s.n.],2014. Disponível em: < http://www.inovarse.org/sites/default/files/T14_0281_6.pdf>. Acesso 20 jul. 2017.

JUSTEN FILHO, M. **Curso de Direito Administrativo**. 2ª. ed. Ver. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006.

L'ASSOCIATION DES ACHETEURS PUBLICS. **L'achat public durable**: Le guide pratique de l'association des acheteurs publics. [Doubs]: [s.n.]. 2015. 71 p. Disponível em: <<http://www.aapasso.fr/a-la-une1/a-la-une/l-achat-public-durable-le-guide-pratique-de-l-aap.html>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

KJÖLLERSTRÖM, Mónica. **Sustainable development inovations Breif**. Policy Integration and Analysis Branch of the Division for Sustainable Development- United Nations,[S.l.: UNEP], 2008. Disponível em: <https://esa.un.org/marrakechprocess/pdf/InnovationBriefs_no5.pdf> Acesso em 18 set. 2017.

MACHADO, Maria de Fátima da Silva; NETO, Júlio Vieira. As principais barreiras para implementação das compras públicas sustentáveis: Estudo de caso em uma instituição Federal de ensino. In: **X Congresso Nacional De Excelência Em Gestão**, 2014, Rio De Janeiro. Anais X Congresso Nacional De Excelência Em Gestão, 2014.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva. Maria. **Metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

MARTINEZ, Sergio Rodrigo; MAMED, Danielle de Ouro. Economia e meio ambiente: contribuições de Amartya Sen à ética do desenvolvimento e sustentabilidade. In: Sandra Mara Maciel de Lima; Fernando Antonio de Carvalho Dantas; Lídia Maria Ribas. (Org.). **Sustentabilidade econômica e social em face à ética e ao direito**. 1ed.Florianópolis: FUNJAB, 2013, v. 1, p. 25-43.

MATIAS, Eduardo Felipe Perez. **A humanidade contra as cordas**: A luta da sociedade global pela sustentabilidade. São Paulo: Paez e Terra. 2014.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira; Gustavo de Faria Moreira Teixeira. O direito internacional do meio ambiente e o *greening* da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. **Anuario Mexicano de Derecho Internacional**, UNAM: Cidade do México, vol. XIII, 2013, pp. 145-203.

MEDEIROS, André Antônio A. Estado, crise econômica mundial: a centralidade do trabalho. **Revista Direito Gv**, São Paulo 5(2), p. 459-470, JUL-DEZ, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v5n2/11.pdf>> Acesso: 30 nov. 2017.

MENEGUZZI, Rosa Maria. Conceito de licitação sustentável. In: SANTOS, Murillo Giordan; VILLAC, Teresa (Coord). **Licitações e contratações públicas sustentáveis**. 2 Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. Cap. 1, p. 21-41.

MEEHAN, Joanne; BRYDE, David . Sustainable Procurement Practice. **Business Strategy and the Environment**, v. 20, p. 94-106, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MINITÈRE DE L'ÉCOLOGIE, DU DEVELOPPEMENT DURABLE ET DE L'ENERGIE. **Le Plan national d'actions pour l'achat public durable (PNAAPD) 2015– 2020**. Disponível

em:<https://www.ecologique-solidaire.gouv.fr/sites/default/files/Plan_national_d_action_pour_les_achats_publics_durables_2015-2020.pdf> Acesso em: 02 jan. 2018.

MOURA, Adriana Maria Magalhães de. As Compras Públicas Sustentáveis e Sua Evolução no Brasil. **Boletim regional, urbano e ambiental IPEA** v. 7, n., p. 23–33, jan-jun, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_regional/131127_boletimregional7_cap3.pdf>. Acesso: 30 nov. 2017

NOSSO FUTURO COMUM (Relatório Brundtland). Comissão mundial sobre O Meio Ambiente e Desenvolvimento. 1987. Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/42/ares42-187.htm> Acesso 01 abr. 2017

OUELLETTE-PLANTE, Lara. **Intégration de critères de développement durable dans les appels d’offres en milieu hospitalier**, 2013. 189 f. Dissertação (mestrado em meio ambiente). Centre universitaire de formation en environnement. Université De Sherbrooke, Quebec, Orientação: Madame Carole Villeneuve. Disponível em: <https://www.usherbrooke.ca/environnement/fileadmin/sites/environnement/documents/Essais_2013/Ouellette-Plante_L_2013-10-13_.pdf>. Acesso em 6 jan. 2017.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A ideologia do Desenvolvimento sustentável: notas para reflexão. **Revista Tamoios**. V.1(2), 2005. Disponível em:< <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/648/683>> Acesso em 30 nov. 2017.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A geopolítica do desenvolvimento sustentável: Reflexões sobre o encontro entre economia e ecologia. **Carta Internacional**. Vol 7 (1), 118-139, 2012. Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/54> > Acesso em 30 nov. 2017.

OLIVEIRA, Bernardo Carlos S. C. M. De; SANTOS, Luis Miguel Luzio dos. Compras públicas como política para o desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração Pública** v. 49, n. 1, p. 189–206, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122015000100189&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 05 mar. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **O Futuro Que Queremos .Rio+20 Conferência das nações unidas sobre desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/documents/resolucao-da-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-no64-236> Acesso em: 21 mar. 2017.

ONU.. Capítulo 4. **AGENDA 21**. 1992. disponível em:< <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global> > Acesso em 22 set. 2017.

ONU. **Declaração de Joanesburgo sobre desenvolvimento sustentável**. 2012. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/ai/_arquivos/decpol.doc declaração de joanesburgo>. Acesso em 22 set. 2017.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Going green: Best practices for sustainable procurement**. 2015. Disponível

em:<<https://www.oecd.org/governance/procurement/toolbox/search/gpp-procurement-Canada.pdf>>Acesso em: 04 jan. 2018.

OTTA, Lu Aiko. Mercosul fecha acordo de compras governamentais. **Jornal Estadão**, são paulo. 22 de dezembro de 2017. Caderno economia e negócios. Disponível em:<<https://www.istoedinheiro.com.br/mercosul-fecha-acordo-de-compras-governamentais/>> Acesso em: 04 jan. 2018.

PACHECO-BLANCO, Bélgica; BASTANTE-CECA, Maria José. Green public procurement as an initiative for sustainable consumption. An exploratory study of Spanish public universities. **Journal of Cleaner Production**, 133, p. 648-656, 2016.

RIGOLIN, I. B. e TULLIO, M. **Manual Prático das Licitações**. São Paulo: Editora Saraiva, 3ª. ed. 1999.

RODRÍGUEZ, Carlos Enrique Delpiazzo. Contratación pública y Sustentabilidad. **Revista Derecho & Sociedad**, N° 44, Lima, p. 65–74, 2015. Disponível em: <<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/derechoysociedad/article/viewFile/14388/15003>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

ROSSATO, Jaqueline. **Compras Públicas Sustentáveis**: Estudo nas Instituições Federais de Ensino Superior a partir das Comissões Permanentes de Licitação. 2011. 128 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Centro Socioeconômico. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Orientador: Prof. Dr. Hans Michael van Bellen. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95683>>. Acesso em: 6 jan. 2017.

ROSSET, Andrea Cecília Soares; FINGER, Andrew Beheregarai. Compras públicas Sustentáveis: Uma revisão sistemática da pesquisa brasileira. **RACEF**. Ribeirão Preto Edição: v.7, n.3 dezembro de 2016. Disponível em: <<https://www.fundace.org.br/revistaracef/index.php/racef/article/view/412>> Acesso em: 30 nov. 2017.

ROOS, Rita. **Sustainable public procurement**: Mainstreaming sustainability criteria in public procurement in developing countries. Centre for sustainability management (CSM), Leuphana University of lueneburg, Leunenburg, 2012. Disponível em:<http://www2.leuphana.de/umangement/csm/content/nama/downloads/download_publication/en/ Roos_Sustainable%20Public%20Procurement.pdf> Acesso em: 01 abr. 2017.

SAVONITTI, Henrique. Entrevista sobre licitações na Itália. Disponível em:<<https://comunidades.enap.gov.br/mod/forum/discuss.php?d=131>>Acesso em: 09 nov. 2017.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: Incluyente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Gramond, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS Edinaldo Leal *et Al*. **Desenvolvimento**: Um conceito Multidimensional. **DRd**, Santa

Catarina, Vol 2 (1), p44-60, 2012. Disponível em: <www.periodicos.unc.br/index.php/drd/.../284+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso: 30 nov. 017.

SANTOS, Murillo Giordan. Poder normativo nas licitações sustentáveis. In _____ VILLAC, Teresa (Coord). **Licitações e contratações públicas sustentáveis**. 2 Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. Cap. 4, p. 157-181.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SILVA, José Jaílson; GUIMARÃES, Patrícia Borba Vilar; SILVA, Eva Cristina. Compras Públicas Sustentáveis: Aspectos legais, gerenciais e de aplicação. **Registro Contábil**.v.3, n.1, p. 45-61, 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/registrocontabil/article/view/549/313>. > Acesso em: 29 jan. 2017.

SOUZA. Lilian Castro de. Política nacional de meio ambiente e licitações sustentáveis. In: SANTOS, Murillo Giordan; VILLAC, Teresa (Coord). **Licitações e contratações públicas sustentáveis**. 2 Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. Cap. 5, p. 103-114.

STEURER, R. *et al.* **Sustainable Public Procurement in EU Member States**: Overview of government initiatives and selected cases. RIMAS - Research Institute for Managing Sustainability. Vienna, 2007. Disponível em: http://www2.leuphana.de/umanagement/csm/content/nama/downloads/download_publication/en/ Roos_Sustainable%20Public%20Procurement.pdf> Acesso em: 15 jan. 2017.

SWISS STATE SECRETARIAT FOR ECONOMIC AFFAIRS (SECO). Iseal Alliance. **Buying for Tomorrow**. United Kingdom. 2013.

TEIXEIRA, Maria Fernanda de Faria Barbosa. **Desafios e Oportunidades para a Inserção do Tripé da Sustentabilidade nas Contratações Públicas**: um estudo dos casos do Governo Federal Brasileiro e do Governo do Estado de São Paulo. 2013, 312 f Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, Orientador: Maurício de Carvalho Amazonas. Disponível em: <<http://www.repositorio.unb.br/handle/10482/13866>>. Acesso 15 de novembro de 2017.

TERRA, Luciana Maria Junqueira; CSIPAI, Luciana Pires; USHIDA, Mara Teiko. Formas práticas de implementação das Licitações sustentáveis: Três passos para inserção de critérios socioambientais contratações públicas. In: SANTOS, Murillo Giordan; VILLAC, Teresa (Coord). **Licitações e contratações públicas sustentáveis**. 2 Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. Cap. 30, p. 231-262.

TESTA, Francesco; IRALDO, F.; FREY, M.; DADDI, T. “What factors influence the uptake of GPP (green public procurement) practices?” New evidence from an Italian survey. **Ecological Economics**, 2012.

UFBA. **Estatuto e Regimento Geral**. Junho de 2010. Disponível em: https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/Estatuto_Regimento_UFBA_0.pdf acesso em: 19 ago.2018.

UFBA. **UFBA em números: ano base 2016.** Dezembro, 2016. Disponível em: https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/versao_digital_ufba_em_numeros_2017_0.pdf> Acesso em 30 jan. 2018.

UFBA. **Portaria nº 170 de 01 de dezembro de 2016.** Disponível em: https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/portarias_pls_170-2016.pdf Acesso em: 19 ago. 2018.

UFBA. **Portaria nº 038 de 8 de março de 2017.** Disponível em: https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/portarias_pls_170-2016.pdf Acesso em: 19 ago. 2018.

UFBA. **Relatório de Gestão exercício de 2012.** 2013. Disponível em: <https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%202012.pdf> Acesso em 19 ago. 2018.

UFBA. **Relatório de Gestão exercício de 2013.** 2014. Disponível em: <https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%202013%20-%20-%20Altera%C3%A7%C3%A3o%20TCU.pdf> Acesso em 19 ago. 2018.

UFBA. **Relatório de Gestão exercício de 2014.** 2015. Disponível em: <https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%202014%20-%20-%20FINAL%20EDUFBA.pdf> Acesso 19 ago.2018.

UFBA. **Relatório de Gestão exercício de 2014.** 2015. Disponível em: https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/relatorio_de_gestao_tcu-ufba_2016_final_0.pdf Acesso em 19 ago. 2018.

UFBA. **Plano de desenvolvimento institucional 2012-2016.** Dezembro 2012. Disponível em:< https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/pdiufba_2012-16.pdf>Acesso em 30 jan. 2018.

Universidade Federal do Ceará. **Plano de logística sustentável.** 2013. Disponível em:< http://www.ufc.br/images/_files/gestao_ambiental/plano_de_logistica_sustentavel_ufc.pdf> Acesso em 12 set. 2018.

Universidade Federal do Recôncavo Baiano. **Plano de logística sustentável.** 2013. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/logisticasustentavel/images/PLS_UFRB.pdfAcesso em 12 set. 2018.

UNITE NATION ENVIROMENT PROGRAMME (UNEP). **Sustainable Public Procurement Implementation Guidelines: Introducing UNEP's Approach.** Sustainable Consumption and Production Branch, Paris, 2012. 80p

UNEP. **Sustainable Public Procurement: A Global Review Final Report.** UNEP, Paris, 2013. 78p.

VALENTE, M. A. L. **Marco legal das licitações e compras sustentáveis na administração pública.** Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa. 2011.

VERDI, Letícia; MORAES, Marta. **MMA recebe contribuições até dia 15 de maio.** *MMA Notícias Assessoria de Comunicação Social (Ascom/MMA)*: Disponível em:<<http://www.mma.gov.br/index.php/comunicacao/agencia-informma?view=blog&id=1517>> Acesso: 02 jan. 2018.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

VILLAC, Teresa. Direito internacional ambiental como fundamento principiológico e de juridicidade para as licitações sustentáveis no Brasil. In: SANTOS, Murillo Giordan; _____ (Coord). **Licitações e contratações públicas sustentáveis.** 2 Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. Cap. 2, p. 43- 51.

WALKER, Stefen *et al.* Sustainable procurement: an international policy analysis of 30 OECD countries. **5th international public procurement conference**, Seattle, 2012. Disponível em: <http://www.ipppa.org/IPPC5/Proceedings/Part5/PAPER5-10.pdf>> Acesso em: 28 ago. 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

YOUNG, Suzanne; NAQPAL, Swati; ADAMS, Carol A. Sustainable procurement in Australian and UK universities. **Public Management Review**, 18(7), p. 993-1016.2016. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14719037.2015.1051575>>. Acesso 12 dez. 2017.

ZAMBAM, Neuro Jose. **A teoria da justiça de Amartya Sen: Liberdade e desenvolvimento sustentáveis.** São Paulo, 2009. 189 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Portoalegre, 2009, Capítulo 2, 71-127. Prof. Orientador: Dr. Nythamar H. Fernandes de Oliveira Jr. Disponível em:<<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3497#preview>> Acesso em 30 nov. 2017.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1-Da caracterização do respondente

1.1. Nome:^[1]_[SEP]

1.3. Cargo:^[1]_[SEP]

1.4. Tempo na Instituição:

1.5. Função exercida:

1.6. Tempo na função:

2-Das informações gerais da universidade

2.1. Nome:^[1]_[SEP]

2.2. Unidade responsável pelas compras:^[1]_[SEP]

2.3. Nome do responsável pela Unidade:^[1]_[SEP]

2.4. Organização e estrutura administrativa da Unidade:^[1]_[SEP]

2.5. Número de funcionários envolvidos no processo de compras:

2.6. Orçamento anual disponível para compras e contratações:

2.7. Quantidade de licitações realizadas entre 2012 e 2016:

3-Das práticas relacionadas às compras sustentáveis

3.1. Existe preocupação e/ou incentivo por parte da alta administração em relação à adoção de compras e contratações sustentáveis?^[1]_[SEP]

3.2. Existe uma política de compras sustentáveis estabelecida na Universidade?

3.3. São desenvolvidas ações no sentido de tornar as compras sustentáveis?

3.3.1. Se sim, de que forma isto tem ocorrido (que ações são desenvolvidas)?

3.3.2. Se não, há interesse por parte da instituição?^[1]_[SEP]

3.4. São utilizados critérios de sustentabilidade nas compras e contratações?

3.4.1 Se sim, qual tipo (ambiental social ou econômico);

3.4.2. Em que fase são empregados (na especificação do objeto, nos requisitos de habilitação, nas obrigações impostas a contratada, outro);^[L]_[SEP]

3.4.3. Quais critérios são utilizados (ex. análise do ciclo de vida do produto; certificação [ABNT, Inmetro, ANVISA etc.]; selos; composição [material reciclado, toxicidade dos componentes etc.]; desempenho [consumo energético, água etc.]; mão de obra utilizada; condições dignas de trabalho; relações trabalhistas e outros).^[L]_[SEP]

3.5. Quantas licitações (compra/contratação) sustentáveis foram realizadas entre 2012 e 2016?

3.5.1. Quais foram os objetos das licitações?^[L]_[SEP]

3.5.2. Qual objeto foi mais fácil de ser licitado de forma sustentável? Por que?^[L]_[SEP]

3.6. Qual o peso do aspecto preço no contexto das compras sustentáveis?^[L]_[SEP]

3.7. Quais os melhores exemplos de licitações sustentáveis da instituição? Pode disponibilizar para consulta?

4-Dos procedimentos e estratégias para implementação

4.1. Caso desenvolva, como teve início o processo de implementação das compras sustentáveis?^[L]_[SEP]

4.1.1. Que passos/etapas foram seguidos?^[L]_[SEP]

4.1.2. Foi seguido algum manual ou roteiro específico?

4.2. Se ainda não desenvolve, mas têm interesse, de que forma pretende implementar?^[L]_[SEP]

4.3. Houve planejamento prévio para o processo de implementação das compras sustentáveis?

4.4. Que atores foram envolvidos no processo de implementação?^[L]_[SEP]

4.4.1. Houve comprometimento da alta administração?^[L]_[SEP]

4.4.2. Os solicitantes, usuários finais e fornecedores foram envolvidos no processo?^[L]_[SEP]

4.5. Houve capacitação/treinamento de todos os envolvidos?^[L]_[SEP]

4.6. Foi priorizado algum objeto de licitação específico (material, serviço ou obra) para dar início ao processo? Por que foi escolhido? ^[L]_[SEP]

4.7. Há um planejamento a longo prazo para as compras sustentáveis? ^[L]_[SEP]

4.8. Existem metas institucionais para as compras sustentáveis?

5. Dos fatores facilitadores e barreiras para a implementação

5.1. Que fatores externos contribuíram para facilitar/impulsionar a implementação das compras sustentáveis na Universidade? (ex. legislação pertinente, imposição dos órgãos de controle e outros). ^[L]_[SEP]

5.2. Que fatores internos facilitaram/impulsionaram o processo de implementação das compras sustentáveis? (ex. incentivo da alta administração, comprometimento dos atores envolvidos, conhecimento disponível). ^[L]_[SEP]

5.3. Que fatores externos dificultaram o processo de implementação das compras sustentáveis? (ex. escassez de mercado, barreiras legais)

5.3.1. As barreiras externas estão sendo superadas? Se sim, como? ^[L]_[SEP]

5.4. Que fatores internos dificultaram o processo de implementação das compras sustentáveis? (ex. elevação dos custos, relutância dos envolvidos, falta de conhecimento, dificuldade em especificar adequadamente). ^[L]_[SEP]

5.4.1. As barreiras internas estão sendo superadas? Como?

6-Dos resultados e impactos alcançados

6.1. Existe acompanhamento por parte da Universidade em relação aos resultados e impactos obtidos por meio das compras sustentáveis? ^[L]_[SEP]

6.2. Quais resultados e impactos foram obtidos através das compras sustentáveis? (exemplo: redução do consumo energético, economia financeira, economia de recursos materiais, redução dos resíduos, melhoria da imagem institucional, atendimento às determinações legais, atendimento às demandas sociais, atendimento às demandas dos órgãos de controle).

6.3. Existe projeção para melhorar os impactos e resultados decorrentes das compras sustentáveis? ^[L]_[SEP]

6.3.1. Como se pretende melhorar os resultados e impactos para a instituição?

7-Fatores relevantes para a difusão das compras sustentáveis

7.1. Que fatores o Senhor (a) considera mais relevantes para que as compras sustentáveis sejam difundidas no país?

APÊNDICE B-ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO

Pesquisa sobre o Processo de Implementação das Compras Públicas Sustentáveis na UFBA

Questionário aplicado para pesquisa de Mestrado Profissional em Administração da UFBA.

Prezado funcionário/gestor,

A presente pesquisa acadêmica está inserida no curso de Mestrado profissional em Administração da UFBA. Tem como objetivo investigar o processo de implementação das Compras Públicas Sustentáveis na Universidade Federal da Bahia. Os dados solicitados são para fins exclusivamente acadêmicos e não serão divulgados de forma individualizada, em hipótese alguma, sendo garantido total sigilo para a Instituição e para o respondente. Sua participação é fundamental para o sucesso do estudo. Contamos com seu apoio!

1. Termo de Consentimento

- Aceito participar, espontaneamente, da pesquisa desenvolvida pela mestranda Erika Maria Ribeiro Souza, orientada pela Prof. Dra Andrea Cardoso Ventura.

2. Data

Data

DD/MM/AAAA

3. Nome do Respondente (Apenas para controle interno):

4. Função exercida:

5. Tempo na função:

- Até 3 anos
- de 3 à 5 anos
- de 5 à 10 anos
- de 10 à 15 anos
- superior à 15 anos

6. Você já participou de algum evento de capacitação (fórum, seminário, curso ou treinamento) sobre compras públicas sustentáveis (CPS)?

Sim

Não

7. Se sim, este evento foi promovido/estimulado/oferecido pela UFBA?

Sim

Não

8. Em relação aos assuntos abaixo, você considera que possui:

	ALTO NÍVEL DE CONHECIMENTO	MÉDIO NÍVEL DE CONHECIMENTO	BAIXO NÍVEL DE CONHECIMENTO	NENHUM NÍVEL DE CONHECIMENTO
Desenvolvimento Sustentável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Lei nº 8.666/1993	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Compra Pública Sustentável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Instrução Normativa nº 01/2010 – SLTI/MPOG	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Critério de sustentabilidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Lei nº 12.349/2010	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Decreto nº 7.746/2012	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

9. Indique a resposta que melhor representa o nível de implementação da Instrução Normativa nº 01/2010 – SLTI/MPOG* nos processos de compras e contratações dos objetos listados abaixo na UFBA:

* (Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências)

	TOTALMENTE IMPLEMENTADA	IMPLEMENTADA EM SUA MAIORIA	IMPLEMENTADA EM SUA MINORIA	NÃO FOI IMPLEMENTADA	SEM OPINIÃO
Contratação de obras e serviços de engenharia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aquisição de bens	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contratação de serviços	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

10. Em relação aos objetos de licitação listados abaixo, indique a resposta que melhor representa a frequência de utilização de critérios de sustentabilidade nos processos de compras e contratações na UFBA:

	SEMPRE UTILIZA	UTILIZA QUASE SEMPRE	QUASE NUNCA UTILIZA	NUNCA UTILIZA	SEM OPINIÃO
Aquisição de material de consumo em geral	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aquisição de material permanente em geral	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aquisição de veículos automotores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contratação de serviços comuns	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contratação de terceirização de mão de obra	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contratação de obras e serviços de engenharia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro (especifique)	<input type="text"/>				

11. Em relação aos critérios de sustentabilidade listados abaixo, indique a resposta que melhor representa a frequência com que são utilizados nos processos de compras e contratações na UFBA:

	SEMPRE UTILIZA	UTILIZA QUASE SEMPRE	QUASE NUNCA UTILIZA	NUNCA UTILIZA	SEM OPINIÃO
Análise do ciclo da vida do produto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Uso preferencial de fornecimento de material e/ou mão de obra local	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Uso de energia renovável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Realização de programa interno de treinamento dos empregados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Toxicidade e/ou biodegradabilidade do produto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Eficiência no consumo de água e/ou energia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Exigência de comprovação da origem da madeira	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	SEMPRE UTILIZA	UTILIZA QUASE SEMPRE	QUASE NUNCA UTILIZA	NUNCA UTILIZA	SEM OPINIÃO
Maior quantidade de conteúdo reciclável na composição do produto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Veículos automotores que utilizam combustíveis alternativos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Produtos passíveis de reutilização, reciclagem e/ou reabastecimento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Exigência de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e/ou obra	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existência de certificação ambiental por parte do licitante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Certificação e/ou rotulagem ambiental do produto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comprovação da origem dos recursos naturais utilizados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Preferência no fornecimento por micro e pequenas empresas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atendimento às normas da ABNT	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atendimento aos requisitos ambientais do INMETRO	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atendimento às especificações determinadas pela ANVISA	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Condições de trabalho e remuneração adequados dos empregados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Produtos cadastrados como sustentáveis no CATMAT	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro (especifique)					

12. Indique seu grau de concordância com as afirmações abaixo referentes à prática de compras e contratações no âmbito da sua Instituição:

	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO PARCIALMENTE	SEM OPINIÃO	DISCORDO PARCIALMENTE	DISCORDO TOTALMENTE
Ao realizar uma compra ou contratação, o fator determinante é o preço, sendo desconsiderados outros fatores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tem sido priorizada a realização de compras e contratações sustentáveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ao realizar uma compra ou contratação, o fator determinante é a qualidade, sendo desconsiderados outros fatores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ao planejar o orçamento, o que importa é o aspecto econômico, aspectos sociais e ambientais são secundários	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O mercado atual dispõe de fornecedores suficientes para atender a demanda por serviços e produtos sustentáveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A inclusão de critérios de sustentabilidade nas compras e contratações limita excessivamente a concorrência	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O cenário atual oferece total condição para tornar as compras e contratações sustentáveis no âmbito da Instituição	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A Instituição contempla o tema compras públicas sustentáveis no seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO PARCIALMENTE	SEM OPINIÃO	DISCORDO PARCIALMENTE	DISCORDO TOTALMENTE
A unidade de compras está capacitada para a realização de compras e contratações sustentáveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A unidade solicitante está capacitada para especificar produtos e serviços de forma sustentável e não representa uma barreira	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tende a aumentar a participação das compras sustentáveis em relação ao total de aquisições da instituição	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A prioridade na implementação das compras sustentáveis é atender as demandas impostas pelos órgãos de controle externos (ex. TCU)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não há perspectivas para a implementação efetiva das compras sustentáveis na Instituição	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro (especifique)	<input type="text"/>				
13. Indique seu grau de concordância com as afirmações abaixo referentes aos procedimentos e estratégias para implementação das compras e contratações sustentáveis na UFBA					
	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO PARCIALMENTE	SEM OPINIÃO	DISCORDO PARCIALMENTE	DISCORDO TOTALMENTE
Existe uma política/planejamento para implementação de compras sustentáveis definido pela alta administração	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há um plano de ação para atingir as metas em relação às compras e contratações sustentáveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO PARCIALMENTE	SEM OPINIÃO	DISCORDO PARCIALMENTE	DISCORDO TOTALMENTE
A definição de objetivos e metas para as compras sustentáveis envolveu desde a alta administração até os usuários finais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Houve treinamento visando capacitação e educação de todos os responsáveis pelas compras e contratações sustentáveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A estratégia para implementação das compras sustentáveis se baseia unicamente nas orientações constantes na legislação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Além da legislação, instrumentos como cursos, fóruns e manuais são utilizados para a implementação das compras sustentáveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existe uma política de compras sustentáveis visível e claramente divulgada junto à comunidade universitária	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Houve priorização de contratos com as maiores oportunidades de sustentabilidade e facilidade de implementação de ações imediatas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Foi realizada revisão da demanda de compras e contratações visando a sua redução ou eliminação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Foi realizada além da análise de gastos, impactos e priorização de produtos/serviços a serem licitados de forma sustentável.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO PARCIALMENTE	SEM OPINIÃO	DISCORDO PARCIALMENTE	DISCORDO TOTALMENTE
Houve um estudo visando à compreensão do processo de compras e a identificação de lacunas de sustentabilidade solucionáveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Foram estabelecidos princípios norteadores para a implementação das compras sustentáveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não há uma metodologia/estratégia definida para implementação das compras sustentáveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Não há um estudo prévio; a viabilidade da compra sustentável é verificada e implementada individualmente, conforme são elaborados os processos licitatórios	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro (especifique)	<input type="text"/>				

14. De acordo com o seu conhecimento, quais objetos devem ser priorizados no processo de implementação de compras sustentáveis, levando em consideração os seus impactos e a realidade do mercado:

(Colocar prioridade de 0 a 5, sendo "0" nenhuma prioridade e "5" prioridade máxima)

	1	2	3	4	5
Material de expediente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Material de limpeza	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gêneros alimentícios	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Material de copa e cozinha	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mobiliário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Veículos automotores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Materiais e resíduos perigosos (ex. lâmpadas, pilhas e baterias)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cartuchos e toners	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Equipamento de tecnologia da informação e comunicação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contratos de serviços diversos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Serviços terceirizados de limpeza e conservação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outros serviços terceirizados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Obras e serviços de engenharia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Outro (especifique)

15. Indique a importância dos fatores abaixo no sentido de FACILITAREM as práticas de compras e contratações sustentáveis na UFBA:

	FACILITA MUITO	FACILITA	INDIFERENTE	FACILITA POUCO	NÃO FACILITA
Capacitação dos envolvidos no processo de compras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Apoio da chefia/alta administração	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Compromisso individual dos envolvidos no processo de compras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Apoio governamental oferecido atualmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Disponibilidade atual de recursos financeiro, pessoal e estrutural	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Presença de planejamento, estratégias, objetivos e metas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Adequação do mercado fornecedor	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existência de políticas públicas na área de compras sustentáveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso a informações, metodologias e modelos de aplicação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atuação das unidades jurídicas (ex. Procuradoria Jurídica)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conscientização e normatização do sistema produtivo (indústria)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Outro (especifique)

16. Indique a importância dos fatores abaixo no sentido de DIFICULTAREM as práticas de compras e contratações sustentáveis na UFBA:

	DIFICULTA MUITO	DIFICULTA	INDIFERENTE	DIFICULTA POUCO	NÃO DIFICULTA
Condição de preço/custos envolvidos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Condição atual do mercado/competitividade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Marco regulatório atual	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cultura interna da Instituição	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cultura do mercado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Nível de conhecimento/capacitação dos solicitantes de compras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Disponibilidade atual de ferramentas práticas e de informação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Nível de capacitação e treinamento atual dos envolvidos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Oferta atual de produtos e serviços sustentáveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Condições de estrutura e pessoal para a implementação de CPS	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atuação das unidades jurídicas na instituição	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Outro (especifique)

17. Indique seu grau de concordância com as afirmações abaixo referentes aos **IMPACTOS e RESULTADOS** observados decorrentes da adoção de critérios de sustentabilidade nas compras e contratações sustentáveis na UFBA:

	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO PARCIALMENTE	SEM OPINIÃO/ NÃO SE APLICA	DISCORDO PARCIALMENTE	DISCORDO TOTALMENTE
Proporcionou economias ao longo do ciclo de vida do produto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumentou os custos da compra e/ou contratação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gerou redução do consumo de água e/ou energia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Proporcionou melhoria na qualidade da compra e ou contratação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ampliou o tempo de elaboração e execução da compra/contratação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contribuiu para a melhoria da imagem da Instituição	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Elevou o número de licitações frustradas devido às exigências	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Proporcionou o atendimento as cobranças dos controles externos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumentou a carga de trabalho da unidade de compras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Incentivou a conscientização da comunidade universitária em relação ao consumo sustentável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Outro (especifique)

18. Indique a importância dos fatores abaixo no sentido de INCENTIVAREM a difusão das compras sustentáveis no Brasil:

	MUITO IMPORTANTE	IMPORTANTE	INDIFERENTE	POUCO IMPORTANTE	NÃO É IMPORTANTE
Oferta de cursos de capacitação gratuitos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Realização de fóruns para troca de experiência entre as Instituições	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estabelecimento da IN nº 01/2010 e do Decreto nº 7.746/2012	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mudança cultural na sociedade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Adoção de políticas e incentivos para a sustentabilidade na indústria	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Educação e ensino pautados pela sustentabilidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existência de manuais de implementação no âmbito das Instituições	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso a modelos de editais e licitações sustentáveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Regulamentação detalhada dos critérios, práticas e diretrizes das compras e contratações sustentáveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Outro (especifique)

19. Autorização

- Autorizo que os dados coletados na pesquisa sejam utilizados exclusivamente para fins acadêmicos, e que os dados individualizados não sejam divulgados, em nenhuma hipótese, sendo permitida somente a divulgação de análises/dados agregados.

**ANEXO A- RELAÇÃO DE FORMULÁRIOS RESPONDIDOS AO TCU PELA UFBA
(2012- 2016)**

9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS QUADRO

A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 					x
	Selos PROCEL, IMETRO e ABNT				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					x
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					x
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 					x
	ABNT e Selo PROCEL				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 				x	
	15 a 20% de economia				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 					x
	Cartuchos de tintas e tonner.				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 					x
	Sim (x)		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).				x	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				x	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				x	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		x			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 		x			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 		x			
	Palestras programa Água Pura				
Considerações Gerais: Considerações Gerais: Informações concedidas pela Prefeitura do Campus da UFBA (Coordenação de Meio Ambiente) e Pró-Reitoria de Administração (Superintendência Administrativa e Divisão de Material)					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Fonte: Relatório de gestão/Proplan, 2012.

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<p>Licitações Sustentáveis</p> <p>1.A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <p>Critérios adotados pela UFBA em suas licitações: 1- Licitações de obras e serviços: Descarte adequado dos resíduos pelas empresas contratadas; Declaração da origem da madeira utilizada nas obras de construção civil. 2- Licitações de compras: Menor consumo de energia para aparelhos elétricos; Origem da matéria prima do papel (papel certificado)</p>				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.				X	
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? <p>Certificados ambientais exigidos pela UFBA em suas licitações: ISO 14.001 Certificado de origem da madeira</p>					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				X	
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? <p>O impacto vem sendo observado com a redução dos gastos com água.</p>					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).		X			
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? <p>A UFBA adquiriu agendas e papel, cartuchos de tinta e toner reciclados</p>					
		X			

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refile/ou recarga)? • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X			
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				X	
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
<p>Considerações Gerais: O presente formulário foi preenchido com base nas informações concedidas pelos servidores de Unidades Acadêmicas e Administrativas da Universidade, pelo Setor responsável pelas licitações (Divisão de Material) e pelo setor de Eficiência Energética da Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura.</p>					
<p>LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p>					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: Relatório de Gestão/Proplan, 2013.

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		x
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	x	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	x	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	x	
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	x	
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	x	
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		x
	1. Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		x
	1.Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		

Fonte: Relatório de gestão/Proplan, 2014.